

Departamento de Sociologia

O Cartune e o Editorial no Espaço do Jornal  
Os casos *Diário de Notícias* e *Público*

Maria Isabel Benta Lopes Damásio

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação

Orientador:

Doutor José Manuel Rebelo Guinote, Professor Associado com Agregação  
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2014



## AGRADECIMENTOS

Agradeço

Ao meu orientador, Professor Doutor José Rebelo, pela disponibilidade, orientações e por me ter ajudado a descobrir o significado do discurso para além das palavras.

Ao meu colega Manuel Silva Pereira pela sua amizade e apoio.

Aos cartunistas por nos fazerem rir.

“O riso é a mais antiga e mais terrível forma de crítica”

Eça de Queiroz

Escritor

“Informação é a moeda da democracia”

Thomas Jefferson

Presidente E.U.A (1801-1809)



## DEDICATÓRIA

“Onde existe amor, há vida”

Mahatma Gandhi

Onde existe amor, há... dissertação

Isabel Damásio

Ao Luís

Ao meu filho João



## **RESUMO**

A sátira do cartunista e a argumentação fundamentada do editorialista complementam-se na transmissão de opinião nas páginas de dois jornais quotidianos portugueses, o *Diário de Notícias* e o *Público*.

A análise do discurso do editorial e do cartune revelou uma grande coincidência na escolha dos ângulos de tratamento do tema, o Orçamento de Estado para 2013.

Os cartunistas e os editorialistas negam a existência de qualquer articulação entre os dois autores, mas ficam levantadas muitas questões sobre a aproximação entre cartune e editorial, que ultrapassam esta dissertação.

Os textos completam-se na crítica e transferem para o espaço público opiniões que contribuem para a formação da chamada opinião pública. O editorial parte dos factos, argumenta e constrói um texto cujo objetivo é indicar soluções. O cartune satiriza os mesmos factos, distorce-os, exagera-os e transforma-os até ao absurdo, num texto incongruente cujo objetivo é apenas fazer humor.

**Palavras-chave:** Cartunistas; Cartune; Editorial; Sátira; Argumentação; Opinião

## **ABSTRACT**

The satire of the cartoonist and the reasoned argumentation of the editorial writer complement each other in the spreading of opinion, in two portuguese daily newspapers, *Diário de Notícias* and *Público*.

The analysis of the discourses of the editorial and of the cartoon revealed a coincidence in the way of handling the topic, the State Budget for 2013.

The cartoonists and the editorial writers deny the existence of any link between the two authors, but many questions are raised, about the harmonization between the cartoon and the editorial, that go beyond this dissertation.

The texts complete each other in the criticism and pass on to the public their views which contribute to the shaping of the so-called public opinion. The editorial leans on facts, argues and constructs a text with the purpose to point out solutions. The cartoon pokes fun at the same facts, distorts them, exaggerates them and transforms them to the absurd, in an incongruous text whose goal is only to make humor.

**Keywords:** Cartoonists; Cartoon; Editorial; Satire; Argumentation; Opinion

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	i
DEDICATÓRIA.....	iii
RESUMO .....	v
ABSTRACT .....	vi
ÍNDICE .....	vii
ÍNDICE DE QUADROS.....	viii
ÍNDICE DE FIGURAS .....	ix
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I - DO CARTUNE E DO EDITORIAL – REVISÃO DE LITERATURA .....	3
1.1. O Cartune Satiriza, O Editorial Argumenta .....	3
1.2. A “Caneta Selvagem” versus Caneta Amestrada .....	5
1.3. Uma nota histórica: O Cartune veio para ficar!.....	9
CAPÍTULO II – A METODOLOGIA E O MÉTODO.....	11
2.1. Objetivo e Hipótese .....	11
2.2. O <i>Corpus</i> .....	12
2.3. A Metodologia.....	12
2.4. O Método de Análise.....	13
CAPÍTULO III – A ANÁLISE .....	17
3.1. O Contexto do <i>Corpus</i> .....	17
3.2. Da Publicação do Cartune e do Editorial .....	18
3.3. A Abordagem do Tema nos Cartunes e Editoriais .....	19
3.3.1. Caso <i>DN</i> .....	20
3.3.2. Caso <i>Público</i> .....	23
3.3.3. Conclusão .....	25
3.4. Análise dos Cartunes .....	26
3.4.1. Arquitetura interna dos Textos – Não verbal .....	26
3.4.2. Arquitetura Interna dos Textos – Verbal .....	29
3.5. Análise dos Editoriais.....	31
3.5.1. Análise estrutural – <i>Diário de Notícias</i> .....	31
3.5.2. Análise estrutural – <i>Público</i> .....	33
3.6. Estratégias enunciativas nos Editoriais .....	33
3.7. Comparação de estratégias enunciativas dos Cartunes e Editoriais. ....	36
CAPÍTULO IV – ENTREVISTAS .....	38
CONCLUSÃO .....	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	43
ANEXOS.....	I
CURRICULUM VITAE .....	XVII

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1. <i>Corpus</i> documental constituído por cartunes e editoriais .....	12
Quadro 3.1. Perfil dos leitores do <i>DN</i> e <i>Público</i> / Quadro comparativo .....	17
Quadro 3.2. Ângulos de Abordagem do tema OE/2013 no <i>DN</i> / Quadro resumo .....	22
Quadro 3.3. Ângulos de abordagem do tema OE/2013 no <i>Público</i> / Quadro resumo .....	24
Quadro 3.4. Frequência das situações ocorridas na análise do conteúdo temático .....	26

## ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1.1. Primeiro Cartune publicado com o significado que hoje lhe é atribuído .....	9
---	---



## **INTRODUÇÃO**

O cartune<sup>1</sup> e o editorial cruzam-se no mesmo contexto físico de publicação, o do jornal impresso, e ambos contribuem para definir posicionamentos ideológicos, sociais e políticos dos seus destinatários, os leitores.

Nesta dissertação parte-se da hipótese de que os dois géneros textuais se complementam na sua função de transmitir opinião, embora aos cartunistas seja permitido ultrapassar as regras editoriais a que os jornalistas estão obrigados.

O cartune e o editorial baseiam-se na atualidade noticiosa e ambos refletem a construção subjetiva de um acontecimento, mas enquanto o editorial procura “convencer” o leitor pelos argumentos, o cartune procura “vencer” pela sátira. O cartunista distorce a realidade, exagera-a, critica-a e constrói um texto ousado, irreverente, cómico e demolidor, em que a imagem domina, combinando-a, por vezes, com um jogo de palavras que expõe ao ridículo pessoas e situações. Não procura soluções nem pretende convencer, mas antes vencer pelo insólito do desfecho. O editorial parte de um conjunto de premissas para construir um texto circunspecto, sério e construtivo, que tem como objetivo convencer o leitor dos seus argumentos e indicar soluções que, espera, o interlocutor aceite.

Analisam-se cartunes e editoriais em que o conteúdo temático é o Orçamento de Estado para 2013 (OE/13) publicados em dois diários de referência em Portugal, o *Diário de Notícias (DN)* e o *Público*. A amostra foi recolhida entre 15 de Outubro, data em que o governo apresentou e entregou o OE/13 no parlamento, e 1 de Novembro de 2012, o dia seguinte à sua aprovação na generalidade pelos deputados. Para a escolha do tema e sua relevância foi considerado o momento de grande instabilidade política e económica e extrema austeridade, vivido em Portugal em consequência da intervenção da “troika”. A conjuntura política e económica transformou as contas do estado para 2013 num documento de invulgar mediatização, sendo alvo de muitas críticas e dando origem a inúmeros cartunes e editoriais.

A motivação para a pesquisa surgiu após se ter constatado que o mundo académico pouco se tem debruçado sobre o posicionamento dos cartunes no contexto jornalístico, não tendo sido possível identificar investigações feitas com propósito idêntico ao desta dissertação.

Grande parte das investigações em que o cartune é tema, tem privilegiado a história e evolução do desenho humorístico a análise linguística e semiótica destes textos, bem como a sua utilização para fins pedagógicos em diferentes áreas. Considerou-se ainda, nesta escolha, o facto de a imagem ocupar, no mundo contemporâneo, um lugar central na comunicação e ser responsável por grande parte das mensagens recebidas por toda a sociedade, bem como a autonomia adquirida pelos cartunes ao longo do tempo. Uma autonomia patente no lugar que passaram a ocupar nas publicações impressas, na Internet e nos inúmeros certames que se realizam em Portugal e em várias partes do mundo, nos quais os cartunistas portugueses são frequentemente distinguidos.

---

<sup>1</sup>Nesta dissertação opta-se por utilizar as designações portuguesas, “cartune” e “cartunista”, em tradução livre das palavras anglo-saxónicas, *cartoon* e *cartoonist*; ver [www.priberam.pt](http://www.priberam.pt).



## CAPÍTULO I - DO CARTUNE E DO EDITORIAL – REVISÃO DE LITERATURA

### 1.1. O Cartune Satiriza, O Editorial Argumenta

O cartune e o editorial prosseguem estratégias discursivas diferentes. O cartune encontra na sátira<sup>2</sup> a estratégia para persuadir o leitor, recorrendo à ironia<sup>3</sup>, a trocadilhos de palavras, ao absurdo e a muitas outras formas de construção de humor<sup>4</sup>, distorcendo a realidade. O editorial utiliza a argumentação que permite, a partir de uma sequência de “elementos baseados no real associados entre si numa ligação reconhecida (...) passar do que se admite ao que alguém quer fazer admitir” (Pareman, 1997:113). Enquanto no cartune a sátira promove roturas, de acordo com o mesmo autor, no editorial a argumentação, “fundada no real”, apela a “ligações de sucessão”, como causa-efeito e de “coexistência”, como a relação entre a pessoa e os seus atos. O editorial é considerado um texto sério<sup>5</sup>, por oposição ao texto humorístico e cómico que caracteriza o cartune.

A argumentação no editorial segue uma lógica que Rebelo (2002:85) explica a partir da retórica produzida em tribunal e descrita por Corax, considerado um dos criadores da retórica. A estratégia é dividida em quatro partes: o “exórdio”, a “narração”, a “argumentação” e a “peroração”. Na primeira, o auditório é despertado para o interesse do tema, a segunda conquista a simpatia dos decisores, na terceira são expostos os argumentos a favor e contra das soluções indicadas como possíveis, tendo como objetivo conquistar a adesão do auditório à solução que pretende ser a única aceitável e na “peroração” é dito porque se escolheu entre as soluções possíveis, aquela em concreto.

Uma estrutura em que os argumentos aduzidos têm como objetivo conquistar as audiências. Pareman (1997:43) adverte a este propósito que um orador tem de se “adaptar” ao seu auditório, tendo o cuidado de procurar “pontos de partida” que possam ser “admitidos” por quem o ouve. O autor distingue demonstração e argumentação, para dizer que o objetivo da “argumentação não é como o da demonstração, provar a verdade da conclusão partindo da verdade da premissa, mas sim transferir para as conclusões a *adesão* concedida às premissas”. Rebelo (2002:89) afirma que uma tal adesão “passa por um consenso livremente gerado entre o orador e o auditório e sujeito a um questionamento constante”<sup>6</sup>. Seja de que forma for, diz o autor, “a argumentação se materializa em geral, no desencadeamento de uma acção, ou, pelo menos, na criação de uma disposição para a acção.”

O cartune é um texto de autor sendo, por isso, a opinião nele expressa um ato individual que vincula apenas quem o produz. Já a opinião inscrita no editorial é coletiva, responsabiliza o jornal onde

---

<sup>2</sup>“Obra crítica, picante, irónica ou jocosa, discurso ou escrita picante ou maldizente, troça; ironia”.

<sup>3</sup>“Recurso estilístico que veicula um significado diferente ou contrário daquele que deriva da interpretação literal do enunciado, sarcasmo, zombaria”.

<sup>4</sup>“Qualidade do que é divertido ou cómico; comicidade, modo de agir que faz com que as pessoas riem e fiquem bem dispostas”.

As definições dos termos referentes às notas (2,3,4) estão disponíveis em <http://www.infopedia.pt>.

<sup>5</sup>“Que não ri = circunspecto, grave, sisudo ≠ brincalhão, risonho”. Definição disponível em [www.priberam.pt](http://www.priberam.pt).

<sup>6</sup>O autor cita uma comunicação de 1987 de Jean Pierre-Cometti apresentada ao Colóquio de Cerisy-la-Salle.

é publicado.

O editorial veicula “a posição da empresa jornalística” (Rebelo, 2002:134), em relação a um acontecimento publicado nesse jornal. Este género textual expressa aquilo que a empresa oficialmente pensa; é a opinião do jornal e não a do seu autor. O editorial é indicado por Seixas (2009:295) como a “única composição em que apenas a instituição jornalística é enunciador e locutor”. A autora menciona ainda que é só no editorial que a publicação assume uma posição subjetiva. Seixas (2009:290) conclui que o editorial revela “poder para realizar atos de linguagem” e que a produção só pode ser concretizada por diretores de redação, redator chefe ou jornalista sénior que integre o Conselho Editorial.

Os cartunes são, por vezes, designados de “cartunes editoriais”, por serem publicados no espaço de atualidade que é o jornal editado de acordo com as regras da atividade jornalística. É esta característica, a atualidade, que faz com que o cartune seja:

reconhecido como um género jornalístico, (que) tem a intenção de provocar o riso do leitor, sendo por isso, conhecido como um texto que traz uma opinião de forma humorística, (...). Um género em tríade, no qual três elementos são essenciais: a imagem, o humor e temas sociais e políticos (Leal, 2010:227).

Leal (2011:339-340) afirma, em relação ao cartune, que também ele cumpre uma função social, “o humor, desenho gráfico e a opinião sobre temas da realidade, (...) essas três componentes interagem, (...) a interação detectada é responsável pela função social do cartoon de efetuar comentários através do uso da sátira”. A autora afirma que o carácter opinativo do texto é acentuado devido à publicação destes textos na comunicação social, seja ela feita em espaços de opinião ou ao lado de editoriais. A autora conclui que identificou “duas atividades associadas ao *cartoon*; a primeira é humorística a segunda está ligada ao exercício jornalístico” e refere que “o humor e a crítica são características diretamente associadas ao seu funcionamento, definindo a relação entre o verbal e o não-verbal”.

No cartune, Leal (2011:220) considera que a imagem “é fator determinante para reconhecimento do género”, ou seja, não pode existir um cartune sem ter imagem. A autora refere que este texto, “pode conter elementos caricaturais, ter uma só imagem ou conjugar-se em forma de banda desenhada com sequências de imagens, podendo ter balões ou apenas legendas”. Sendo definido como icónico, quando só existe imagem e icónico-verbal, quando o autor lhe junta texto e ter uma estrutura formal, de “Configuração Faseada” ou “não Faseada”; na primeira, o tema é representado numa sequência de quadros e na segunda num quadro único. A autora indica que é a “interação” do verbal com o não-verbal que é responsável pelo funcionamento discursivo deste género.”

A imagem domina o centro da narrativa, mas o seu carácter polissémico obriga, por vezes, à utilização da palavra com o objetivo de lhe fixar um sentido. Uma estrutura que contrasta com a estrutura do texto exclusivamente verbal do editorial, definida como em Rebelo (2002:133). O autor conclui que o editorial assume a configuração geométrica de uma pirâmide invertida, em que o vértice inferior coincide com o vértice superior de um losango, ou seja, há uma ocorrência que motiva o editorial, é retirada uma primeira conclusão que respeita essa ocorrência e dá o mote para “um tema de incidência

mais alargada”, depois são reunidas “mais informações e mais comentários” voltando a existir uma nova filtragem que conduzirá à conclusão final. O editorial é publicado sempre no mesmo espaço do jornal. O autor fala no seu “valor simbólico” e ilustra esse simbolismo com a forma como esse texto era produzido no Jornal *Le Monde*.<sup>7</sup>

Maingueneau (2004:61) aponta o editorial como um género de discurso que apenas pode “aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes”.

No que respeita aos cartunistas, Leal (2011:222) cita Possenti (2005) para aludir ao caso da imprensa brasileira, onde existem os cartunistas “de plantão, cujo papel é o de retomar a notícia principal que é capa (primeira página) do jornal, havendo um compromisso em termos de conteúdo temático e não ideológico”, e os cartunistas com “maior autonomia em relação ao tema”.

Charaudeau, (2006:235) defende que “o editorialista e o cronista político têm a liberdade de expressar um ponto de vista partidário, mas o primeiro é instado a fazê-lo de maneira argumentada, ainda mais porque seu ponto de vista implica o engajamento de toda a redação do jornal”, ou seja, as opiniões expressas num editorial terão de ser justificadas por forma a que quem o lê perceba e adira ao seu conteúdo, se possível sem o pôr em causa. O editorialista terá de cumprir regras na construção discursiva, até porque tem a difícil tarefa de agradar aos leitores em nome de toda a redação e em última instância, em nome do jornal, que depende do número de leitores para sobreviver. Já o cronista exprime a sua opinião, e pode fazê-lo num enunciado recorrendo às estratégias enunciativas que entender e sem necessidade de justificar a opinião expressa.

Cartunes e editoriais são textos críticos, mas enquanto “nos editoriais e cadernos de opinião temos a crítica considerada “séria”, nos *cartoons* encontramos a crítica satírica”. (Leal 2011:217)

## **1.2. A “Caneta Selvagem” versus Caneta Amestrada**

No espaço do jornal estão á disposição do leitor estes dois géneros textuais, em que o bico da caneta que escreve o cartune é bem mais “aguçado” do que aquele que redige o editorial. O jornalista tem uma caneta que se movimenta entre um conjunto de regras que parametrizam o seu discurso, limites que não são obrigatoriamente cumpridos pelos cartunistas.

Os cartunes fazem parte de uma “atividade lúdica” que ajuda a encarar a realidade (Leal, 2010:228). Uma atividade que, ao construir o cómico, tem na sua base, e de acordo com Freud (1905)<sup>8</sup>, o *nonsense*, silogismos, automatismos, trocadilhos, resposta pelo contrário, analogia e cinismo. Características que provocaram o debate entre investigadores de duas universidades australianas. Hogan (2001) defendeu que a publicação de cartunes incrementa o “cinismo” político levando ao alheamento do processo político. O autor diz que isso acontece porque, como noutros textos jornalísticos, não há

---

<sup>7</sup>Rebelo, 2002:134. O fundador do jornal encarregava um jornalista de escrever o editorial. A sua redação era elaborada num espaço próprio e reservado e só depois de discutido com o diretor era publicado.

<sup>8</sup>Nas referências bibliográficas esta citação é encontrada em Freud, Sigmund (1969).

equilíbrio entre os aspetos negativos e positivos. O texto humorístico tem sempre um maior nível de negatividade. O autor, usando uma metáfora, apelida a caneta dos cartunistas como “The Savage Pen”; uma “caneta selvagem” que questiona, porque não está submetida às mesmas regras que os jornalistas; e pergunta “se deve ser concedida uma licença extra aos cartunistas?”, afirmando não ser óbvio, para ele, que possam ser satíricos e impiedosos, enquanto os jornalistas têm de ser cuidadosos.

Manning e Phidian (2004) respondem, defendendo que os cartunistas são os “modernos bobos da corte” e reconhecendo aos cartunes duas funções, “entreter os leitores e satirizar o vício e a loucura da vida política”. Os autores afirmam que os leitores sabem perfeitamente que os cartunistas não são repórteres e levam isso em conta, defendendo que aos cartunistas “deve ser concedida uma licença extra para serem extravagantes e desleais na sua crítica à vida pública”.

Na construção do discurso, o cartunista procura criar situações humorísticas, tendo em vista seduzir o leitor através da imagem e da palavra.

(...) o humor é uma forma criativa de descobrir, revelar e analisar criticamente o homem e a vida. É uma forma de desmontar através da imaginação, um falso equilíbrio anteriormente sustentado pela própria imaginação. Seu compromisso com o riso está na alegria que ele provoca pela descoberta da verdade. Não é a verdade em si que é engraçada. Engraçada é a maneira como o humor nos faz chegar a ela. O humor é um caminho (Ziraldó, apud Rabaça, 2001:373).

Raskin (1985), na sua teoria semântica do humor, defende que “para um texto de humor verbal ser formulado, ele deve ser compatível (...), no todo ou em parte, com dois *scripts* diferentes”, e estes *scripts* “são opostos num senso: real/não real, esperado/inesperado, plausível/não plausível”. Para o autor, “a sobreposição de um *script* sobre outro, impõe uma segunda interpretação do texto, causando o humor”.

Bergson (1900)<sup>9</sup> afirma por seu turno que “uma frase, para se tornar cômica precisa de (...) uma ideia absurda num modelo consagrado de frase”. Neste diálogo entre autores sobre como se constrói o humor, pode ainda referenciar-se Propp (1992) que diz não ser possível falar de comicidade sem ter em conta o riso. Para ele, a comicidade acontece “devido a uma contradição entre a forma e conteúdo, aparência e essência”.

Mathews (2011:1-8) diz que “os cartunes editoriais são artefactos retóricos que constroem argumentos dando forma aos seus significados, nos quais muitas vezes o humor está baseado na incongruência e na superioridade”. A primeira teoria, a da incongruência, diz que o humor é criado quando duas ideias, completamente opostas, são fortemente relacionadas. A teoria da superioridade defende que o que faz rir nos cartunes são “os cenários que permitem à audiência ter uma sensação de superioridade sobre a pessoa ou instituição que é criticada”.

Freud (1928) escrevia que “o humor não é resignado, mas rebelde. Significa não apenas o triunfo do ego, mas também o do princípio do prazer, que pode aqui afirmar-se contra a crueldade das

---

<sup>9</sup>Nas referências bibliográficas esta citação é encontrada em Bergson, Henri (1987).

circunstâncias reais.”

Os jornalistas têm como ponto de partida uma realidade que depois de representada na comunicação social chega aos cartunistas enquanto acontecimento mediático.

Um processo que exige ao jornalista rigor, objetividade, verdade e seriedade, por contraponto com o cómico.

O estatuto dos jornalistas determina como deveres, “informar com rigor e isenção, rejeitando o sensacionalismo e demarcando claramente os factos da opinião”<sup>10</sup> e ainda “respeitar a orientação e os objectivos definidos no estatuto editorial do órgão de comunicação social para que trabalhem”<sup>11</sup>. A este estatuto está obrigado o editorialista.

A discussão sobre que regras devem seguir os cartunistas é encontrada em Sousa (2010:15), quando define as características que prescreve para esses textos. O autor refere que a caricatura/cartune é “a arte de fazer a crónica do quotidiano com humor e seriedade (...)”. Que permite “compreender quais as questões que mais preocupavam o povo e quais os seus prazeres”. Sousa (2010) aponta, ainda, como características desejáveis da caricatura/cartune:

ser fraterna porque o verdadeiro humorismo não se ri dos outros, mas com os outros. Deve ser suficientemente inteligente para que a acidez da crítica não ofenda o indivíduo. Deve ter a capacidade de deixar a vítima rir-se de si própria, aceitando a crítica com respeito (Sousa, 2010:9).

O mesmo autor adverte, referindo-se à época em que a caricatura/cartune se impôs após a vitória do liberalismo, que da mesma forma que os ideais do liberalismo não foram cumpridos, também nem sempre foram cumpridas as regras.

A “Caneta Selvagem” do cartunista só entra em cena depois da “Caneta Amestrada” do jornalista transformar o “facto” em “notícia” e assim construir o acontecimento mediático.

O texto jornalístico que dá corpo ao acontecimento, é identificado por Sodré (2009:71) como a “notícia factual”, defendendo que esta implica a construção do acontecimento segundo os parâmetros jornalísticos”, ou seja, construído dentro das “regras, hábitos e convenções que estruturam o campo profissional da imprensa”, em que a verdade ocupa o primeiro lugar no “pódio” das regras jornalísticas.

A “verdade dos factos” ou “contra factos não há argumentos” são expressões usadas para transmitir a ideia de que um facto é uma verdade inquestionável, sem que seja possível encontrar argumentos que o transformem em qualquer outra coisa diferente da verdade.

Kant<sup>12</sup>, para definir factos, fala em “objetos para conceitos cuja realidade objetiva pode ser provada” e Wittgenstein (1922) distingue facto de objeto (coisa). Para Wittgenstein, o mundo é a totalidade dos factos, não das coisas. Seixas (2009:184) afirma que “o que caracteriza o facto é o resultado de uma ação passada. Já o acontecimento é fenómeno em processo”.

---

<sup>10</sup>Estatuto dos jornalistas artigo 14º a) do capítulo dos Deveres.

<sup>11</sup>*Idem.*

<sup>12</sup>Kant, I. *Crítica do Juízo*, §91 citado por Sodré (2009:28).

Entre o mundo dos factos e o das notícias existe o processo<sup>13</sup> que os transforma em acontecimentos mediáticos.

Lamizet (2006:33) divide os acontecimentos em três categorias: reais, simbólicos e imaginários<sup>14</sup>. O acontecimento simbólico “é um facto cultural e nesse sentido ele sofre a interpretação dos sujeitos da comunicação, ou simplesmente da sua opinião”. O autor afirma que:

A articulação da dimensão simbólica do acontecimento com a sua dimensão real é fundamentalmente o trabalho do jornalista, chamado a construir nos média, as representações simbólicas do acontecimento, destinadas a serem o objecto de comunicação e difusão no espaço público (Lamizet, 2006:33).

Sodré (2009:71) define a *notícia factual* como sendo a “construção do acontecimento segundo os parâmetros jornalísticos de tratamento do fato, ou seja uma prática que comporta apuração de dados e informações, entrevistas, redação e edição de textos.” Afirma o autor que a dimensão “construtivista” permite ver uma “*interpretação singularizante do fato* – um processo ordenado de versões – em função da “cultura” jornalística”, ou seja, de acordo com as “regras, hábitos e convenções que estruturam o campo profissional da imprensa”.

Mouillaud (2002:51) classifica o acontecimento como “a sombra projetada de um conceito construído pelo sistema da informação, o conceito do fato”.

O “facto bruto” é designado por Sodré (2009:71) como uma ocorrência com qualidades indiferenciadas, do qual se parte para ser transformado em “acontecimento” através da interpretação que implica a notícia. Neste processo há a considerar ainda a noção de que os acontecimentos têm como ponto de partida “factos brutos” atuais. O autor recorre à semiose de Pierce para fazer a analogia com a semiose jornalística, onde “o facto em bruto (o “objeto atual”) determina o acontecimento, desdobra-se por meio de uma interpretação em notícia, que é uma estratégia ou um género discursivo susceptível de representar a ocorrência fatural primeira e eventualmente desdobrar-se em novas interpretações”.

Rebelo (2002:114) argumenta que “o discurso do acontecimento (...) materializa-se em géneros” e propõe que os tipos de géneros sejam definidos com base “em três critérios: se o género releva mais de um “reportar”, de um “comentar” ou de um “provocar”; se exprime uma maior ou menor intervenção do respectivo produtor; se a sua origem é interior ou exterior à redação”.

No espaço público circulam acontecimentos mediatizados. Lamizet (2006:36) defende que a mediação transforma a informação sobre o acontecimento num assunto político, que passa, então, a dizer respeito a todos. O autor afirma que a informação faz do acontecimento “uma referência estruturante da nossa identidade”. O espaço público é, neste trabalho, entendido como o define Innerarity (2006:10), “como lugar onde os problemas são assinalados e interpretados, onde as tensões são experimentadas e o conflito se converte em debate, onde é encenada a problematização da vida social”. Um espaço que

---

<sup>13</sup>Processos encontrados nas teorias da comunicação (Agenda-setting, Gatekeeping e Newsmaking).

<sup>14</sup>Lamizet (2006:33) defende que articulação dos acontecimentos de dimensão imaginária com os de dimensão simbólica é tarefa para o mundo da ficção.

evoluiu da comunicação face-a-face dos “salões” para uma comunicação mediatizada. Os meios de comunicação social têm, nesta intermediação, um papel privilegiado. Luhmann (1996) afirmou que “o que nós sabemos acerca da nossa sociedade, e até do mundo em que vivemos, sabemos-lo pelos meios de comunicação.” Innerarity (2006:89) conclui que “vivemos num mundo em segunda mão e é fundamentalmente aos meios de comunicação social que nós devemos esse facto”. A realidade observada pelos cartunistas chega a este espaço depois de construída pelos profissionais da comunicação social. “Os meios de comunicação social não existem para afirmar como é a realidade “em si”, mas sim como ela é vista por outros” (Innerarity, 2006:96). É esta visão, construída de factos transformados em acontecimentos mediatizados, que chega ao espaço público e “configura” a opinião pública.

É o conhecimento comum dos acontecimentos e a transmissão de um ponto de vista através de um texto essencialmente icónico que permite ao cartunista chegar à audiência de uma forma mais imediata que o editorialista. Joly (1994:155) diz que sem ser um “flagelo contemporâneo ameaçador”, a imagem como um “meio de expressão e comunicação” precisa, para a sua compreensão do “contexto da comunicação, da historicidade da sua interpretação, (...) e especificidades culturais”.

### 1.3. Uma nota histórica: O Cartune veio para ficar!

A palavra britânica *cartoon* foi atribuída, pela primeira vez, a um desenho humorístico e satírico publicado em 1843 pela revista *Punch*. A revista satírica apropriou-se do termo para qualificar um conjunto de desenhos publicados que parodiavam uma iniciativa da corte Britânica. Até aí, *cartoon* significava um cartão, onde eram traçados desenhos à escala para serem depois reproduzidos. A história regista que o Príncipe Albert encomendou um conjunto de *cartoons* para decorar os novos murais do Palácio de Westminster. A iniciativa recebeu muitas críticas dos britânicos e a revista decidiu encomendar os seus próprios *cartoons* ao ilustrador e caricaturista John Leech. (Figura 1.1).

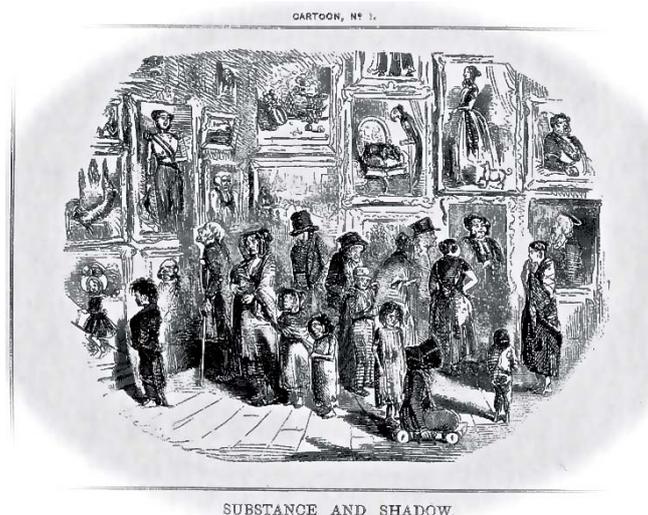


Figura 1.1. Primeiro *Cartoon* publicado com o significado que hoje lhe é atribuído.<sup>15</sup>

<sup>15</sup>Cartoon nº 1 da autoria de John Leech - O primeiro cartoon publicado na revista “Punch” sobre os frescos de Westminster. Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f9/SubstanceandShadow.jpg>.

Em Portugal, Sousa (2010:10) indica, como data para o nascimento da caricatura de imprensa<sup>16</sup>, o dia 12 de Agosto de 1847, com a publicação do “*Suplemento Burlesco de O Patriota*”. Sousa justifica a data com a circunstância de nessa altura ter sido cumprida a “regularidade na sua publicação, serem trabalhos noticiosos ligados aos acontecimentos do dia-a-dia e serem de autoria reconhecida”. Sousa (1998:) refere que “esta ilustração surge como testemunho noticioso da semana, como crítica direta aos acontecimentos contemporâneos”.

Machado (s.a.:239-241) escritor e cronista da época, refere-se a Bernardino Martins, o redator dos textos do “*Suplemento*”, como “um maganão, um inovador, perturbou de várias vezes com o ridículo os pensamentos e lances mais sisudos e solemnes desses tempos...”. O autor afirma que o “*Suplemento Burlesco*” “fez propriamente o que se chama época. No dia em que se publicava, não se pensava n’outra coisa, não se falava senão disso. Gostavam de o ler moços e velhos.” Palmeirim (1891:14-15) refere que o autor das caricaturas era “conhecido pela designação de *Pinta Mônos*, com que o próprio redactor do *Suplemento* chismára o seu colaborador.” Os relatos da época, feitos tanto por Machado (s.a.), como por Palmeirim (1891), dão conta da perseguição da polícia a “*O Patriota*”, dada a irreverência e o incómodo causados ao poder da época. Palmeirim (1891:14), quando se refere ao editor de “*O Patriota*”, diz que incomodava “o governo d’aquella epocha com satyras pungentes e caricaturas que nunca erravam o alvo”.

O cartune foi a primeiro formato de imagem a chegar aos jornais. Rebelo (2002:42) refere que o jornal francês *Le Monde* se tinha afirmado pela ausência de ilustração e de cor mas, que por exigência de mercado, seria obrigado a alterar a sua política quanto à utilização da imagem. O diário francês começou “por inserir na primeira página, desenhos humorísticos assinados por comentadores políticos, os célebres *cartoons* que, pela sua natureza, se situam entre o texto e a ilustração propriamente dita”.

A necessidade de conquistar novos públicos obrigou os jornais a adaptarem-se a uma nova “Cultura do Visual”. Esta forma de comunicar, sintética, rápida e eficaz, utilizada pelos meios de comunicação de massas, leva até aos leitores mensagens que partem de uma ideia que Conde (2009) diz pressupor as “singularidades do pensamento artístico, substância do poder simbólico (...)”. A autora acrescenta, assim, a ideia ao poder simbólico de Pierre Bourdieu, que valoriza a “dominação e a legitimação”. Conde (2009) defende que “o poder artístico é (...) o triplo poder de representar, transcender e agir sobre os imaginários e sociedades”. A arte de transmitir uma ideia através desta forma específica de texto, o cartune editorial, conquistou um lugar nas sociedades que consomem cada vez mais imagens visuais.

Mitchell (1986) encontra uma explicação para que o consumo de imagens seja cada vez maior no mundo ocidental. Afirma o autor que a explicação está no relacionamento das palavras “imagem” e

---

<sup>16</sup>O autor considera caricatura e cartune a mesma coisa.

“ideia”. “Ideia” deriva do verbo grego “ver” e por isso a cultura ocidental é orientada por um paradigma visual.

A etimologia da palavra lembra-nos (...) que a forma como pensamos na cultura ocidental é guiada por um paradigma visual. Olhar, ver e conhecer tornaram-se perigosamente interligados. Assim a forma como passamos a entender o conceito de “ideia” está profundamente ligada às questões da “aparência” do desenho e da imagem. (Mitchell 1986:5)

Wittgenstein<sup>17</sup> afirma que “uma imagem é um facto” e “a imagem lógica dos factos é um pensamento”.

Riani-Costa (2002:3) estabelece as diferenças que os brasileiros encontram entre aquilo que designam por *charge*, *caricatura* e *cartum*. Uma *charge* é caracterizada por satirizar uma situação atual de índole social, política, cultural, etc.; o *cartum* não tem em conta a atualidade, e a *caricatura* é um “retrato fisionómico distorcido”. Chico Caruso, um conhecido desenhador de humor gráfico brasileiro, citado por Lago (2001), para sintetizar as diferenças, disse que “uma cena de horizonte amplo seria um *cartum*; centrada numa situação ou em personagens definidos seria uma *charge* e focada exclusivamente numa pessoa seria uma caricatura”.

Em Portugal, os textos de humor gráfico estão todos englobados na designação geral de cartune. Sousa (1998:9) refere, logo no início da sua obra, que utiliza “o termo Caricatura, no âmbito francófono que engloba nesta designação todo o desenho de imprensa de cunho humorístico-satírico, termo esse que os anglo-saxões substituíram por Cartoon”. Para o autor, caricatura e *cartoon* são assim, apenas designações diferentes do mesmo texto. Leal (2011:27-28) diz que, “no geral, os *cartoons* podem conter caricaturas” e indica não haver, em Portugal, subdivisões do género cartune, concluindo que o termo integra todas as subdivisões encontradas no Brasil.

## **CAPÍTULO II – A METODOLOGIA E O MÉTODO**

### **2.1. Objetivo e Hipótese**

O objetivo desta dissertação é comparar as estratégias discursivas utilizadas nos cartunes e nos editoriais, com a finalidade de verificar que relação se estabelece entre os dois textos no espaço do jornal onde são publicados.

Para isso, identificam-se os ângulos de abordagem do tema e procuram-se estratégias enunciativas usadas no discurso expresso nos textos, encontrando significados para a sua utilização. Tem particular relevo a modalização textual, a citação, o implícito através do pressuposto e subentendido, a dictização, estratégias de humor e persuasão, assentes na ironia, no trocadilho de palavras, no absurdo, no exagero e na incongruência e superioridade.

Parte-se da hipótese de que o cartune e o editorial são complementares, na função de construir

---

<sup>17</sup>L. Wittgenstein, (1961), *Tractatus Logico - Philosophicus*. London: Routledge & Kegan Paul 1961, pp. 15 and 19. Citado por Jenks (2003:1).

opinião, apesar de ser permitido aos cartunistas ultrapassar as regras editoriais a que estão obrigados os jornalistas.

## 2.2. O Corpus

A amostra é composta por 48 documentos, 24 cartunes (9 no *DN* e 15 no *Público*) e 24 editoriais (13 no *DN* e 11 no *Público*), publicados nos dois jornais diários entre 15 de Outubro e 1 de Novembro de 2012. Foram seleccionados todos os cartunes e editoriais em que o tema se relacionava com o OE/13 e/ou com as suas consequências sociais e económicas. O período de tempo para recolha da amostra situou-se entre o dia em que o documento do governo foi apresentado publicamente e entregue pelo Ministro das Finanças no Parlamento (15/Out) e o dia seguinte à sua votação na generalidade (1/Nov), dado que o suporte é o jornal impresso diariamente.

O *DN* e o *Público* incluem, diariamente, um cartune assinado pelo seu autor e um editorial que preenche os requisitos de não ser assinado e ser publicado sempre no mesmo espaço, sendo ambos referenciados pela palavra editorial.

O *DN* publica o cartune titulado “Cravo & Ferradura”, da autoria do desenhador José Bandeira; no *Público* o cartune “Bartoon” é assinado por Luís Afonso. O Quadro 2.1. resume a constituição da amostra.

Jornal	Ano de fundação	Circulação média diária <sup>18</sup>	Local de edição	Título do cartune	Autor do cartune	Cartunes Amostra	Editoriais Amostra
<i>DN</i>	1864	24 833	Lisboa	Cravo & Ferradura	José Bandeira	9	13
<i>Público</i>	1990	29 074	Lisboa	Bartoon	Luís Afonso	15	11

Quadro 2.1. *Corpus* documental constituído por cartunes e editoriais.

## 2.3. A Metodologia

Optou-se por uma análise sequencial do *corpus* documental. Procede-se primeiro, à análise dos cartunes e só depois à dos editoriais. Procura-se, desta forma, evitar a influência ou contaminação da análise dos cartunes pelas conclusões extraídas da análise do texto dos editoriais, uma vez que o objetivo é estabelecer a relação entre eles, esperando-se que os cartunes ultrapassem as regras jornalísticas seguidas no discurso editorial.

O processo de análise é concretizado para cada publicação, *DN* e *Público*, as conclusões são posteriormente integradas de acordo com semelhanças e diferenças encontradas.

Uma vez tiradas as conclusões da comparação das estratégias enunciativas usadas, nos cartunes

---

<sup>18</sup>Tiragem em circulação no último trimestre de 2013; Fonte: Associação Portuguesa para o controlo de tiragem e circulação dados disponíveis em: [http://www.apct.pt/Analise\\_simples.php](http://www.apct.pt/Analise_simples.php).

e editoriais, com o objetivo de formar opinião, é elaborado o guião orientador das entrevistas a serem concretizadas de seguida. O procedimento destina-se, mais uma vez, a evitar a influência da análise pelas respostas dadas pelos autores dos textos e, ainda, utilizar a entrevista como método de “validação”.

Para as entrevistas é adotada a variante semi-diretiva<sup>19</sup>, um modelo que permite verificar algumas das conclusões tiradas e recolher informações relevantes sobre o tema aqui proposto. O guião é elaborado com o objetivo de obter respostas quanto ao contexto de produção e receção dos textos, do posicionamento dos cartunistas na atividade jornalística e a validação de resultados obtidos.

#### **2.4. O Método de Análise**

A Análise de Discurso (AD) é o método escolhido para analisar o *corpus* documental objeto desta dissertação. Esta abordagem qualitativa é apontada por Maingueneau (1997:11) como um método de análise de textos, capaz de desvendar um “sentido oculto”, e cita para o efeito M.Pêcheaux para referir que a AD “pretende construir procedimentos que exponham *o olhar-leitor a níveis opacos à acção estratégica de um sujeito.*”

Bauer (2000:244) indica que a AD “é o nome dado a uma variedade de diferentes enfoques no estudo de textos, desenvolvidos a partir de diferentes tradições teóricas”. O autor adverte que, apesar de diferentes, todas rejeitam a “noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir ou descrever o mundo e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social”.

Bauer (2000:246)<sup>20</sup> diz não haver uma AD mas antes “muitos estilos diferentes de análise”, associa as variedades de AD em tradições e refere haver “uma variedade de posições conhecidas como linguística crítica, semiótica social ou crítica e estudos de linguagem”, esclarecendo que o compromisso desta tradição é com a semiótica e com a análise estruturalista, e indicando que esta vertente está bem representada nos estudos dos média. O mesmo autor esclarece que, na AD, o termo “discurso” refere-se a “todas as formas de fala e texto”. Maingueneau (1997:11) afirma que “toda a produção de linguagem pode ser considerada discurso”, devendo-se isto à “própria organização do campo da linguística”, considerando que neste campo há um núcleo “rígido” que se opõe a uma periferia instável que permanece em contacto com disciplinas como a sociologia, a psicologia, a história, entre outras. Ou seja para além do campo da linguística, com um corpo de conceitos pré-definidos que, para a AD, podem ser entendidos como um conjunto de recursos que permitem a análise, há um “contexto de produção” que determina, em cada momento, o discurso. Rebelo (2002), suportado na teoria de Bakhtin, indica que a enunciação feita em contextos diferentes dá origem a enunciados únicos.

---

<sup>19</sup>Quivy (2008:192:193).

<sup>20</sup>Bauer refere um conjunto de autores: Fowler et al.,1979; Kress & Hodge, 1979; Hodge & Kress, 1988; Fairclough, 1989.

Um contexto de enunciação que se reporta ao espaço e ao tempo (o “onde” e o “quando”), ao objecto ou tema (o “do que é que...”) e à relação do(s) locutor(es) com o tema em causa –avaliação. É este contexto de enunciação que, por ser único, confere ao enunciado a sua identidade. Uma identidade só compreendida na diversidade dos enunciados anteriores, com os quais, tal como a língua ele estabelece uma relação *dialógica*: uma relação intertextual (Rebello 2002:62).

Bauer (2000:246-248) afirma que a AD está interessada “no conteúdo e na organização dos textos”, perspectivando a linguagem como uma “construção”. O autor refere que Potter e Wetherell (1987) põem em evidência que o discurso é construído com recursos linguísticos pré-existentes e essas escolhas permitem variadas formas de descrever o mesmo acontecimento, dependendo essa descrição da orientação do locutor. Orlandi (1999:21) esclarece que o texto onde é produzido o discurso, não é para a AD uma simples transmissão de informação e os interlocutores participam em simultâneo no “processo de significação e não estão separados de forma estanque” como num processo comunicativo onde há a transmissão de uma mensagem entre um emissor e um receptor. O autor afirma que o “funcionamento da linguagem põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história”, definindo as relações de linguagem como “relações de sujeitos e sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados”. Daí a definição de discurso: “o discurso é efeito de sentidos entre locutores.”

O método foi escolhido em função do objetivo da dissertação. Comparar o discurso produzido por diferentes autores com diferentes referências culturais, sociais e profissionais, que produzem diferentes géneros textuais. Bronckart (2006) “põe em destaque o gênero como modelo de texto que é adotado pelo produtor a uma situação comunicativa”.

Bakthin (1997:279) relaciona atividade humana e língua, “A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana”. O “tema, estilo verbal e construção composicional” são as três componentes apontadas pelo autor para distinguir diferentes “géneros do discurso”, “fundem-se indissolúvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação”.

Nesta dissertação estão em estudo dois géneros discursivos distintos, o cartune e o editorial, provenientes da atividade jornalística. Leal (2011) identifica o género textual cartune: textos onde estão presentes diferentes processos de semiotização, a linguística e a não-verbal e, porque tem como “suporte o jornal”, é “reconhecido como um género que pertence à atividade jornalística”.

O texto é considerado hoje tanto como objeto de significação, ou seja, como um ‘tecido’ organizado e estruturado, quanto como objeto de comunicação, ou melhor, objeto de cultura, cujo sentido depende, em suma, do contexto sócio-histórico (Barros, 2003:01).

Bauer (2000:249-250) indica que todo o discurso é circunstancial e que a análise é feita em simultâneo com a análise do contexto interpretativo. O autor refere que “um dos objetivos da AD é identificar as funções ou atividades, da fala e dos textos e explorar como eles são realizados”. O autor afirma que a técnica parte da convicção da organização retórica dos textos e defende que “a ênfase na

natureza retórica dos textos dirige a nossa atenção para as maneiras como todo o discurso é organizado a fim de se tornar persuasivo”

A presença da imagem nos cartunes exige um modelo teórico de análise que permita desvendar aquilo que o seu autor transmite, não só através do texto verbal, mas também do icônico.

O modelo teórico adotado para analisar o discurso produzido no *corpus* é o Interacionismo Sócio Discursivo (ISD) de Bronckart (1999, 2008). O autor constrói uma teoria em que a análise de um texto exige o conhecimento do “contexto de produção” e “organização temática”, e ainda a desconstrução da “arquitetura interna dos textos”. Para o Interacionismo social cada texto é único, por ser produzido por um agente-produtor inserido num determinado contexto social, histórico e cultural que vai influenciar as suas escolhas no momento da produção textual. Cada texto, designado como “ação de linguagem”, por ser produto de um “agir comunicativo” que resulta das “atividades humanas”, é por isso determinado pela atividade mental, pela interação humana e ainda pela linguística. De acordo com este quadro metodológico, o agente produtor traduz no texto um “mundo discursivo” construído com base no “mundo ordinário” da ação humana onde está inserido. O desvendar do “mundo discursivo”, refletido no texto, permite “entrar no mundo do produtor” que, para produzir um determinado efeito nos seus interlocutores, recorre a um corpo linguístico e a estratégias enunciativas definidas.

Nesta produção textual, o autor/produtor tem em conta, para além das suas representações do mundo real, aquilo que pensa serem as representações do mundo real feitas pelo recetor do texto. Uma cadeia complexa de relações e interações que, uma vez desvendadas, fornecem pistas sobre como interpreta e avalia o autor/produtor do texto o acontecimento sobre o qual se manifesta. Bronckard define o texto como um “folhado” dividido em três níveis. O nível mais profundo é a “Infra-estrutura” onde se manifesta a organização temática e discursiva, ao nível intermédio estão os mecanismos de textualização, constituídos pelas categorias da conexão e coesão nominal e, num nível superficial, estão os mecanismos enunciativos que integram as categorias da responsabilidade enunciativa, as vozes do discurso e a modalidade.

O quadro teórico-metodológico de Bronckard é um método pensado para a análise de textos verbais, sem ter em conta o texto não verbal. Ou seja, o ISD adequa-se à análise de textos em que a semiotização é apenas feita através dos signos linguísticos.

Para analisar textos “multimodais” em que os signos assumem diferentes formas de representação, Kress e van Leeuwen (2006) criaram a Gramática do Design Visual (GDV).

Os autores explicam o que significa a palavra “gramática” para a GDV baseando-se no trabalho de Halliday (1985) e referindo que o significado para a GDV é idêntico:

A gramática vai além das regras formais de correção. É uma forma de representar padrões de experiências... Ela permite aos seres humanos construir imagens mentais da realidade, para dar sentido às duas experiências, do que se passa ao seu redor e no seu interior” (Halliday,1985:10).

De Halliday, a GDV adota também as três “metafunções”: a ideacional (produto da interpretação

dos textos), a interpessoal (expressa a relação indivíduo/meio social, assumindo a linguagem como instrumento de comunicação) e a textual (capacidade para produção dos textos) (Kress e van Leeuwen 2006:41-44). Estas funções estão representadas em cada frase de um texto. Os autores defendem a conceção social do signo da Semiótica Social, considerando que a significação é construída na relação/interação estabelecida através do texto, entre produtor/leitor, em que cada interlocutor está inserido num contexto cultural que vai influenciar a produção do texto e a interpretação. Por isso, para a GDV, o significado do texto só fica completo quando interpretado. Uma interpretação que depende também dos “conhecimentos” comuns ao produtor e ao leitor.

Leal (2011) conjuga o ISD de Bronckart com a GDV de Kress e van Leeuwen e cria um quadro teórico-metodológico com o objetivo de analisar textos multimodais. Para integrar as duas teorias, a autora evoca “a compatibilidade de pressupostos epistemológicos sobre os textos como práticas sociais” (Leal 2011:201). O modelo está dividido em duas áreas, uma da “Ação da linguagem” e outra referente à “Arquitetura interna dos textos”. As categorias que integram este modelo têm assim, duas vertentes, uma verbal oriunda do ISD e outra não-verbal da GDV.

Leal (2011:159) identifica esta teoria com a designação de “Modelo de Análise Semiótico Sociointeracional”. Para analisar a “Ação de Linguagem” acrescenta, às categorias do ISD, a atividade em que é produzido o texto, “Atividade Relacionada”, o género escolhido pelo produtor desse texto onde constrói o seu “mundo discursivo” e o “Contexto de Recepção”. A interlocução é dividida em dois níveis, o primeiro entre o “Produtor/Leitor”, o segundo entre os “Participantes Representados”<sup>21</sup> (PR) na cena “teatralizada” no cartune. Neste trabalho seguiu-se, como forma de identificar os intervenientes, a mesma que é adotada no quadro teórico de Leal (2011): o “Produtor” é a pessoa que escreve/desenha o “texto”, a designação “Autor” é indicada para designar o produtor do “discurso” e o “Leitor” quem o lê e interpreta, para os interactantes, ou seja, para os interlocutores na cena representada é usada a expressão da GDV “Participantes”, sejam eles coisas, pessoas ou animais. Os “Participantes Representados” (PR) são os da cena representada, os “Participantes Interativos”<sup>22</sup> (PI) são o produtor e o leitor.

Às categorias para analisar a “Arquitetura Interna dos Textos” da ISD a autora integra as funções da GDV e designa três formas de “Organização” que contribuem para a formação textual: a “Temático-Representacional”, definida como “os diferentes modos de por em discurso as representações sociais dos interactantes” (Leal, 2011:206); a “Interacional”, que “compreende os modos de manifestar a interação tanto a nível verbal como no plano visual” (Leal, 2011:209), e a “Estrutural”, que permite analisar a “forma como o texto é apresentado (quando se pensa na composição do género), como também a maneira como o texto foi construído em seu contexto interno” (Leal, 2011:210-211). A interação do modelo, tal como a GDV, é considerada em três vertentes: entre produtor/leitor, através do texto, entre

---

<sup>21</sup>Designação com origem na GDV.

<sup>22</sup>*Idem.*

personagens representados e entre esses personagens e o produtor/leitor. O modelo é resumido nos Quadro B.1 e B.2 do Anexo B.

### CAPITULO III – A ANÁLISE

#### 3.1. O Contexto do *Corpus*

O *corpus* documental insere-se na atividade jornalística, pertencendo também os cartunes à atividade humorística. Os autores expressam-se através de dois géneros textuais, cartunes e editoriais, publicados no *Diário de Notícias* e *Público*.

O “Contexto de Produção e Recepção” é dado pelo “Contexto Físico”. Os editoriais são produzidos na redação das respetivas publicações, os cartunes no espaço dos seus produtores/autores. Por se tratar de jornais diários considera-se que o momento de produção e de receção são coincidentes, entre os dias 15 de Outubro e 1 de Novembro de 2012.

Os produtores/autores dos cartunes são Luís Afonso, no caso do *Público*, e José Bandeiras, no caso *DN*. Os editoriais são textos de responsabilidade coletiva. Os recetores das mensagens são os leitores das publicações.

Quanto ao “Contexto Sócio-subjetivo” o “Lugar social” é, no caso do *DN*, o grupo editorial “Controlinveste”, no caso do *Público*, a empresa “Público Comunicação Social S.A.”. A “Posição Social do Produtor” é a de cartunista/humorista, no caso dos cartunes, e a de jornalista, no caso dos editoriais.

A “Posição Social do Receptor” é traçada a partir do perfil do leitor das publicações. A comparação dos dois públicos é feita a partir de dados com origem numa sondagem da Marketest<sup>23</sup>, resumida no Quadro 3.1.

	Classe Social		Segmentação Geográfica			Grupo ocupacional	
	Alta Média alta	Baixa Média Baixa	Grande Lisboa	Áreas Metropolitanas	Resto do País	Quadros Médios Superiores Técnicos especializados	Não qualificados Reformados Pensionistas Desempregados
<i>Público</i>	42 %	23%	36%	50%	50%	48%	17%
<i>DN</i>	27%	42%	18%	40%	60%	30%	25%

Quadro 3.1. – Perfil dos leitores do *DN* e *Público* / Quadro comparativo.

Como se conclui pelos dados do quadro 3.1, os públicos dos dois jornais têm perfis muito diferentes. O *Público* tem a sua audiência essencialmente entre as classes mais altas, mais qualificadas

<sup>23</sup>A análise foi feita com dados do primeiro trimestre de 2012. Até agora, de acordo com as informações prestadas pelo *Público*, este jornal não voltou a solicitar mais estudos desta natureza, sendo assim os últimos a permitir comparação entre as duas publicações. A análise tem origem num estudo da Bareme Imprensa, facultada pelo jornal *Público* à autora desta dissertação. Este jornal traçou um perfil do leitor do *Público* comparando-o com o perfil do leitor de outras publicações, entre elas o *DN*.

e mais urbanas, enquanto o *DN* está no polo oposto, os seus leitores pertencem a camadas sociais mais baixas, menos qualificadas e inativas.

Toda a amostra expõe as opiniões dos seus autores/produtores sobre o tema do OE/13.

Até aqui foi definido o “primeiro nível de interlocução”, ou seja, o contexto que liga “produtor e leitor”; no caso dos cartunes há a ainda um “segundo nível”, o da “interlocução entre os personagens representados”.

As cenas representadas nos dois casos têm como base um diálogo entre duas personagens, numa conversa inserida no contexto do quotidiano. Uma cena que é observada pelo leitor no momento da leitura do texto. Os PR em destaque são figuras humanas.

No caso do *DN* estão inseridas em lugares sociais diversos: uma varanda para uma conversa entre vizinhas (fig.1), o consultório de uma vidente (fig.2) ou de um médico (fig.7), a praia (fig.3), a mercearia (fig.5 e 9), a sala de estar (fig.6), a rua (fig.4 e 8). Em ambientes sociais diversos, os personagens assumem posições sociais de clientes, vizinhos, amigos, pacientes.

No caso do *Público*, a cena desenrola-se sempre no mesmo espaço físico, dando assim lugar também a um único ambiente social, o de um bar. Os personagens representados têm a posição social de clientes, e um assume o papel de empregado do bar. Todos os PR comentam a atualidade noticiosa.

### **3.2. Da Publicação do Cartune e do Editorial**

No *DN*, o cartune e o editorial são publicados em secções diferentes. O editorial ocupa as páginas iniciais do jornal, imediatamente a seguir ao caderno “Atual” e onde são tratados os temas do dia. A secção onde é publicado é designada por “DN Opinião”. Um espaço onde, para além do editorial, são publicadas as cartas dos leitores, uma crónica de opinião da autoria de um jornalista e cuja zona central, é preenchida, nos dias de semana, por fotografias alusivas a um tema. Ao sábado, as fotografias dão lugar a uma crónica de opinião, intitulada “A semana por...” e ao domingo a um cartune de André Carrilho, identificado por “Djá-vu”.

O cartune “Cravo & Ferradura”, da autoria do cartunista José Bandeira, é publicado na penúltima página, identificada com a designação “DN Fórum”. Um espaço onde são inseridas, regularmente, crónicas de opinião de autores convidados, na sua maioria políticos e professores universitários.

No *Público*, de segunda a sábado, os dois textos são publicados na mesma secção intitulada “Espaço Público”, que ocupa as últimas páginas do jornal. O editorial abre a secção e o cartune é publicado no rodapé da segunda página. Nesta secção escrevem jornalistas, cronistas, políticos e especialistas em diferentes áreas e nela são inseridas também as “cartas à diretora”.

Ao domingo, o cartune mantém-se no mesmo espaço do jornal, aberto com as “cartas à diretora”. O editorial é destacado para uma secção publicada na segunda página do jornal, designada “Domingo Público”, que antecede o assunto em destaque e com o qual o editorial se relaciona.

Em ambas as publicações, os editoriais não são assinados e a palavra “Editorial” identifica o texto. O *DN* inclui antes dessa identificação, uma foto da sede do jornal e a frase “Ano 148º de informação de

qualidade”. Uma fórmula de apresentação que afirma a procura de credibilização, chamando a atenção para o quase século e meio de existência do jornal. Poderia dizer-se que defende a ideia de que a “antiguidade é um posto” na escala da “qualidade informativa”. O *Público* junta ao editorial o logótipo da publicação, numa ação semelhante ao que faz quando junta a fotografia do cronista à crónica por ele escrita. É também uma forma de afirmar aquela que é a opinião do jornal, associando-lhe a imagem de autoria coletiva.

Nos dois jornais o editorial é, por vezes, constituído por dois textos de conteúdo temático diverso. Para facilitar a identificação, considera-se o primeiro texto como “texto principal”, sendo o que se lhe segue identificado como “segundo texto”.

Enquanto no “DN Fórum”, onde é publicado o cartune diário “Cravo & Ferradura”, estão inseridas crónicas de opinião de cronistas convidados, no espaço onde é publicado o editorial, no “DN Opinião”, as crónicas de opinião são da autoria de jornalistas, que integram a direção de outros órgãos de comunicação social pertencentes ao mesmo grupo editorial, ou jornalistas do próprio *DN*, incluindo o diretor, mas sempre identificado como jornalista e não como diretor da publicação. Neste espaço são ainda publicadas “cartas” de leitores. Nota-se no *DN* a preocupação de distinguir, claramente, aquilo que é a opinião de jornalistas, daquilo que constitui a expressão de ideias num “Fórum” entre outros intervenientes e onde é incluído o cartunista, distinguindo assim o seu estatuto para a publicação.

No *Público*, o leitor chega à secção “Espaço Público” e encontra a opinião sobre diferentes assuntos, expressa por jornalistas, especialistas e políticos. Não há, ao contrário do que sucede no *DN*, uma separação, no espaço do jornal, entre o que é a opinião dos jornalistas e aquela que é a opinião de outros intervenientes. Esta distinção, no *Público*, é feita pelo leitor que encontra, associado ao artigo, o nome, foto, profissão, cargo e organização a que pertence o autor.

### **3.3. A Abordagem do Tema nos Cartunes e Editoriais**

O mapeamento dos ângulos de tratamento do tema OE/13 pelos dois textos tem como objetivo identificar a frequência com que o leitor fica exposto, ao ler o mesmo jornal, a dois textos que tratam o assunto a partir da mesma perspetiva.

Bronckart (1999:120) indica um processo para fazer esta observação através da leitura do “plano geral” que se refere “à organização do conjunto que compreende o conteúdo temático; mostra-se visível no processo de leitura e pode ser codificado em um resumo”.

No período a que diz respeito o *corpus* documental verificaram-se as seguintes situações:

1. Dias em que nem o editorial nem o cartune abordam o tema:

*DN* - 15, 20, 23 e 24 de Outubro.

*Público* - 20 e 26 de Outubro.

2. Dias em que só o cartune aborda o tema:

*DN* - 19 de Outubro.

*Público* - 15, 21, 22, 23 e 27 de Outubro.

3. Dias em que só o editorial aborda o tema:  
*DN* - 21, 22, 27, 28 e 30 de Outubro.  
*Público* - 16 de Outubro.
4. Dias em que os dois textos abordam o tema:
  - a. Sob o mesmo ângulo, no mesmo dia.  
*DN* – 16, 17, 18, 25, 26, 29, 31 de Outubro e 1 de Novembro.  
*Público* - 19, 24, 30 e 31 de Outubro.
  - b. Sob o mesmo ângulo, em dias diferentes.  
*DN* – nenhum.  
*Público* - 16, 17, 18, 21, 28 e 30 de Outubro.
  - c. Sob ângulos diferentes, no mesmo dia.  
*DN* – nenhum.  
*Público* - 25 e 29 de Outubro e 1 de Novembro.

O resultado desta análise encontra-se resumido no Quadro 3.2 para o *DN* e no Quadro 3.3 para o *Público*.

A análise dos conteúdos temáticos revelou situações em que os dois textos abordam o tema sob a mesma perspetiva em textos publicados no mesmo dia e em dias diferentes. No caso do *DN* apenas se encontraram coincidência de ângulos no mesmo dia, enquanto no *Público* predominam coincidências em dias diferentes.

### **3.3.1. Caso *DN***

No dia 16 de Outubro, o cartune e o editorial reportam-se à conferência de imprensa de Vítor Gaspar para apresentação do OE/13. O cartunista parte do relato, feito por um dos personagens, da frase mais mediática do Ministro das Finanças: “pela minha parte, a participação no Governo tem por único propósito retribuir o enorme investimento que o país colocou na minha educação.”<sup>24</sup> O editorial analisa o OE, os argumentos e o comportamento político de Vítor Gaspar, que classifica de “mais político do que técnico”. Não podemos esquecer que a sua competência técnica foi apresentada como “a sua principal qualidade” para integrar o executivo de Passos Coelho. Nos dois textos, os autores opinam sobre a “capacidade” do ministro para desempenhar a função. No cartune conclui-se que é preciso um inquérito para “apurar responsabilidades” de quem pagou a educação a Vítor Gaspar, enquanto que no editorial é posto em causa, em diferentes momentos, o seu comportamento e a incapacidade para cumprir o que o próprio Ministro tinha anunciado, através de frases como: “não há qualquer mitigação, como chegou a ser admitido pelo próprio ministro” ou “não anunciou, pois, nada de novo”, “o ministro nem

---

<sup>24</sup>A frase foi proferida verbalmente em 15 de Outubro de 2012. A citação aqui transcrita está disponível em: [http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content\\_id=2832748&especial=Or%E7amento%20do%20Estado%202013&seccao=ECONOMIA](http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=2832748&especial=Or%E7amento%20do%20Estado%202013&seccao=ECONOMIA).

conseguiu garantir a admitida suavização da austeridade” ou, ainda, “não terá passado de uma tática para acalmar a rua”.

No dia 17, o título do editorial é uma interrogação: “Será que funciona?”. Uma pergunta que encaminha para um discurso de impossibilidade política por parte do governo para concretizar com o caminho traçado, uma “plena execução empenhada, pacífica e coroada de êxito” do OE/13. O editorial dá a resposta no próprio texto, “não funciona”, e deixa o governo no centro de caminhos difíceis para resolver o problema, o caminho dos credores, as dificuldades no seio da coligação, que leva à “descrédibilização” política do OE e à dependência da solidariedade europeia, uma “encruzilhada” de onde, prevê a “vidente” do cartune, o governo não vai sair: “vejo que vai seguir pela encruzilhada”.

No dia 18, os dois textos debruçam-se sobre as desigualdades sociais causadas pelo empobrecimento da população. No cartune, dois personagens procuram disfarçar a sua condição de “desempregados sem abrigo”, estando na praia mas, como estão no mesmo sítio há muito tempo, um deles conclui que, se continuarem ali, “as pessoas vão perceber” a sua real condição. O editorial argumenta que só o crescimento económico pode pôr fim à “evolução das desigualdades económicas e sociais”, defendendo que a coesão social está a ser “duramente posta em causa e a centrifugar os mais fracos para a exclusão e a miséria”.

No dia 25, no cartune, a lojista interpela a freguesa, a Dona Piedade, para afirmar que “Gaspar não consegue cortar na despesa”. A Dona Piedade admira-se: “que estranho! Quase todos os portugueses conseguem”, e prontamente mostra como se faz, “quer ver?”, “Afinal”, ou seja, ao contrário do que estava a pensar, “não vou levar o desodorizante”. Toda a encenação dirige o leitor para a conclusão de que há alternativas, sem ser cortar nos rendimentos dos portugueses, para diminuir a despesa do estado. No editorial são referidos os previsíveis retrocessos em matéria de habitação, em consequência dos cortes nos apoios sociais, prevendo o regresso das barracas aos centros urbanos e concluindo que esse “sector informal de habitação” não será a única “informalidade” a regressar, tendo em conta o estado das finanças do país e o “rumo que o governo parece estar disposto a seguir no respeitante aos apoios sociais”, ou seja, aos cortes sucessivos como forma de reduzir o défice público.

No dia 26, enquanto no cartune a encenação conduz o leitor através de um trocadilho com a palavra “género”, a pensar nas dificuldades económicas de um casal idoso, o editorial, fala no prolongamento do “aperto” económico para 2014 perspetivando ainda mais austeridade.

No dia 29, o editorial tem como título “Caldo psicológico para reduzir o estado”. A começar o texto, a frase “Como era fácil de prever”, pelo que se tinha passado nos últimos dias, Passos e Seguro não se iam entender quanto à reforma do estado. Já tinha sido pública a resposta do líder do PS mas Passos insistiu no “desafio aos socialistas”. O editorial argumenta que o objetivo de Passos Coelho foi abrir um debate para criar um “caldo psicológico” favorável a mais e profundos cortes. No cartune, a situação encenada mostra um “cidadão” deitado na cadeira do psicólogo, numa consulta, em que a fala,

<b>Data publicação 2012</b>	<b>Cartune Assunto</b>	<b>Editorial Assunto</b>
16/Out	Apresentação do OE. Custo educação de Vítor Gaspar	<b>Título: “Após o Choque de 2013... o que nos espera em 2014”</b> Apresentação do OE Apreciação das palavras e comportamentos políticos do ministro das finanças
17/Out	“Vidente” prevê que o governo escolha o caminho da “encruzilhada”	<b>Título: “Será que funciona?”</b> Dúvidas sobre o sucesso da execução orçamental
18/Out	Conversa entre dois desempregados sem abrigo, que tentam esconder a sua situação	<b>Título: “A crise e as desigualdades”</b> Desigualdades sociais acentuam-se, estado social não responde, cortes empurram mais frágeis para a miséria
19/Out	Enfermeiro, que emigra, escreve a Cavaco para não deixar criar imposto sobre as lágrimas e a saudade	Não versa temática OE
21/Out	Não versa temática OE	<b>Título: “Receitas Mágicas, não obrigado!”</b> Críticas aos partidos por não apresentarem alternativas à austeridade do OE
22/Out	Não versa temática OE	<b>Título: “E as alternativas?”</b> Críticas de Mário Soares ao governo e PR, críticas à falta de alternativas, particularmente ao PS
25/Out	É fácil cortar na despesa; só Gaspar não consegue	<b>Título: “Crise, pobreza e barracas”</b> Cortes nos apoios sociais levam a aumento de pobreza levará ao reaparecimento de barracas
26/Out	Acentuam-se as desigualdades de género... e o género alimentício está uma desgraça	<b>Título: “Prolongar o aperto para 2014”</b> Depois das análises da troika e tendo em conta o OE para 2013, aperto continua em 2014
27/Out	Não versa temática OE	<b>Título: “Falácias sociais”</b> Críticas á forma como Ministro da Solidariedade justificou os impostos sobre subsídios sociais
28/Out	Não versa temática OE	<b>Título: “O maestro e a orquestra”</b> A desafinação entre Passos e Portas sobre OE
29/Out	Na cadeira do psiquiatra cidadão pede ajuda financeira	<b>Título: “Caldo psicológico para reduzir o Estado”</b> Divergências entre PS e governo para fazer cortes nas despesas sociais do Estado.
30/Out	Não versa temática OE	<b>Título: “Só há tango depois de se entenderem na música”</b> Passos desafia PS para negociações, depois de ignorar os socialistas
31/Out	Holandês que se perde foi encontrado. Conclusão: não se perdeu, foi para ver como era viver como os nacionais	<b>Título: “O Futuro”</b> Argumentos do governo na discussão na generalidade do OE prevendo mais austeridade para o futuro. Queda do nível de vida inscrita no memorando
01/Nov	A incerteza é a única certeza para o futuro	<b>Título: “Obrigação moral”</b> PS, PSD e CDS tem obrigação moral de se entenderem, pois todos governaram e assinaram o memorando

Quadro 3.2. - Ângulos de abordagem do tema OE/2013 no DN / Quadro resumo.

iniciada e terminada por reticências, indica que a conversa já estava a decorrer e irá continuar, e nós assistimos àquele momento, quando diz: “...mas o que eu queria mesmo saber doutor era se podia emprestar-me uns dinheiritos...”. Podemos concluir que “há um caldo psicológico” a criar “problemas psicológicos” aos cidadãos.

No dia 31, a Dona Piedade agradece ao “Senhor”, ou seja, a Deus, por a ter “feito encontrar o turista Holandês que se perdeu no Alentejo”. Através da “voz do Deus”, fica-se a saber que “ele não andava bem perdido”, mas “estava a tentar perceber o que era viver como os nacionais”. Implícito está o contraste entre a falta de qualidade de vida dos portugueses e a qualidade de vida do cidadão holandês. No editorial, a análise dos argumentos usados no debate na generalidade do OE/13, leva à conclusão que tudo indica que a qualidade de vida dos portugueses continuará a baixar, se não for invertida a “nova engenharia social para cortar 4000 milhões de euros à despesa pública”.

No dia 1 de Novembro, o editorial refere-se à votação na generalidade do OE, à “tensão” criada pelos protestos no exterior do parlamento, ao “tom mais moderado” do que o esperado no debate e ao comportamento contraditório do PSD e governo em relação ao PS. O editorialista conclui que há “obrigação moral” dos partidos em se entenderem, para “atenuar a austeridade extrema que a proposta de orçamento contém”. Fica em aberto a incerteza quanto ao futuro entendimento e apresentação de propostas. Uma incerteza que o cartune retrata através das preocupações da lojista, face aos portugueses que poupam “cada vez mais por causa da austeridade e da incerteza quanto ao futuro”. O cartune conclui, através das palavras da Dona Piedade, que a única certeza é “o da incerteza quanto ao futuro”.

### **3.3.2. Caso Público**

No dia 16, o editorial critica as opções do governo para o OE e, em particular, as palavras do ministro das finanças, pondo em dúvida as suas convicções quanto ao que anunciou, afirmando o editorialista que as opções “irrealistas” não podiam “resultar da convicção íntima de um técnico conceituado como Gaspar”, para concluir que não faria sentido “sucumbir ao fatalismo da derrota anunciada”, considerando essa opção “estúpida”. Neste dia, o cartune opta por um tema diferente mas, no dia seguinte, dia 17, o cartunista revisita o momento de apresentação do orçamento para criticar Vítor Gaspar de uma forma sarcástica, quando diz que o ministro “não devia retribuir tanto” a propósito de ter dito que estava no governo para retribuir o investimento do país na sua educação.

No dia 17, o editorial especula sobre o estado de saúde da coligação PSD/CDS. O editorialista afirma que “centristas já não são ouvidos no governo” e que está posta em causa a “capacidade de decisão política” dentro da coligação, chegando mesmo a afirmar que ela “morreu”. O cartunista pega no mesmo ângulo no dia seguinte, dia 18, e parte de uma pergunta feita pelo cliente para ao empregado do bar, “Como vai o casamento do PSD e CDS-PP?” para concluir: “Suponho que esteja a entrar naquela fase em que os cônjuges passam a comunicar só através dos advogados”, ou seja, sem capacidade para

<b>Data publicação 2012</b>	<b>Cartune Assunto</b>	<b>Editorial Assunto</b>
15/Out.	Indicadores económicos da OCDE prevê melhoria da economia portuguesa	Não versa temática OE
16/Out.	Não versa temática OE	<b>Título: “Um orçamento para a desesperança”</b> Analisa OE apresentado
17/Out.	Vítor Gaspar diz estar no governo para retribuir investimento na sua educação	<b>Título: “Era uma vez uma coligação?”</b> O estado de saúde da coligação no dia a seguir à apresentação do OE
18/Out.	Relação política PSD/CDS	<b>Título: “Merci Presidente Hollande” e “Poupanças que nos deviam envergonhar”</b> Críticas do Presidente Francês ao OE e críticas aos cortes que o OE prevê nos subsídios de desemprego e doença.
19/Out.	Governo diz não alterar uma vírgula no OE	<b>Título: “O meu governo por uma vírgula”</b> A reconciliação de Portas e Passos, a utilização e o valor das vírgulas no discurso político
21/Out.	Relação entre PSD/CDS	Não versa temática OE
22/Out.	Previsões otimistas dos governos não batem certo com realidade	Não versa temática OE
23/Out.	Emigração por causa da crise	Não versa temática OE
24/Out.	Criação do museu do dinheiro	<b>Título: “Um ataque aos mais frágeis sem emprego”</b> Os cortes nos subsídios de desemprego
25/Out.	Emigração de investigadores	<b>Título: “Um Governo abaixo do limiar da vergonha”</b> Críticas á forma como Ministro da Solidariedade justificou os impostos sobre subsídios sociais
27/Out.	Portas quer pro-atividade na relação com troika	Não versa temática OE
28/Out.	Sampaio pede para porem a economia a funcionar	<b>Título: “A “refundação” de uma promessa vazia”</b> Críticas a Passos por ter anunciado uma reforma mais profunda do estado quando não houve nem reforma superficial.
29/Out.	Declarações de Louçã, Vítor Gaspar e Aguiar Branco sobre crise	<b>Título: “O drama de não ter uma casa para morar”</b> O possível ressurgimento das barracas anunciado por Helena Roseta
30/Out.	Refundação do acordo com a troika	<b>Título: “O que está em causa com a “refundação”</b> Análise parte das palavras de Seguro para dizer o que pode significar “refundação” anunciada por Passos
31/Out.	Líder parlamentar PSD “socialistas são os pais biológicos do aperto”	<b>Título: “A fase B do programa de ajustamento”</b> Críticas ao debate sobre o orçamento por ter sido dominado pelo futuro do estado
01/Nov.	“Portugal saiu da zona de Perigo” diz Passos Coelho	<b>Título: “O Governo na solidão do seu mandato”</b> Relação política entre PS e governo. Passos pretendeu o impossível.

Quadro 3.3. - Ângulos de abordagem do tema OE/2013 no *Público* / Quadro resumo.

o diálogo necessário à decisão política. O cartune retoma o tema no dia 21, com a premissa de que as relações são más entre PSD e CDS e que é evidente que “não vão ficar juntos e felizes para sempre”.

No dia 19 de Outubro, a palavra “vírgula” marca os dois textos. O cartune começa com uma frase de Passos Coelho, “o governo não diz que não possa alterar uma vírgula ao orçamento” e, no editorial, a palavra volta a estar presente logo no título “o meu governo por uma vírgula”. Em causa as relações entre CDS e PSD, atribuindo uma valoração negativa à palavra: “as vírgulas não têm uma grande reputação na história da democracia”. No cartune fica o alerta: vamos ver se Passos “altera a única vírgula que está bem”; no editorial “a crise entre PSD e CDS não valeu mais que uma vírgula”.

No dia 24, ao mesmo tempo que no cartune se fala na criação de um “museu do dinheiro” para “preservar a memória” de algo que os portugueses “já não devem ter (...)”, no “segundo semestre de 2013”, data para criar o museu, no “segundo texto” do editorial é analisada a pretensão do governo em reduzir subsídios de desemprego, criticando-se a medida. No dia 25, o assunto é retomado no “texto principal”, que tem por título “um governo abaixo do limiar da vergonha”, por “condenar os mais fracos a viver ainda mais abaixo do limiar da pobreza, no auge da tormenta”. Neste dia, é o editorialista que decide voltar a escrever, agora no “texto principal” do editorial, sobre o mesmo tema.

No dia 28, o editorial parte da ideia da “refundação” do estado, lançada por Passos Coelho, considerando a “refundação” uma “promessa vazia” por não haver nenhuma reforma em curso e, por isso, não haver nada para refundar. Neste dia, o cartune aborda outra perspetiva, mas no dia 30, os dois textos regressam ao assunto. O editorial exorta Passos a esclarecer o que quer dizer com “refundação” do Estado, avançando o editorial com a sua própria interpretação, de que “o que está em causa (...) é a desmontagem de um edifício para o qual contribuíram duas gerações de portugueses”. No cartune, os personagens procuram interpretar a palavra, à luz do que disse Passos, e concluem que não há nada para refundar porque “já estamos suficientemente no fundo”.

No dia 31, o editorial alude ao debate parlamentar do orçamento, considerando que “o governo atirou-se ao ataque” na discussão da proposta do documento, sendo salientadas as críticas ao “PS pela herança deixada ao país”. O cartune pega numa frase proferida pelo líder parlamentar do PSD quando acusou, nesse debate, os socialistas de “serem os pais biológicos do aperto que o país vive hoje”.

### **3.3.3. Conclusão**

Desta análise conclui-se que há uma grande sintonia entre editoriais e cartunes na escolha do ângulo em que o tema é tratado.

A frequência dessa sintonia é revelada pelas situações encontradas na análise do conteúdo temático resumidas no Quadro 3.4.

Situações		Nº de ocorrências	
		<i>DN</i>	<i>Público</i>
Nem o editorial, nem o cartune abordam o tema		4	2
Só o cartune aborda o tema		1	5
Só o editorial aborda o tema		5	1
O editorial e o cartune abordam o tema	Sob o mesmo ângulo, no mesmo dia	8	4
	Sob o mesmo ângulo, em dias diferentes	0	3 <sup>25</sup>
	Sob ângulos diferentes, no mesmo dia	0	3

Quadro 3.4. - Frequência das situações ocorridas na análise do conteúdo temático.

A coincidência de ângulos de abordagem do tema é diária no *DN*. No *Público*, para além de algumas ocorrências diárias, verifica-se uma sintonia que resulta da retoma do ângulo do tema de um editorial pelo cartunista em dias seguintes.

A observação indicia que, no *DN* as escolhas do cartoonista e do editorialista passam por um encontro de ideias dos dois autores. No *Público*, esse encontro diário é menos frequente mas, por outro lado, a observação sugere que o cartunista segue o editorial anteriormente publicado.

### 3.4. Análise dos Cartunes

#### 3.4.1. Arquitetura interna dos Textos – Não verbal

Os autores dos cartunes optaram por uma “representação narrativa” do “ato semiótico” através dos “processos de ação, reação e verbais”. A ação desenrola-se através de um diálogo, distribuído por três cenas, nos cartunes de José Bandeira, e por quatro, nos cartunes de Luís Afonso. A reação encontra-se nos personagens que emitem expressões e gestos. O leitor assiste à cena no momento em que interage com o texto, que inclui um processo verbal e transacional.

Nos cartunes do *DN*, o cenário varia conforme a cena, incluindo alguns elementos que servem de contexto, mas quem domina o espaço cénico são os participantes que representam humanos. No *Público*, o cenário é único. Enquanto no *DN* a cor do cenário lhe dá alguma evidência, no *Público* a “falta de cor” apaga-o, ficando em primeiro plano os personagens, identificados como clientes do bar.

A “representação conceitual” é “classificacional e simbólica”. Os elementos da cena permitem ao leitor identificar e construir significados sobre o que está a observar. É possível “indexar” os PR a grupos específicos e identificar símbolos “atributivos” que determinam o “posicionamento na imagem”, como o “tamanho, exagerado, gestos, olhares e valores simbólicos culturalmente associados” dos participantes. No “Cravo & Ferradura” temos, por exemplo, o avental e o lenço da vizinha (fig. 1), a bola de cristal, uma toalha com estrelas, o lenço e as vestes compridas de uma vidente (fig. 2), um

<sup>25</sup>Estas três ocorrências foram registadas em seis dias diferentes (16, 17, 18, 21, 28 e 30).

diploma na parede, a barba branca e a falta de cabelo do personagem que representa o médico (fig. 7), os óculos e o cabelo da Dona Piedade (figs. 4, 5, 8 e 9). Trata-se de elementos que permitem aferir a idade dos personagens, na sua maioria para além dos 50 anos, pertencentes a uma classe social média baixa, de fracos recursos económicos e deixando, até, adivinhar a baixa formação académica. Nestes cartunes há um personagem que é adotado como elo de ligação, a Dona Piedade, personagem de idade avançada, reformada, experiente, católica (fig. 8), um perfil que se identifica certamente com muitos leitores do *DN* (ver Contexto do *Corpus*).

No “Bartoon”, a representação dos personagens é feita também através de símbolos que permitem identificar a sua idade, o seu estatuto social e nível de formação. Os clientes vão desde o personagem mais velho (figs. 23 e 26), ou mais novos, adaptados às novas tecnologias (fig. 24), uma hippie (fig. 25), uma vidente (fig. 27) e alguns personagens de meia-idade (figs. 28 e 31). Neste caso, a personagem de ligação é o empregado do bar. No “Bartoon” é encontrada uma diversidade de estatutos sociais e etários que remetem, também, para uma associação ao perfil de leitores encontrado para o *Público* (ver Contexto do *Corpus*).

Depois de referenciadas as “relações entre pessoas, lugares e coisas descritas na imagem”, através da “organização temático-representacional”, verifica-se qual o tipo de interação que estabelecem os PR entre si, entre estes e os PI e, ainda, entre produtor e leitor. Entre produtor e leitor a interação é “indireta”, já que é feita através do texto, pelo qual os “produtores do texto visual procuram interagir com o leitor sendo a imagem o reflexo dos seus valores” (Leal, 2011:190)

O “contato” interacional, que estabelece uma relação entre os PR e o leitor, é feito por exposição em todos os cartunes. O leitor assiste mas não é interpelado pelos PR, ou seja, estes nunca olham para ele. O contato visual só se estabelece entre os personagens representados, o leitor só observa e nunca é solicitado a participar na cena (Kess e Van Leeuwen, 2006:119). Nesta relação, é considerada pelos autores a “distância social” que revela “graus de intimidade entre autor e leitor” (Kess e Van Leeuwen, 2006), e que é dada através de um Plano Geral em todos os cartunes. Os autores destacam, desta forma, todo o ambiente, os personagens são mostrados de corpo inteiro e a cena é vista toda por igual. O autor dá, assim, importância idêntica a tudo o que se passa. “Este plano sugere uma visão distanciada, impessoal procurando com isso manter uma certa separação social” entre produtor e leitor (Leal, 2011:193).

A “Perspectiva da imagem” ou “Atitude” (Kress e van Leeuwen, 2006) é dada por ângulos através dos quais “os participantes representados são vistos”. Esses ângulos revelam “pontos de vista ideologias e graus de envolvimento”. O ângulo dos cartunes é frontal sendo, assim, “coincidente com o ângulo do autor”. De acordo com Fernandes e Almeida (2008:21), “a posição interpretativa que é criada para o observador é a de um sujeito que compartilha a visão dos produtores da imagem”. Leal (2006:194) afirma que esta perspectiva “indicia a um sentimento de proximidade, pertença e igualdade”, um sentimento que é reforçado pelo ângulo “em que a imagem se coloca em relação ao observador” (Leal, 2011:195), um ângulo “médio” por mostrar a imagem ao mesmo nível do olhar. Kress e van Leeuwen

(2006) dizem que esse tipo de visão “representa igualdade de poder” entre o observador/leitor e os PR.

A modalidade da imagem é indicada pelos autores da GDV, Kress e van Leeuwen (2006), como sendo uma forma de perceber o grau de aproximação da imagem representada à realidade, sendo medida numa escala que varia entre o mais próximo do real até à abstração total. Os autores alertam para o facto de não ser possível a verdade absoluta das representações e indicam um conjunto de marcadores de modalidade para aferir em que ponto da “escala de valor de verdade” está situada a representação.

No *DN*, para a modalização da imagem, contribui a existência de cor, que ajuda a destacar alguns dos elementos da cena semiótica, como a roupa, os cabelos dos personagens e alguns elementos de cenário. As cores são diferenciadas, ao contrário do que se passa nos cartunes do *Público* que têm como característica a ausência de cor, sendo a preto e branco.

A contextualização é feita nos dois casos por um cenário de fundo. No *DN* esse cenário varia conforme a cena representada, no *Público* o cenário é sempre o mesmo, um bar. Em ambos os casos o cenário inclui elementos de contextualização articulados entre si.

Quanto ao grau de “detalhe pictórico” da representação, é idêntico nos dois casos. A representação é caricaturada por “amplificação” já que os autores tornam evidentes, por exagero, elementos como narizes, bocas, queixos, olhos e cabeças dos personagens e os elementos dos cenários são reconhecidos com facilidade pelo observador.

A presença da cor é, assim, determinante para se concluir que a modalização da imagem dos cartunes do *DN* é maior do que a dos cartunes do *Público*.

Passa-se, agora, a observar a integração dos elementos anteriores através da “Organização estrutural” do texto. O primeiro parâmetro é o “Valor da Informação”, ou seja, o que significa a disposição dos participantes na cena. No *DN* e no *Público* esta disposição é polarizada. À esquerda, no “Introdutor temático”, está o “dado”, aquilo que o autor considera que é do conhecimento do leitor e tido como “verdade”. Segue-se o “Desenvolvimento Temático” onde se desenrola a cena e à direita, no “Fecho Temático”, está o que é “novo”, sendo neste nível que ocorre o desfecho, que nos cartunes corresponde ao momento em que se cria o humor (Leal, 2011:199-200). A diferença entre os dois casos é que, no *Público* o “dado” ocupa por vezes dois quadros, enquanto no *DN* ocupa apenas um.

A “Saliência” é uma categoria que permite avaliar o realce dado a alguns elementos do ato semiótico, aferindo o seu destaque desde o grau máximo até ao mínimo. Tendo em conta os parâmetros de análise, conclui-se que o grau de saliência dos cartunes é maior no *DN* do que no *Público*. O *DN* torna este grau mais elevado, através do tamanho de alguns personagens, do contraste de tonalidade, da perspectiva em que é colocado um objeto e através de alguns símbolos culturais de referência. No *Público*, a saliência limita-se a ser criada apenas por algum contraste de tonalidade mas sempre dentro da mesma matriz de ausência de cor, e algumas perspectivas em que é colocado um objeto na cena.

O “Emolduramento” é de desconexão máxima, sendo a conexão estabelecida pelo texto verbal, nos dois casos. Há apenas uma exceção, a fig. 7, em que o cartune é não faseado, tendo por isso todos

os elementos no mesmo espaço, o que faz com que tenha conexão máxima.

### **3.4.2. Arquitetura Interna dos Textos – Verbal**

O tipo de discurso encontrado em todos os cartunes é o interativo. Logo no introdutor temático, um personagem interpela outro, permitindo ao leitor, na primeira fala, identificar de imediato o tema do cartune. No *DN*, esta interpelação é feita através de uma frase afirmativa que pode incluir dados das notícias, mas são essencialmente comentários e opiniões expressos pelos personagens representados. No *Público*, o tema do cartune é introduzido na grande maioria no primeiro quadro, sempre a partir do relato de uma notícia, feito por um dos personagens que lê o jornal (figs. 23, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 36), lê no computador (fig. 24) ou a ouve pela rádio (fig. 37), ou em forma de pergunta de um dos personagens, que procura obter uma resposta que poderá estar no jornal que o outro personagem está a ler (fig. 25). Esta forma de introduzir o tema só não se verifica nos cartunes das figuras 27 e 35.

Na classificação de Bronckart, estamos perante um “mundo discursivo” da ordem do “Expor implicado” e polifónico. As vozes do discurso presentes são as do respetivo autor, das personagens representadas e de um conjunto de “vozes sociais” citadas direta ou indiretamente através do relato do discurso que lhes é atribuído

No *DN* encontram-se as vozes sociais do Ministro das Finanças, Vítor Gaspar (fig. 1), citado em discurso direto, “repor o enorme investimento”, a voz de um enfermeiro (fig. 4), cujo discurso é relatado, e a voz do jornalista da TV (fig. 6). Nos cartunes do *Público* há um maior recurso a outras vozes: a voz social institucional, da OCDE (fig. 23), a de Vítor Gaspar (fig. 24), a de Pedro Passos Coelho (governo) (figs. 26 e 35). Paulo Portas (fig. 32), o ex-presidente da República Jorge Sampaio (fig. 33), Francisco Louçã, Aguiar Branco (fig. 34) e o líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro (fig. 36) também aparecem citados.

Nos cartunes do *Público* são as vozes sociais que dominam o discurso, sendo as alocações todas relatadas em discurso indireto. No caso do *DN*, domina o discurso dos personagens representados, havendo apenas uma voz social citada diretamente e outra citada por relato indireto. A diferença de estratégia é explicada pela circunstância de, nos cartunes de Luís Afonso (*Público*), os personagens nunca estarem envolvidos na ação, eles são apenas comentadores das notícias do dia, ao contrário do que sucede nos cartunes de José Bandeira (*DN*), em que os personagens representados estão, eles próprios, envolvidos na ação encenada.

Mainganeau (2004:149:151) refere-se ao “discurso indireto” como uma estratégia que permite ao citante uma “infinidade de maneiras para traduzir as falas citadas, pois não são as palavras exatas que são relatadas, mas sim o *conteúdo do pensamento*”.

Na fig. 1 do *DN* é colocada, entre aspas, na sequência<sup>26</sup> uma frase de Vítor Gaspar: “repor o enorme investimento”. Mainganeau (2004:161)<sup>27</sup> refere que as aspas indicam “uma espécie de *lacuna*, de vazio a ser preenchido interpretativamente”. O leitor fica com espaço para iniciar a sua interpretação das palavras do Ministro das Finanças e é também através delas que, numa frase assertiva e afirmativa, se distingue a citação exata do Ministro, da qual se distancia o locutor. Mainganeau (1997:86-87) refere que a citação, seja ela direta ou indireta, possui uma “ambiguidade fundamental” quando é considerado o “grau de adesão do locutor ao que está dizendo”. A. Berrendonner<sup>28</sup> defende que, se um locutor relata as alocações assertivas e não as garante pela afirmação dele próprio, então pode concluir-se que ele não pode, por si só, subscrever essa afirmação, não acreditando na sua verdade.

A modalização<sup>29</sup> discursiva, através da qual são expressos “julgamentos, comentários, e avaliações, feitas pelas vozes presentes nos enunciados, constroem “relações entre o enunciador e a relação predicativa” (Leal, 2011:151), por isso, “essa categoria gramatical (...) apresenta uma atitude do falante (...) em relação ao facto que enuncia”.

Os recursos linguísticos para expressar essas opiniões são variados. Mainganeau (2004:151) refere a modalização introduzida pelo verbo escolhido para anteceder a citação, tanto indireta como direta. Encontra-se a utilização de diferentes verbos, dizer, “Vítor Gaspar diz que” (fig. 24), querer, “Paulo Portas quer” (fig. 32), assegurar, “Aguiar Branco assegura” (fig. 34), pedir, “um enfermeiro escreveu a Cavaco (...) pedindo que” (fig. 4).

Nos textos que acompanham os desenhos predominam verbos factitivos, ou seja, que indicam ações como, por exemplo, a conjugação perifrástica que empurra o leitor para a ideia de algo que vai ocorrer num futuro muito próximo, “vai seguir” (fig. 2), “vão começar” (fig. 3), “vai emigrar” (fig. 4), “vai acontecer”, “não vão ficar” (fig. 27,) “vai ser” (fig. 30).

A modalização predicativa é expressa por dúvida, “parece que sim.” (fig. 1), “já não devem ter” (fig. 30) e “se calhar” (fig. 24); por solicitação, necessidade, “já solicitei” (fig. 1) “é preciso ter cuidado” (fig. 26); por apreciação, “que estranho!” (fig. 5), “parece-me excessivo”, “acho que” (fig. 35); por sugestão, “que sugeres?” (fig. 3); por possibilidade, “como é possível?” (fig. 23). A modalidade é introduzida por um elevado número de adjetivos: “nova, mínima, enorme, felizes, importante, maravilhosa, magnifico, excessivo”, que podem ser encontrados nos cartunes do *Público*, ou “boas, boa, capaz enorme” nos do *DN*. A modalidade é, ainda, conseguida através da conjunção “mas”, sendo exemplos: “...mas sim desempregados” (fig. 3) “...mas o que eu queria mesmo...” (fig. 7), “mas se

---

<sup>26</sup>Definição de acordo com Bronckart referido por Leal (2011:122) “as sequências são produtos organizados dos conhecimentos disponíveis na memória que serão acionados tendo como motivação as representações que o sujeito-produtor faz dos seus interlocutores e os efeitos de sentido que deseja produzir nestes”.

<sup>27</sup>Cita J.Anthier-Revuz, op.cit.,t.1,p.136.

<sup>28</sup>Berrendonner, A. (1981) *Elements de pragmatique linguistique*, Paris, Editions de Minuit, citado por Mainganeau (1997:86).

<sup>29</sup>Definição de acordo com Bronckard (2008a) citado em Leal (2011:156).

calhar...”, (fig. 24), “mas a taxa de desemprego...” (fig. 28).

Maingneau (1997:165) refere o interesse do conectivo “mas” pela “sua grande frequência e da sua ligação com o implícito”.

Os autores recorrem à utilização de advérbios como - “normalmente, só, persistentemente, francamente, enfim, já, afinal”, - de deíticos, - “aqui, isso, isto”,- que só adquirem significado no contexto da própria ação encenada, remetendo para marcas que podem ser vistas no texto icónico, ou marcam o tempo e espaço da ação. Foram ainda encontrados marcadores conversacionais como “boa ideia!” (fig. 2), “então?” (fig. 26), “enfim...” (fig. 28), “e não só” (fig. 31), “ouviu?” (fig. 37).

O recurso à interrogativa é frequente no desenvolvimento dos diálogos, “nós, vizinha?” (fig. 1), “que sugeres? Mudamos de praia?” “Que tal o campo?” (fig. 3), “quer ver?2 (fig. 5), “nestes casos?” (fig. 29), “fuga de Cérebros?” (fig. 31), “em que consistirá isso?” (fig. 32).

Foi encontrado o recurso à onomatopeia (fig. 8), em que a voz do Deus está envolvida em traços que dão a ideia de “eco”.

As situações humorísticas são criadas com recurso ao jogo de palavras como, por exemplo, “avançado” (fig. 23), “vírgula” (fig. 26), “género” (fig. 6) ou “incerteza” (fig. 9). O humor é, ainda, criado através do absurdo, “não sou capaz de comer jogadores de futebol” (fig. 3), a “fuga de cérebros” pode dar também lugar à fuga de “corações, pulmões estômagos” (fig. 31) ou a sugestão de que a afirmação do líder parlamentar do PSD só pode ser confirmada por “testes de ADN” (fig. 36). Utilizam-se ainda metáforas, por analogia com a situação de um casal em processo de divórcio (fig. 25) ou a imagem de uma encruzilhada (fig. 2). A ironia é um recurso presente em muitos cartunes: “ainda altera a única vírgula que está bem” (fig. 26), “vai seguir pela encruzilhada” (fig. 2), “elas (As lágrimas) já são o IVA que pagamos sobre a saudade” (fig. 4), “(Vítor Gaspar) não devia retribuir tanto” (fig. 24), “a realidade tem uma particular embirração pelos nossos governantes” (fig. 28).

### **3.5. Análise dos Editoriais**

#### **3.5.1. Análise estrutural – *Diário de Notícias***

A estrutura dos editoriais assume a forma definida por Rebelo (2002:133-134), a de um triângulo invertido em que o vértice assenta sobre um losango. O texto parte de “uma ocorrência inicial”, sobre a qual é fornecida informação e comentário. O caminho aberto vai ficando cada vez mais estreito até ser tirada a conclusão sobre essa “ocorrência”. O editorialista volta então, a partir daí, a juntar outros dados, outros comentários e mais informação, alargando o âmbito do tema, voltando depois a haver uma nova filtragem de argumentos que leva até à conclusão final.

A estrutura do editorial pode, assim, ser considerada uma estratégia em que o caminho dos argumentos, comentários e críticas afunila e alarga sucessivamente, criando para o leitor uma via estreita em momentos cruciais no percurso de leitura. Quando pensa que, aos argumentos que lhe estão ser mostrados pelo editorialista, pode juntar os seus, o autor tudo faz para não se deixar ultrapassar, levando a que o leitor, quando chega ao fim da caminhada, já lá encontra a conclusão (parcial ou definitiva) que

“deverá” aceitar.

Não sendo possível, por limitação de espaço, incluir as análises dos 13 editoriais analisados, referem-se, como exemplos, a análise dos editoriais das figuras 10 e 17. No caso do editorial da figura 17, a escolha é aleatória, já que todos seguem esta mesma estrutura. No caso do editorial da figura 10, a opção recai sobre o fato deste ser o único que apresenta uma estrutura em que o título está dividido em duas partes. A primeira parte está na base do triângulo invertido, “Após o choque de 2013...”, a presença de reticências indica que o título continua, e quando se vai procurar o resto, este aparece no vértice do triângulo que assenta no vértice do losango, “...o que nos espera em 2014”.

Na base do triângulo invertido é lançada a ocorrência inicial, a apresentação do OE/13 pelo ministro Vítor Gaspar e a premissa “três pontos essenciais resultam da apresentação e explicação do mais duro orçamento de sempre”. A partir daqui, é construído um conjunto de sequências argumentativas para classificar o orçamento e o comportamento político do Ministro das Finanças, para se concluir que não houve “novidades”, a não ser a do próprio comportamento do Ministro que se alterou, tendo agora “uma postura menos técnica e mais política”. O caminho vai afunilando até ser apontada uma conclusão parcial, pertencente aliás ao próprio Ministro, “o chumbo do documento equivale a rasgar o memorando de entendimento e acenando com as graves consequências que isso trará ao País”. O editorial é em seguida relançado no vértice superior do losango, com a segunda parte do título, “...o que nos espera em 2014?”. No vértice do losango está a nova questão mais ampla: “com o orçamento de 2013 definido, é preciso já projetar 2014”, o que revela ao leitor o tema que vai ser tratado, “o que nos espera para cumprir o défice de 4,5% e partir para o de 2,5% em 2015”. Um conjunto de argumentos, para fazer essa previsão, é fornecido até ao momento em que uma expressão metafórica - “esta quadratura do círculo” - começa a desenhar o afunilamento para a conclusão final: “o papel da banca na concessão de crédito é insubstituível”, para o relançamento da economia. Uma conclusão que já não está relacionada com a análise das explicações do Ministro sobre o orçamento de 2013, mas sim com as condições que têm de ser criadas para permitir políticas diferentes nos orçamentos de 2014 e 2015, sob o risco de tudo ficar igual ou pior.

No editorial da figura 17, com um título apelativo e afirmativo, “Falácias Sociais”, a ocorrência inicial é a discussão no parlamento do OE/13, que parte da premissa de que “o governo dá sinais de estar a perder o pé na discussão do Orçamento...”. Segue-se um conjunto de sequências argumentativas e apreciativas sobre a argumentação com que o Ministro do Trabalho defendeu os cortes previstos nos apoios sociais. O triângulo argumentativo vai fechando até chegar a uma conclusão parcial, “até pode ter sido assim, antes da crise em alguns casos. Já não o é seguramente agora”. O vértice do triângulo invertido coincide com o vértice do losango, onde é lançada nova informação apreciativa sobre os respetivos apoios sociais a cortar, comparando os cortes com os “fundos do governo parqueados no Banco de Portugal”. O leitor é empurrado para o vértice inferior do losango onde está a conclusão do tema: “e a face hedionda das justificações dos cortes dói, assim, muito mais.”

### **3.5.2. Análise estrutural – Público**

Os editoriais do jornal *Público* também seguem igualmente a estrutura sugerida por Rebelo (2002:133-134). Verifica-se, no entanto, uma ressalva, a análise de segundos textos que abordam o tema OE/2013 revelou a estrutura de uma crónica, um triângulo invertido<sup>30</sup>. Como exemplo utiliza-se o editorial da figura 42, cujo texto tem por título “Um ataque aos mais frágeis sem emprego”. O tema é o episódio do envio formal “aos parceiros sociais”, pelo governo, da proposta para a redução dos subsídios de desemprego para mais tarde, “informalmente (...) desistir dessa proposta”. O texto critica essa atitude, o editorialista não percebe as razões da decisão nem porque foi feita uma proposta “sem ter a convicção” de ser necessária para diminuir o défice. De seguida, lança hipóteses para justificar a atitude do governo: se foi “um balão de ensaio”, se “foi feita com base em cálculos incertos”, “se o que está em causa é mesmo uma medida para manter”. Chega, depois, à conclusão de que os cortes nos subsídios daqueles que “menos recebem e apenas a esses, exige o apagamento das menções à social-democracia e à democracia cristã” do PSD e CDS. Há, por isso, apenas uma ocorrência sobre a qual se vão desfiando argumentos e comentários até à conclusão final, sem que exista uma conclusão intermédia.

Os textos principais dos editoriais incluem, logo a seguir ao título, a tese que é defendida pelo editorialista. Dá-se como exemplo o editorial da figura 46, com o título “O que está em causa com a “refundação”. Logo por baixo, uma frase destacada, “Passos reabriu o debate sobre as funções do Estado. Tem o dever de dizer o que lhe vai no pensamento”. É esta ideia que o texto sustenta com uma sequência de argumentos alinhavados a partir de declarações de António José Seguro. O editorialista parte dessas afirmações, argumenta em seguida com o que poderia ser a interpretação de um qualquer cidadão sobre o significado da palavra “refundação” e põe em causa esse significado, imaginado pelo próprio editorialista, para depois dizer o que significa para o jornal a mesma palavra, “uma mudança radical na forma como o Governo pretende cumprir o memorando, principalmente as suas metas do défice”. Com esta conclusão tirada, o editorial segue para um argumento irónico, dizendo que finalmente Passos vai cumprir o que prometeu na campanha, os cortes no Estado, “mas com a diferença” de que estes cortes “não serão nas gorduras, mas nas funções sociais relevantes que o país foi construindo...”. A este argumento junta-se o da necessidade de uma revisão constitucional para poderem ser mudados os “fundamentos do regime”. No fim, aparece a conclusão sobre o que está em causa, “a desmontagem de um edifício para o qual contribuíram duas gerações de portugueses”.

### **3.6. Estratégias enunciativas nos Editoriais**

A construção do texto editorial é altamente modalizada pela utilização de um elevado número de estratégias discursivas remetendo para uma apreciação de atitudes, do discurso e das decisões políticas. Os exemplos destas estratégias são transcritos e identificados pelo número da figura do respetivo documento. No *DN*, as figuras dos editoriais estão compreendidas entre os números 10 e 22 e, no

---

<sup>30</sup>Rebelo (2002:132:134) compara estrutura da crónica e do editorial.

*Público*, entre os números 38 e 48.

A modalização dos editoriais é feita à custa de um grande número de estratégias gramaticais:

Adjetivos qualificativos : “pior”, “famigeradas” (fig. 10), “bizarro”, “infantil” (fig. 13), “duras”, “inequívoca”, “sérias e exequíveis” (fig. 14), “chocantes e falaciosos” (fig. 17), “brutal”, “virtual e irrealista” (fig. 38), “embaraçante e confrangedor” (fig. 39) e “violentas” “terrível” (fig. 40);

Advérbios de intensidade e negação, como “mais duro”, “nem conseguiu” (fig. 10), “muito acentuadas” (fig. 12), “nem uso”, “nem renegociação”, “muito menos” (fig. 21), “nem responsável, nem corajoso” (fig. 38), “não parece um discurso muito credível” (fig. 43), “pouco se falou...” (fig. 47);

Advérbios de tempo e de modo: “sempre”, “praticamente”, “exclusivamente” “já” (fig. 10), “particularmente” (fig. 11), “simbiose (...) quase perfeita” (fig. 14), “antes da crise” (fig.17), “respondeu sempre” (fig. 39), “difícilmente” (fig. 41), “sabe-o melhor que ninguém” (fig. 44), “principalmente” (fig. 46);

Substantivos com valor modal ou sentido figurado: “mitigação”, “violência”, “aviso”, “incertezas”, “sustentado” (fig. 10), “receita proposta” (fig. 11), “aponte um rumo” (fig. 13), “onda de críticas” (fig. 14), “artimanhas” (fig. 17), “um papel na coligação” (fig. 39), “os méritos do orçamento” (fig. 41), “paladino dos pobres” (fig. 43), “picardias habituais” (fig. 47);

Verbos modais: “pode prever”, “poderá ser” (fig. 10), “podem e devem ser postas” (fig. 14), “parece estar disposto” (fig. 15), “precisam de mais garantias” (fig. 17), “parecendo retomar”, “só poderá ser feito” (fig. 20), “precisa de manobrar”, “não pode resultar” (fig. 38), “querer cortar” (fig. 42);

Verbos de conjugação perifrástica: “vai ter” (fig. 16), “vai encolher” (fig. 11), “vai acabar”, “vai começar” (fig. 20), “vai agravar”, “vai comprometer” (fig. 40), “não vai desaparecer” (fig. 41), “vai ser alvo de cortes” (fig. 46).

Os apartes constituem outra forma de modelar o texto e direcionar o leitor para determinado juízo de valor. As frases, ou as palavras isoladas por parênteses ou entre hífen, limitam a liberdade de pensamento do leitor, pois antes que este faça o seu próprio juízo sobre a situação já o editorialista lhe disse em que direção deverá seguir “(a Educação e a Saúde)”, “(e ao CDS-PP)”, “- este ou outro qualquer -” (fig. 10), “-sobretudo no campo político de suporte à coligação governativa -” (fig. 11), “- tal como as três crises cíclicas já o haviam feito -” (fig. 12), “- seja no Parlamento ou no Executivo -”, “(não é exagero)” (fig. 13), “(decisiva palavra por estes dias)” (fig. 15), “(e de uma Solidariedade Social sob forte ataque)” (fig. 17) ,“(teria sido mais simples dizer que o governo estava disposto a mudar uma vírgula)”,“(estando no governo teriam outra opção?)” (fig. 41), “- e nesse para arranca, (...) ficaram sem saber com o que de facto podiam contar -” (fig. 43), “- que poderia até ser aceitável -”, “(afirmação digna de monumental gargalhada)” “(chame-se o que se lhe chamar)”, “(presume-se que não negociado)” “(às vezes até mesmo refundar, no sentido de tornar mais fundo)” (fig. 44), “(em que Pedro Passos Coelho parece ter recuperado alguma convicção e vigor discursivo)” (fig. 47).

As expressões metafóricas criam imagens familiares e são retidas facilmente pelo leitor: “maratona de reuniões”, “quadratura do círculo” (fig. 10), “ferido (...) de descredibilização”, (fig. 11),

“assaltos à mão armada” (fig. 14), “perder o pé”, “silêncio ensurdecedor”, “fundos (...) parqueados no banco de Portugal” (fig. 17), “nota fora de tom”, “pateada da plateia”, “ruído dos ministros”, “nova melodia” (fig. 18), “caldo psicológico”, “encostar (...) o PS à parede”, “liderar o coro” (fig. 19), “espada de Dâmocles”, “um tango a dois” (fig. 20), “brecha nas fileiras”, “estendeu a mão”, “as culpas (...) recaem em muitos ombros”, (fig. 22), “os partidos estão atados” (fig. 39), “prisão perpétua”, “poço sem fundo”, “empurrar de novo” (fig. 40), “enterraram o machado de guerra” (fig. 41), “balão de ensaio”, “equação contabilística” (fig. 42), “usar uma palavra “cara” para vender uma ideia barata ou uma promessa vazia”, “dourar um discurso sem ouro” (fig. 44), “desmontagem de um edifício” (fig. 46), “dimensão da farsa”, “seguindo o trilho aberto”, “tentar apagar o fogo com gasolina” (fig. 48).

São ainda utilizados sinais gráficos: ponto de exclamação, a interrogação indicando ao leitor admiração ou uma pergunta feita pelo próprio editorialista, provocando por vezes indignação com a resposta que ele próprio lhe dá “- na maioria!”, “será que funciona?” (fig. 11), “seus empregadores!” (fig. 17), “alguém em rigor, sabe dizer o que propõe o Partido Socialista?” (fig. 13), “(...) “oferece” ao País uma versão socialista do Excel de Vítor Gaspar?”. (fig. 14), “a desempregados e doentes?” a resposta é dada com um “Sim, e em subsídios.” Uma resposta de indignação pelo facto do governo ter decidido cortar nos apoios sociais (fig. 40). “E esse programa pode ser alterado da mesma forma que entendemos uma “refundação?”” A resposta vem de seguida, “Todos sabem que isso é impossível” (fig. 44).

As conjunções com valor enfático -“mas”, “que”, “nem”, “ora”- reforçam, enfatizam juízos valorativos: “mas as desigualdades sociais” (fig. 12), “mas o que nenhum português” (fig. 14), “nem que seja à custa” (fig. 16), “nem uso (...) nem negociação” (fig. 21), “mas o que esta proclamação na prática significa...”, “nem responsável nem corajoso” (fig. 38), “ora é o CDS” (fig. 39), “Mas fazendo-o sabia que...” (fig. 48).

As expressões modais: “face hedionda” (fig. 10), “tarefa espinhosa” (fig. 18), “Fácil de prever”, “já sabemos como vai acabar” (fig. 19), “custa a crer...” (fig. 38), “a verdade é esta...” (fig. 39), “mas se isso fosse verdade” (fig. 46).

Os editorialistas recorrem a citações diretas e indiretas, as diretas são destacadas entre aspas, as outras relatadas, usando livremente as palavras de outra pessoa, a partir das quais são construídos argumentos que sustentam uma opinião. Numa estratégia de credibilização e confirmação das suas opiniões são utilizadas vozes que o editorialista pensa serem respeitadas e ouvidas pelos leitores: Mário Soares é classificado como “experiente ex-presidente” (fig. 14), ex-Ministros das Finanças do centro direita são mencionados indiretamente; com o objetivo do editorialista reforçar argumentos baseando-se no que disseram pessoas que, pertencem ao mesmo espectro político do governo, salientando “não há memória de um tal desfile unanimista” (fig. 11); as vozes de “todos os ex-presidentes” foram convocadas em defesa da “renegociação das metas do défice...” (fig. 10); o presidente francês é citado para criticar a falta de capacidade das oposições em Portugal, sendo classificadas as suas palavras como “uma das críticas mais violentas ao OE/13” (fig. 40); Almeida Santos é referido numa comparação com

as palavras de Passos Coelho, sobre o efeito de uma “vírgula” num texto ou discurso, permitindo uma opinião baseada no que já tinha sido referido pelo ex-Presidente da Assembleia da República (fig. 41); Helena Roseta, vereadora da Câmara Municipal de Lisboa com o pelouro da habitação, por isso uma voz autorizada, é citada para alertar “para o perigo do ressurgimento das barracas em Lisboa” (fig. 45). Aparecem citadas muitas outras vozes institucionais, Vítor Gaspar, Ministro das Finanças, e Pedro Passos Coelho, Primeiro-Ministro, atravessam todos os editoriais, sendo ainda citados Paulo Portas, Vice-Primeiro Ministro, António José Seguro, Secretário-Geral do PS e líder da oposição, o Ministro da Economia, António Pires de Lima, e Pedro Mota Soares, Ministro da Segurança Social. Às citações são também ainda acrescentados dados estatísticos do próprio governo ou do FMI, CE e BCE.

Há ainda a citação de “expressões populares”, atribuídas a um coletivo social, como por exemplo, “o chamado “monstro” do Estado” (fig. 10), ou frases que são atribuídas a alguém não identificado, “já houve quem avisadamente aconselhasse juízo” (fig. 13), “há quem lhe chame poço sem fundo” (fig. 40).

Nos editoriais também foi possível detetar algumas frases irónicas: a frase “Vítor Gaspar não anunciou nada de novo” é seguida por outra que indica o contrário, “a maior novidade foi mesmo a postura menos técnica e mais política do Ministro das Finanças”, ou seja, quando classifica o comportamento do Ministro com o adjetivo “maior”, fica implícito que deveria ter havido outras novidades menores, mas o autor já tinha dito que o ministro “não anunciou nada de novo” (fig. 10). No editorial em que é criticada a intenção do governo em cortar subsídios sociais (fig. 40), o editorialista refere-se a essa decisão como “corajosa ação de poupança”, uma qualificação que facilmente se intui como sendo contrária ao que pensa o jornal. A ironia é também usada para dizer que “Passos prepara-se enfim, para cumprir o que prometeu na campanha eleitoral: o Estado vai ser alvo de cortes...”mas não nas “gorduras”, os cortes vão ser feitos nas “funções sociais relevantes”. Mais uma vez, o editorialista produz um texto que invalida ao mesmo tempo, ou seja, diz que Passos “vai cumprir” para desdizer quando afirma que afinal não corta no que prometeu cortar, nas “gorduras”, mas sim, nos apoios sociais (fig. 46).

### **3.7. Comparação de estratégias enunciativas dos Cartunes e Editoriais.**

O editorial parte de um texto afirmativo, o cartune de um texto que sugere muito mais do que afirma. O editorial procura a crítica construtiva, baseada em factos e justificada em cada parágrafo, o cartune sublinha o ridículo e o anedótico da situação e não abre caminho para a argumentação, pelo contrário, a “incongruência” do texto apenas permite o humor. As frases “vai seguir pela encruzilhada” (fig. 2), a comparação do género alimentício com a igualdade de género (fig. 6), “a realidade tem uma particular embirração pelos nossos governantes” (fig. 28) ou “está iminente uma fuga de cérebros” para chegar á conclusão que “e não só” mas “corações, pulmões, (...) poderão estar também de abalada” (fig. 25), são exemplos da incoerência que permite construir humor, mas não permite qualquer discussão.

No editorial, o explícito contrasta com o texto implícito do cartune, o que permite ao leitor do cartune, a construir o seu próprio texto em todo o “espaço deixado em aberto”. No editorial, pelo

contrário, não é deixado espaço ao leitor para construir argumentos diferentes daqueles que lhes são fornecidos pelo editorialista, com o objetivo único de levar o leitor a aderir à solução apontada.

O editorial é um texto impessoal, onde os pronomes são coletivos, onde o dístico "eu" não se encontra uma única vez. O cartune é dictizado, pessoalizado nas personagens representadas. Há, através do "plano geral" que é dado, como se viu, a indicação de uma separação social entre o produtor e o leitor, mas o "plano frontal" de observação do cartune indica que o leitor compartilha a visão do produtor da imagem e o facto de a imagem ser vista ao nível do olhar, põe o leitor e os personagens representados num plano de igualdade de poder. No cartune há a procura de uma identificação entre personagens representadas e leitores, ficando o autor num plano diferente do destinatário do seu texto. No editorial, o jornal, que é neste caso o autor coletivo, procura identificar-se com o leitor, envolvendo-o em "pronomes coletivos" que, em cada momento, fazem do leitor um visado pela situação que é apreciada, com expressões como "todos os portugueses", "o que nos espera em 2014..." (fig. 10), "a nossa vida, a de todos os portugueses e o futuro do país" (fig. 13), "todos sabemos" (fig. 38), "bem sabemos" (fig. 40). No editorial, a situação é observada pelo leitor a partir de um mesmo patamar que o editorialista, enquanto no cartune, o leitor tem a sensação de estar num patamar de superioridade em relação à situação ridicularizada.

Há ainda a considerar algumas figuras discursivas que, sendo as mesmas, são usadas de forma diferente por um e outro texto.

A citação é usada no editorial como estratégia de credibilização e forma de emitir opinião que o editorialista prefere que seja outrem a assumir, mas com a qual indica concordar. No cartune, a citação é utilizada para ser distorcida e parodiada e, por isso, nunca assumida ou confirmada pelo cartunista.

No editorial também foi encontrada ironia, mas a sua utilização não põe em causa a coerência necessária à argumentação. Utilizando a definição de Mainganeau (1997)<sup>31</sup>, podemos dizer que a forma como são usadas as frases irónicas não põe em causa a coerência do editorial, ao contrário do que acontece no cartune, onde a contradição do texto irónico torna insustentável a conclusão do cartune.

A modalização no editorial é conseguida através de um texto verbal utilizando diversas estratégias gramaticais identificadas na análise, sendo algumas delas também utilizadas no texto dos cartunes. Nestes últimos há, ainda, a juntar a modalização pelo desenho que, neste caso, por via da cor, é maior no *DN* do que no *Público*. A modalização nos editoriais está direccionada para "obrigar" o interlocutor a aderir ao que é dito e impulsionar uma reflexão por parte do leitor que, assim, poderá interferir com a realidade. Nos cartunes, o objetivo da modalização não é levar o interlocutor a refletir mas a criar uma situação cómica e insustentável do ponto de vista da concretização.

Ao comparar os ângulos do tema OE/13, escolhidos pelos editorialistas e cartunistas, conclui-se que, em muitos dos dias observados, esses ângulos são coincidentes. Há, no mesmo jornal e no mesmo

---

<sup>31</sup>"O interesse estratégico da ironia reside no fato de que ela permite ao locutor escapar às normas de coerência que toda argumentação impõe (...)" Mainganeau (1997:98-100).

dia, um editorial com uma visão ponderada, séria, fundamentada, sem roturas, que procura, apesar de crítico, o equilíbrio entre o positivo e o negativo; e um cartune, com a mesma perspectiva mas com uma visão irreverente, provocadora de roturas, ousado e essencialmente negativista.

O cartune é legitimado pelo seu autor que desempenha uma função reconhecida pelo leitor. O editorial está legitimado pelo próprio jornal e pela sua função na sociedade.

#### **CAPITULO IV – ENTREVISTAS**

Como referido, as entrevistas tiveram como objetivo aprofundar o conhecimento do contexto de produção e receção dos textos, assim como o posicionamento dos cartunistas na atividade jornalística, e validação de resultados.

As entrevistas foram feitas, no *DN*, ao editor executivo Artur Cassiano e ao cartunista José Bandeira e, no *Público*, à adjunta da direção Lucília Santos e ao cartunista Luís Afonso.

Nas publicações, os cartunistas são tratados como colunistas, ou seja, reconhecidos como fazedores de opinião. Esse facto determina o lugar que ocupam na paginação do jornal e, com esta base, Lucília Santos do *Público* afirma que “todos os colunistas escrevem sobre o que entendem, não há qualquer interferência da nossa parte, a opinião do colunista é intocável”. A existência do cartunista entre os outros colunistas é encarada como um dado adquirido, que faz parte do jornal.

Quanto ao editorial do *Público*, “é escrito por um dos elementos da direção designado para o efeito”, o qual “não cruza argumentos com o cartunista em situação alguma”. O mesmo quadro de independência é traçado por Artur Cassiano do *DN* ao referir que “há liberdade plena do cartunista para escrever sobre o que entender”. Uma liberdade confirmada pelos cartunistas, que dizem nunca ter visto textos seus recusados. Ambos foram perentórios: José Bandeira - “sempre foi decidido exclusivamente por mim”; Luís Afonso - “sou eu que decido, não há quaisquer interferências por parte do jornal”.

A grande convergência de perspectivas de tratamento do tema pelos dois textos é explicada em ambas as publicações pela “atenção à atualidade noticiosa”. Artur Cassiano diz mesmo que “a maior parte das vezes o editorial já está escrito quando o cartune chega à redação”. No *DN* o Editorial é escrito por um dos diretores que não está de serviço à edição do dia e, ao fim de semana, pelo diretor que fica de serviço. Os dois cartunistas justificam a coincidência de ângulos com o mesmo argumento, a “leitura da atualidade”, e mostraram-se surpreendidos. Luís Afonso advertiu para o facto de a análise recair sobre jornais generalistas, “o editorial por exemplo dos económicos é mais técnico e por isso é natural que possa não haver tanta identificação das perspectivas escolhidas”.

As novas tecnologias permitem um contato mínimo entre cartunistas e jornais. No *Público*, Luís Afonso é claro “não preciso de contactar com ninguém por questões de trabalho, a não ser que haja algum problema no envio do cartune, nessa altura falo com o departamento de digitalização, onde são recebidas e tratadas as imagens que chegam ao jornal”. No *DN*, José Bandeira garante que nem sabe muito bem quem recebe o cartune que envia diariamente. “Envio o cartune para um endereço que chega a várias pessoas, mas não sei dizer exatamente quem são ou o que fazem – é um mistério”, e o contato com a

redação é reduzido, só ocorrendo em situações específicas, “quando um editor de fecho detete alguma gralha ou algo tenha acontecido que torne a ideia desatualizada, casos em que pode haver um telefonema ou um e-mail para correção”.

Nos dois casos, a relação laboral com o jornal é a de *freelancer* e ambos trabalham no seu espaço próprio, nunca tendo trabalhado na redação. Luís Afonso afirma que, tendo “colaborações com outros órgãos de informação, não poderia ser de outra forma”. O mesmo argumento invoca José Bandeira, “embora antiga de três décadas, a minha relação laboral com o *DN* (como com os outros jornais ou revistas) foi sempre de *freelancer*”.

José Bandeira gosta de ser identificado como “cartunista, mas também humorista (porque escrevo) e artista plástico”. Já Luís Afonso não gosta da designação de humorista, “Humorista nunca, desenhador jamais (até porque o que me dá mesmo gozo é escrever), que tal cartunista?” Uma designação que ficou então aceite. Não havendo um código deontológico formal para os cartunistas, diz José Bandeira “somos tão poucos que pareceria até estranho”, e defende que “cada caso é um caso, no meu, que trabalho há mais de 30 anos para os jornais (para o *DN* há 31 anos, para o *JN* há talvez uns 12, mas trabalhei para jornais que já não existem, como o Diário de Lisboa, O Século e o Diário Popular), as coisas sempre se processaram de modo informal, na base de acordos verbais com as direções.”

Luís Afonso diz que criou o seu próprio código de conduta, “que me impede de fazer cartunes sobre a vida privada das personalidades públicas, usar piadas brejeiras, sexistas, racistas, entrar no campo do mau gosto, etc.”. Chama-lhe um “código improvisado para uso pessoal” e diz não seguir a teoria de que tudo é possível, pois “há a teoria de que se pode fazer humor sobre tudo, não há limites. É verdade. Mas confesso que não consigo ajavardar. Se isso é ficar aquém do desejado, pois então fico, com todo o gosto”. Luís Afonso tem carteira profissional de jornalista e garante que cumpre o código deontológico ponto por ponto, “de outra forma não faria sentido ter a carteira profissional”. O cumprimento deste código, para José Bandeira, não faz sentido, “o cartunista editorial não trabalha à base de factos, mas de opinião. O cartune está mais aparentado à coluna de opinião do que à peça puramente jornalística. Além disso, o cartunista trabalha com humor, que não é propriamente terreno da objetividade”.

José Bandeira afirma que o seu humor, e personagens que criou, apareceram “naturalmente” e o nome “Cravo & Ferradura” “refere-se aos tempos em que o *DN* ainda pertencia ao Estado e tinha certa aura de oficioso, dizia-se que dava “uma no cravo e outra na ferradura”. Um exercício de saudável autocrítica”, e garante que nunca trabalha com “um público ou leitor em mente”. Afirma, no entanto, que a escolha de personagens mais velhos tem a ver com o facto de, em Portugal, “os mais idosos serem desconsiderados”, e diz, que “em última análise, o meu público-alvo é alguém como eu”. Já Luís Afonso explica que o seu “Bartoon” foi criado tendo em conta o público do jornal. Desde o início que “sabia tratar-se de um jornal para as classes A e B, por isso propus criar uma situação-tipo de um bar, onde se falava da atualidade política e económica e nunca de assuntos menos sérios”.



## **CONCLUSÃO**

Com os casos analisados (*DN* e *Público*) fica confirmada a hipótese de partida desta dissertação, a do editorial e o cartune se complementarem na função de transmitir opinião aos leitores, embora seja permitido aos cartunistas ultrapassarem as regras exigidas aos jornalistas.

Os dois textos completam-se, o cartune acrescenta acutilância e pertinência ao editorial e cumpre, com o humor, o papel que lhe é atribuído por alguns autores, o de ajudar a enfrentar a realidade.

Essa complementaridade tem uma expressão muito clara quando, por exemplo, o editorial do dia 18 de Outubro, do *DN*, alerta para o acentuar das desigualdades sociais, e o cartune do mesmo dia mostra dois desempregados na praia, ou a edição do dia 29, em que o editorial tem como título “Caldo psicológico para reduzir o Estado” e o cartune mostra na encenação um cidadão na cadeira do psicólogo, denunciando dificuldades económicas. No *Público* do dia 19 de Outubro, o título do editorial é “o meu governo por uma vírgula”. O cartune parte de uma frase de Passos Coelho, quando afirmou, e citando o cartune, “o governo não diz que não possa alterar uma vírgula ao orçamento”. São exemplos, a par de outros patentes nesta análise, que mostram a coincidência nos ângulos de tratamento do tema pelos dois textos. No *DN*, no entanto, verificou-se uma maior convergência diária do que no *Público*. No *Público* predominam situações de coincidências em dias alternados.

A coincidência de perspetivas de tratamento do tema surpreendeu os autores e, como ficou patente nas entrevistas, justificam-na com a atenção aos acontecimentos mediatizados, que em última instância lhes chegam, também, através dos jornais onde publicam os seus cartunes. Os cartunistas garantem que não trocam argumentos com os editorialistas. Nas entrevistas, foi possível perceber que, no caso de José Bandeira, o *DN* pode sugerir alterações por “questões de última hora” em que seja detetada uma “ideia desatualizada”. Bandeira distancia-se do cumprimento das regras do jornalismo e refere que as regras são por vezes estabelecidas através de “acordos verbais com as direções” dos jornais para onde escreve. Luis Afonso, do *Público*, diz gostar de cumprir as regras do jornalismo e ter um “código de conduta próprio”. As duas formas de trabalhar podem conduzir a uma certa adaptação dos textos à linha editorial das publicações, mesmo que seguindo um processo mais ou menos inconsciente.

Os textos complementam-se nas opiniões críticas construídas. O editorial preocupa-se em apresentar argumentos equilibrados entre aspetos negativos e positivos. O cartune identifica o mesmo problema, por vezes até usa as mesmas palavras, mas é apenas negativo e destrutivo

Com as estratégias discursivas usadas para criar humor, os cartunistas ultrapassam as regras do jornalismo. O editorial parte da realidade, procura o rigor na argumentação, enquanto no cartune a realidade satirizada é distorcida, exagerada e alterada, com o objetivo de tornar cómica a situação retratada.

No cartune, a incoerência, a irreverência, a falta de clareza, o absurdo das situações encenadas e dos diálogos conduz à construção de um texto em que as estratégias discursivas são postas ao serviço do humor, e não da verdade. No editorial, essa verdade é preservada ao longo de uma estrutura textual que evolui com o objetivo de procurar a adesão do leitor à solução preconizada. Exemplo dessa

diferença, na utilização das estratégias discursivas, é o uso da citação. No editorial é utilizada numa perspectiva de credibilização, no cartune serve para parodiar e descredibilizar quem a produziu.

No editorial, os “cenários” traçados por palavras não dão à audiência argumentos para que se sinta num plano de superioridade em relação à pessoa ou instituição que é criticada. Pelo contrário, no cartune, essa é uma das condições para despoletar o humor.

No editorial não há roturas, há uma sucessão de sugestões de novos caminhos para atingir o objetivo, incitando o leitor a refletir. No cartune, a rotura acontece na construção da comicidade com a finalidade de entreter. O editorial permite argumentar, o cartune não.

Com esta dissertação pretende-se contribuir para o conhecimento daquilo que é o cruzamento do cartunismo com o jornalismo. Se ficou demonstrada a complementaridade dos dois textos para os casos estudados, seria por ventura interessante perceber se esta conclusão se confirmaria para uma amostra maior na imprensa generalista, na imprensa especializada ou, ainda, se essa complementaridade entre editoriais e cartunes ocorre com cartunes que não são publicados diariamente.

Muitas outras questões poderiam ser formuladas. Até que ponto o negativismo dos cartunes contribui para o “cinismo” político, promovendo o alheamento do processo político? Que consciência têm os públicos das diferenças do estatuto profissional de jornalistas e de cartunistas já que os textos são inseridos num mesmo espaço de publicação? Os cartunistas ter-se-ão ajustado, ao longo do tempo, às linhas editoriais dos jornais para que escrevem? Será a autocensura um fator de influência nas decisões dos cartunistas? Qual a influência das novas tecnologias na produção e difusão dos cartunes? Que influência tem o tipo de audiências dos jornais na escolha dos personagens que dão voz às opiniões dos cartunistas? São questões que se acumularam ao longo desta dissertação, que se confia poder ser um ponto de partida para outros trabalhos que poderão constituir uma linha de investigação até agora inexistente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bakhtin Mikhail (1997), *Estética da Criação Verbal* São Paulo
- Disponível em: [http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCMQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.sistemas.ufrn.br%2Fshared%2FverArquivo%3FidArquivo%3D1164092%26key%3Db920e8ae28f91ac5f0ec81245817f6ce&ei=CPfbU4\\_9BISY0QW5uYF4&usg=AFQjCNF8c1nh1cU2rUnv8EIKi8\\_7Gd-Niw&bvm=bv.72197243,d.bGE](http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CCMQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.sistemas.ufrn.br%2Fshared%2FverArquivo%3FidArquivo%3D1164092%26key%3Db920e8ae28f91ac5f0ec81245817f6ce&ei=CPfbU4_9BISY0QW5uYF4&usg=AFQjCNF8c1nh1cU2rUnv8EIKi8_7Gd-Niw&bvm=bv.72197243,d.bGE)
- Barros, Diana Luz Pessoa de (2003). Dialogismo, Polifonia e Enunciação. In: Diana Luz Pessoa de Barros & José Luiz Fiorin (orgs.). *Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2ª ed; pp: 01-09. Citada por Leal (2011).
- Bauer, Martin W. E George Gaskell (2000), *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Bergson, Henri (1987) “ O Riso” Rio de Janeiro Guanabara Citado em: Gonçalves, Lorena Santana e Maria da Penha Pereira Lins (s.a.) ”Estratégias discursivas da construção do Humor em cartuns educativos” *Cadernos do CNLF*, (online) XII (11).
- Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiicnlf/11/05.pdf>
- Bronckart, Jean Paul (1999) *Atividades de Linguagem, Textos e discursos, Por um interacionismo sócio-discursivo* São Paulo Editora da PUC-S, EDUC. Citado em: Leal, Audria Albuquerque (2010) “O papel do discurso teórico nos Cartoons”, *Estudos Linguísticos* 5 (223-234) Lisboa Edições Colibri CLUNL.
- Bronckart, Jean Paul (2006). Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano. Anna Rachel Machado & Maria de Lourdes Meirelles (orgs). Campinas: Mercado de Letras. citado em: Leal, Audria Albuquerque (2011:23), *A organização textual do genero Cartoon: Aspectos Linguísticos e condicionamentos não linguísticos*, Tese de Doutorado, Lisboa, Faculdade Ciências Sociais e Humanas da U.N.L.
- Cadet, C., R. Charles e J.-L. Galus (2002) “*La communication par l’image*”. France: Nathan, 2.ª ed. Citado em: Leal, Audria Albuquerque (2010) “O papel do discurso teórico nos Cartoons”, *Estudos Linguísticos* 5 (223-234) Lisboa Edições Colibri CLUNL.
- Charaudeau, Patrick (2006) *O Discurso dos Mídias*, São Paulo Contexto.
- Conde, Idalina (2009) “Arte e Poder” Cies centro de investigação de Sociologia ISCTE (Online).
- Disponível em: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/1476>
- Fernandes, J. e Almeida, D. (2008). Revisitando a Gramática visual nos cartazes de guerra. In: Almeida, D. (org). *Perspectivas em Análise Visual : do fotojornalismo aoblog*. João Pessoa: UFPB citado em: Leal, Audria Albuquerque (2011:194), *A organização textual do genero Cartoon: Aspectos Linguísticos e condicionamentos não linguísticos*, Tese de Doutorado, Lisboa, Faculdade Ciências Sociais e Humanas da U.N.L.
- Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/6646> (20/11/2012).
- Freud, Sigmund (1969). “*Os chistes e sua relação com o inconsciente*”. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago. v. 8. Citado em: Gonçalves, Lorena Santana Maria da Penha Pereira Lins (s.a.) ”Estratégias discursivas da construção do Humor em cartuns educativos” (UFES).
- Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiicnlf/11/05.pdf>
- Freud (1928) “Humour” *Int. J. Psycho-Anal.*, 9 (1), 1-6. (Trad. de Joan Riviere).
- Disponível em: <http://psicanalisedownload.files.wordpress.com/2012/08/ohumor1.pdf>
- Gervereau, Laurent (1996), *Ver, Compreender, Analisar as imagens*, Lisboa, Edições 70.
- Gil, Isabel Capeloa (1965), *Literacia Visual. Estudos sobre a Inquietude das Imagens*, Lisboa, Edições 70.

- Gosselin, Sophie (s.a.), *How to Read a Newspaper and How to Read a Cartoon*, Canadá, McCord Museum (Online).
- Disponível em: [http://www.mccord-museum.qc.ca/caricatures/page.php?Lang=1&file=156\\_12\\_5.xml](http://www.mccord-museum.qc.ca/caricatures/page.php?Lang=1&file=156_12_5.xml) (11/02/2013).
- Gosselin, Sophie (s.a.) *Views on the Impact of Editorial Cartoons*, Canadá, McCord Museum (Online) (30/04/2013).
- Disponível em: [http://www.mccord-museum.qc.ca/caricatures/page.php?Lang=1&file=156\\_12\\_4.xml](http://www.mccord-museum.qc.ca/caricatures/page.php?Lang=1&file=156_12_4.xml)
- Halliday, M.A.K. (1985) *An Introduction to Funcional Grammar*, London Edward Arnold citado em: Kress e van Leeuwen (2006:2) *Reading Images. The Grammar of Visual Design*, London, Routledge.
- Hermes, Gilmar Adolfo (2006), “A dimensão estética das ilustrações como um espaço de liberdade no jornalismo” UNIrevista (Online), 1 (3).
- Disponível em: [http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev\\_Hermes.pdf](http://www.unirevista.unisinos.br/pdf/UNIrev_Hermes.pdf)
- Hogan, Michael (2001) “Cartoonists and Political Cynicism” *The Drawing Board: An Australian Review of Public Affairs*, 2 (27-50) School of Economics and Political Science, University of Sydney.
- Disponível em: <http://www.australianreview.net/journal/v2/n1/hogan.html>
- Inerarity, Daniel (2006), *O novo espaço público*, Lisboa, Teorema.
- Jenks, Chris (2003), *Visual Culture*, Taylor and Francis e-Library (Online).
- Disponível em: <http://bookos.org/book/1072149/b6315f> (10/03/2013).
- Joly, Martine (1994), *Introdução à Análise da Imagem*, Lisboa, Edições 70.
- Disponível em: <http://flankus.files.wordpress.com/2009/12/introducao-a-analise-da-imagem-martine-joly.pdf> (24/02/2013).
- Kress, Gunther e Theo Van Leeuwen (2006), *Reading Images. The Grammar of Visual Design*, London, Routledge.
- Lago, Pedro Corrêa do (2001) *Caricaturistas brasileiros:1836/2001*. Rio de Janeiro: Marca d'Água, citado em: Riani-Costa, Camilo Floriano (2002:11), “Linguagem & Cartum..Tá rindo do quê?, trabalho apresentado no NP16- Núcleo de Pesquisa História em Quadrinhos, XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA -1 a 5 Setembro 2002, Piracicaba – UNIMEPE.
- Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/7ad467f9e3e60beb68eb66edcad462a8.pdf> (06/01/2012).
- Lamizet, Berbard (2006), *Sémiotique de L'événement*, Paris, Lavoisier.
- Leal, Audria Albuquerque (2010) “O papel do discurso teórico nos Cartoons”, *Estudos Linguísticos* 5 (223-234) Lisboa Edições Colibri CLUNL.
- Leal, Audria Albuquerque (2011), *A organização textual do genero Cartoon: Aspectos Linguísticos e condicionamentos não linguísticos*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade Ciências Sociais e Humanas da U.N.L.
- Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/6646> (20/11/2012).
- Luhmann, Niklas (1996), *Die Realtat der Massenmedien*, Westdeutcher Verlag, Opladen citado em: Inerarity, Daniel (2006:89), *O novo espaço público*, Lisboa, Teorema.
- Machado, Júlio César (sinne anno), *Lisboa de Hontem*, Lisboa, Officina Typographyca de J.A.de Mattos.
- Disponível em: <http://www.archive.org/stream/lisboadehontem00mach#page/n5/mode/2up> (17/07/2013).
- Manning, Haydon e Robert Phiddian (2004) “In defence of the political cartoonists’ licence to mock” *Australian Review of Public Affairs*, 5 (25-42) School of Economics and Political Science, University of Sydney.
- Disponível em: <http://www.australianreview.net/journal/v5/n1/manning.pdf>

- Matthews, Christopher Alan (2011), *Witticism of Transition: Humor and Rhetoric of Editorial Cartoons on Journalism*, Tese de Mestrado em Artes, Columbia, Universidade de Missouri.
- Disponível em: <https://mospace.umsystem.edu/xmlui/bitstream/handle/10355/11495/research.pdf?sequence=3>
- Maingueneau, Dominique (1997), *Novas tendências em análise de discurso*, Campinas SP: Pontes.
- Maingueneau, Dominique (2004) *Análise de Textos de Comunicação*, São Paulo, Cortez.
- Mitchell, W. (1986) "Iconology: Image, Text, Ideology". Chicago: University of Chicago Press Citado em: Jenks, Chris (2003:1) "Visual Culture" Taylor & Francis Group e-Library.
- Mouillaud M. (2002) *O Jornal: da forma ao sentido*, Brasília: UnB citado em: Sodré, Muniz (2009:33), *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*, Petrópolis, RJ: Vozes.
- Orlandi, Eni. P. (1999), *Análise de discurso. Princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.
- Palmeirim, Luis Augusto (1891), *Os Excêntricos do meu Tempo*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Disponível em: [http://ia700605.us.archive.org/32/items/osexcentricosdom00palm/osexcentricosdom\\_00palm.pdf](http://ia700605.us.archive.org/32/items/osexcentricosdom00palm/osexcentricosdom_00palm.pdf) (17/07/2013).
- Parelman, Chaim (1997) *El imperio retórico Retórica e argumentación*, Colombia Editorial Norma.
- Possenti, Sírio (2005), *Os Humores da Língua*. Campinas: Mercado das Letras, 4ª ed. Citado em Leal, Audria Albuquerque (2011:222), *A organização textual do gênero Cartoon: Aspectos Linguísticos e condicionamentos não linguísticos*, Tese de Doutorado, Lisboa, Faculdade Ciências Sociais e Humanas da U.N.L.
- Possenti, Sírio (2009), *Questões para analistas do discurso*, São Paulo, Parábola Editorial.
- Potter, J. e Wetherell, M (1987) *Discourse and Social Psychology: Beyond Attitudes and Behaviour* London Sage citado em: Bauer, Martin W. E George Gaskell (2000:247), *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*, Petrópolis, Editora Vozes.
- Propp, Vladimir I. (1992) "Comicidade e Riso" S. Paulo, Ática Citado em: Gonçalves, Lorena Santana e Maria da Penha Pereira Lins (s.a.) "Estratégias discursivas da construção do Humor em cartuns educativos" *Cadernos do CNLF*, (online) XII (11).
- Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiicnlf/11/05.pdf>
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhout (2008), "Manual de Investigação em Ciência Sociais" Lisboa Gradiva.
- Rabaça, Carlos Alberto e Barbosa, Gustavo Guimarães (2001) *Dicionário de comunicação*: Nova edição revista e atualizada. 3ª edição. Rio de Janeiro citado em: Pavan, Ricardo e Gattermann, Liange Carolina (2007) *Mídia e Entretenimento: o texto/linguagem de humor no rádio e as interações com o imaginário popular*, comunicação apresentada no V Congresso Nacional de História da Mídia – 31 Maio a 2 de Junho, São Paulo.
- Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/outros/hmidia2007/resumos/R0066-1.pdf>
- Raskin, Victor (1985) "Semantic Mechanisms of Humor" Reidel Dordrecht Citado em: Gonçalves, Lorena Santana e Maria da Penha Pereira Lins (s.a.) "Estratégias discursivas da construção do Humor em cartuns educativos" *Cadernos do CNLF*, (online) XII (11).
- Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiicnlf/11/05.pdf>
- Rebelo, José, (2002), *O Discurso do Jornal: o como e o porquê*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Riani-Costa, Camilo Floriano (2002), "Linguagem & Cartum. Tá rindo do quê?", trabalho apresentado no NP16-Núcleo de Pesquisa História em Quadrinhos, XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA - 1 a 5 Setembro 2002, Piracicaba – UNIMEPE.
- Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/7ad467f9e3e60beb68eb66edcad462a8.pdf> (06/01/2012).

Seixas, Lia (2009), *Redefinindo os gêneros jornalísticos: Proposta de novos critérios de classificação*, LabCom Books.

Disponível em: <http://www.labcom.ubi.pt/sub/evento/164> 03/08/2013.

Sodré, Muniz (2009), *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*, Petrópolis, RJ: Vozes.

Sousa, Osvaldo Macedo de (1998), *História da Arte da Caricatura de Imprensa em Portugal, Volume I – Na Monarquia 1847/1910*, Lisboa, Humorgrafe/S.E.C.S.

Sousa, Osvaldo Macedo de (2010), *As Caricaturas da Primeira República*, Lisboa, Tinta da China.

W. Mitchell (1986), *Iconology: Image, Text, Ideology*. Chicago, University of Chicago Press.

Disponível em: <http://en.bookfi.org/s/?q=iconology++W.+J.+T.+Mitchell&t=0> (13/05/2013).

Wittgenstein, L. (1922), *Tractus logicus-philosophicus*. Grã-Bretanha, Edinburgh Press. Citado em: Sodré, Muniz (2009:29), *A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento*, Petrópolis, RJ: Vozes.

Disponível em: <http://www.gutenberg.org/files/5740/5740-pdf.pdf>

**ANEXOS**

**ANEXO A** - *Corpus* documental.

**ANEXO B** - Quadros com Parâmetros para Análise do *Corpus*.



ANEXO A - Corpus

CARTUNES/EDITORIAIS - DIÁRIO DE NOTÍCIAS



Fig. 1 – 16/10/2012



Fig. 2 – 17/10/2012



Fig. 3 – 18/10/2012



Fig. 4 – 19/10/2012



Fig. 5 – 25/10/2012



Fig. 6 – 26/10/2012



Fig. 7 – 29/10/2012

CRAVO & FERRADURA



JOSÉ BANDEIRA

Fig. 8 – 31/10/2012

CRAVO & FERRADURA



JOSÉ BANDEIRA

Fig. 9 – 01/11/2012

**Editorial**

### Após o choque de 2013...

Três pontos essenciais resultam da apresentação e explicação do mais duro Orçamento do Estado de sempre feitas ontem pelo ministro das Finanças, Vítor Gaspar. Em primeiro lugar, a confirmação do pior dos cenários em relação à violação fiscal que afetará praticamente todos os portugueses e, em especial, uma vez mais, a classe média: não há qualquer mitigação, como chegou a ser admitido pelo próprio ministro e obrigou à maratona de reuniões até à hora de entrega do documento. Em segundo, os ferozes cortes da despesa, num total de 2,7 mil milhões de euros, jogam sobretudo com uma redução nos apoios/subsídios sociais, que valem mil milhões, e com reformas dos sectores-chave do Estado social (a Educação e a Saúde), e voltam a deixar escapar o chamado "monstro" do Estado. E, em terceiro, as medidas de crescimento da economia voltaram a ficar por especificar, dependem da aprovação da *troika*, apesar de o País depender delas para o crescimento desejado.

Vítor Gaspar não anunciou, pois, nada de novo. Limitou-se a confirmar o essencial do que já se sabia. Estamos perante uma carga fiscal inédita em Democracia, que o ministro nem conseguiu garantir que seria suficiente para 2013. A admitida suavização da austeridade não terá passado de uma tática para acalmar a rua, que, depois das várias manifestações de sábado passado, voltou ontem a fazer-se ouvir em protestos diante da Assembleia da República.

A maior novidade foi mesmo a postura menos técnica e mais política do ministro das Finanças. Vítor Gaspar disse que não há alternativa a este Orçamento, o que pode ser entendido como uma resposta à mensagem de Cavaco Silva, este fim de semana, e a todos os ex-presidentes que decidiram vir a público insistir na renegociação das metas do défice e na adequação da austeridade já admitida pelo próprio FMI. Mas falou também para dentro do Governo e da coligação (e ao CDS-PP), ao confirmar que o seu orçamento preliminar é mesmo definitivo, sem margem para qualquer baixa de impostos. E deixou ainda o aviso à oposição, afirmando que o "chumbo" do documento equivale a rasgar o memorando de entendimento e acenando com as graves consequências que isso trará ao País.

### ... o que nos espera em 2014?

Com o OE de 2013 definido, é preciso já projetar 2014. O que nos espera para cumprir o défice de 4,5% e partir para o de 2,5% em 2015. A esta distância as incertezas são muitas, já que, daqui a um ano, o que o Governo – este ou outro qualquer – tiver de fazer para prosseguir a trajetória da redução desse défice depende de vários fatores. Os externos centram-se nas decisões coletivas que a UE e o Eurogrupo tomarem. Os sinais do FMI são de que há abertura para alargar por mais um ano os prazos estabelecidos. Se assim for, e se o FMI convencer a CE e o BCE, o novo aperto fiscal, em 2014, poderá ser bem menor do que se pode prever hoje.

Caso contrário, tudo depende exclusivamente da execução orçamental em 2013, que terá de voltar a lutar contra uma economia em retração. Se os desvios para pior se repetirem, como está a acontecer este ano, repetir-se-á a necessidade de novo aperto de dimensão semelhante ao do próximo ano, com a agravante de se tornar cada vez mais difícil concretizar cortes sobre os cortes já efetuados.

Esta quadratura do círculo só parece ter uma saída lógica: a do fim da recessão, a do estímulo à economia, que, crescendo de novo, acabará por gerar mais receita pública, mais emprego e menos despesa em apoios sociais do Estado. Só que qualquer arranque económico tem de ser sustentado no investimento e será tanto mais gerador de emprego quanto mais ampla for a revitalização das PME. E aí o papel da banca na concessão de crédito é insubstituível.

Fig. 10 – 16/10/2012

**Editorial**

### Será que funciona?

Encontrando-se o País sob tutela financeira externa, torna-se particularmente difícil conceber e executar uma mudança de rumo na política orçamental e na reconversão da economia contra a vontade daqueles que, entre meados de 2011 e meados de 2014, estão dispostos a emprestar mais de 70 mil milhões de euros... a juros favoráveis. O problema político do OE 2013 é que ele aparece, à partida, ferido de uma tal dose de descredibilização – sobretudo no campo político de suporte à coligação governativa – que se afigura inverosímil a sua plena execução empenhada, pacífica e coroada de êxito.

Não há memória de um tal desfile unânime de ex-ministros das Finanças do centro-direita a garantir que a receita proposta é contraproducente, que a economia vai encolher bem mais do que o esperado e que a meta do défice ficará longe do desempenho devido aos múltiplos efeitos negativos inevitáveis sobre as receitas e as despesas das administrações públicas. Dizem mesmo que a retroação negativa, do mesmo tipo, que se está a fazer sentir na execução orçamental em 2012 com a proposta de OE 2013 acabará por repetir-se, até, em dose reforçada.

Só se entende a sucessão de reuniões ao alto nível do CDS-PP e do PSD por existir esta básica desconfiança – na maioria! – de que aquilo que se propõem fazer não vai funcionar e se torne patente logo na primeira metade do próximo ano. Um hipotético Governo com patrocínio presidencial, nas atuais circunstâncias políticas, só se justificará se assegurar uma reabertura política ao centro-esquerda, isto é, ao PS, e se apresente a este mesmo Parlamento com uma plataforma de ataque ao défice substancialmente diferente da atual.

Não é nada fácil que isso aconteça com os atuais protagonistas eleitos pelos portugueses. É que essa mudança de política só se dará com uma nova visão à escala europeia de como estabilizar o euro de forma duradoura. E não há solução para tal sem uma resposta solidária de ricos credores e de remediados devedores de, pelo menos, parte das dívidas de todos, tituladas em euros. Só isso dará folga orçamental para países como Portugal terem tempo de reconstruir os seus Estados sociais sem matarem a economia e levarem as suas classes médias à extrema pauperização.

Fig. 11 – 17/10/2012

**Editorial**

## A crise e as desigualdades

A evolução das desigualdades económicas, sociais, culturais na população portuguesa não pode senão suscitar novas e mais prementes interrogações nos tempos que vivemos. Seguindo a medida consagrada de contrapor o rendimento dos 10% mais carenciados da população com os 10% que auferem mais altos rendimentos, constata-se, uma e outra vez, que, em Portugal, os últimos estão mais distanciados dos primeiros do que acontece nos países europeus de mais alto nível de vida.

Sendo esta uma pesadíssima herança do Estado Novo, nestes 38 anos de Democracia a evolução foi no sentido positivo. O Estado Social cortou para metade a população em risco de cair na pobreza absoluta, criou programas sociais de apoio ao rendimento – rendimento social de inserção, complemento solidário para idosos –, que combatem ativamente a exclusão social e o empobrecimento absoluto. Mas as desigualdades sociais muito acentuadas vêm de braço dado com um gritante atraso na escolarização dos portugueses, face aos seus congéneres europeus, bem como com uma velhice muito desamparada devido à exiguidade do sistema contributivo da Segurança Social no regime anterior.

Para contrariar esta vaga de fundo, o voluntarismo redistributivo do Estado Social entre nós vê-se coartado por uma década de estagnação económica, quando ele requeria um crescimento económico pujante, única forma de manter e aperfeiçoar a vertente social da ação do Estado junto de uma população em rapidíssimo processo de envelhecimento. A crise financeira e orçamental – tal como as três crises cíclicas já o haviam feito – põe tudo a andar para trás. Desta feita, de forma mais acentuada e gravosa, a coesão social está a ser duramente posta em causa e a centrifugar os mais fracos para a exclusão e a miséria. Qualquer análise séria o constatará. Tanto mais urgente se torna, assim, dar vida às empresas e ao crescimento económico.

Fig. 12 – 18/10/2012

**Editorial**

## Receitas mágicas, não obrigado!

A promessa de entendimento durou menos de 24 horas. E o mais surpreendente é que, estando Portugal praticamente sem soberania financeira e económica e com a autonomia política, e não apenas parlamentar, seriamente comprometida, os principais atores dos dois partidos do Governo – seja no Parlamento ou no Executivo – se entretêm num bizarro, e quase infantil (não é exagero), exercício sobre a governação e as receitas mágicas (ilusórias porque ninguém na maioria, e em particular no CDS, apresenta alternativas consistentes ao Orçamento de Vítor Gaspar) para livrar Portugal da austeridade.

Já houve quem, avisadamente, aconselhasse juízo aos políticos que têm o destino do País nas mãos. Nem é preciso tanto, basta alguma modéstia e sensatez nas decisões. O que se pede a este Governo, como a outros, é que aponte um rumo, uma estratégia clara, que a discuta de forma séria e “transparente”, que não seja um mero executante cego de um memorando que, como o próprio FMI já reconheceu, foi construído com base em premissas matemáticas erradas.

A nossa vida, a de todos os portugueses, e o futuro do País não podem ser desenhados a régua e esquadro, nem mesmo planeados nos famosos Excell de caminho único de Vítor Gaspar. Já não é apenas a austeridade que corrói o País. É a ausência desesperante de alternativas – que não é apenas um exclusivo da maioria. Alguém, em rigor, sabe dizer o que propõe o Partido Socialista?

Fig. 13 – 21/10/2012

**Editorial**

## E as alternativas?

“E stupidamente”, disse Mário Soares à Radio France-Culture, “o primeiro-ministro anda a fazer mais do que lhe pede a *troika*”. E sem perder tempo concretizou a ideia: Cavaco Silva e Pedro Passos Coelho “só fazem asneiras”. As palavras duras do experiente ex-presidente da República resumem, de forma inequívoca e simples, a permanente onda de críticas que os partidos da oposição diariamente empurram na direção do Governo.

O que Mário Soares não disse, e em abono da verdade não será a ele que compete essa tarefa, é que soluções alternativas (decisiva palavra por estes dias) podem e devem ser postas à disposição dos portugueses. E a simbiose torna-se assim quase perfeita. Com uma importante diferença. É que aos partidos da oposição, e aos seus deputados eleitos, cumpre a obrigação de apresentar ao País alternativas sérias e exequíveis.

Já é tempo de dizer “chega” a esse prolongado e velho, de tanto usado, discurso (que corre sérios riscos de deterioração) dos “assaltos à mão armada”. Não há um cidadão deste país que não saiba quem está contra ou a favor do Orçamento do Estado. Não há um cidadão deste país que não saiba que medidas propõe o Governo para 2013. Mas o que nenhum português sabe é quais são as soluções alternativas, os caminhos de uma diferença qualitativa que PS, PCP e BE tenham para apresentar.

A recorrente transumância do discurso político tem disto, principalmente na esquerda socialista e na direita centrista. É assim uma espécie de síndrome. Quem nos garante, para além das palavras e promessas, que estando no Governo o PS, não “oferece” ao País uma versão socialista do Excell de Vítor Gaspar?

Fig. 14 – 22/10/2012

**Editorial**

## Crise, pobreza e barracas

A s barracas nos centros urbanos estarão de volta em breve, como vaticinou Helena Roseta, vereadora da Habitação na autarquia lisboeta? Depois do esforço insano, financiado pela, ao tempo, CEE e pelo Estado central e posto em prática por incansáveis municípios para debelar essa chaga no tecido urbano por esse País fora, será que vamos voltar à criação de um “sector informal” de habitação em Portugal? Infelizmente, tal como as finanças do País se apresentam e do rumo que o Governo parece estar disposto a seguir no respeitante aos apoios sociais, a resposta deverá ser: sim. A crise, de que toda a gente se queixa, manifesta-se de forma diferenciada nas diversas classes de rendimento em Portugal. Se o alarme na classe média se deve ao facto de ela se sentir esmagada por impostos, contribuições e sobretaxas, a ponto de pôr em perigo a capacidade de pagar a tempo todos os compromissos contraídos junto da banca, há toda uma outra classe em vias de resvalar abaixo do limiar da pobreza.

Essa fatídica fasquia está fixada em 421 euros (e o indexante para apoios sociais situa-se nos 419,22 euros). Chega-se a este valor calculando 60% da mediana do rendimento líquido dos 11% da TSU para os trabalhadores por conta de outrem. Para que os idosos com pensões sociais pudessem chegar (ao menos!) a esse limiar é que se criou o complemento solidário para idosos. E o rendimento social de inserção deveria garantir aos agregados familiares marginalizados rendimento alinhado com este objetivo. Com as recentíssimas propostas do ministério da tutela para cortar nestes apoios, bem como no subsídio mínimo de desemprego, quem estranhará o regresso em força da “informalidade” em todas as suas formas, incluindo o reerguer de casas por via artesanal?

Fig. 15 – 25/10/2012

**Editorial**

## Prolongar o aperto para 2014

**A** leitura da análise feita pelo Fundo Monetário Internacional à conjuntura económica e financeira de Portugal, bem como às suas perspetivas de evolução, só permite a conclusão de que as coisas pioraram bastante nos últimos três meses (período de tempo entre o 4.º e o 5.º exame regular da *troika* ao programa de assistência a Portugal).

Não só se reconhece a continuação de um aperto mais forte do crédito aos privados, como se espera que o efeito de contração do Orçamento do Estado (OE) para 2013 deixe a sua marca negativa na economia no próximo ano. O que tem consequências em novos acréscimos da dívida, que se manterá a níveis de zona vermelha (de quase 124% do PIB, segundo as últimas estimativas) em 2013 e 2014, para só registar um ligeiro alívio, finalmente, em 2015.

O significado desta análise é inequívoco: a austeridade vai ter de manter-se em 2014 (por exemplo, a sobretaxa de IRS perdurará mais um ano se não for substituída por cortes adicionais na despesa pública); os objetivos de encaixe com privatizações terão de ser atingidos, nem que seja à custa de mais operações do que as inicialmente designadas; a punção fiscal em sede de IRS, de IMI e de sobretaxa sobre imóveis de luxo será mais gravosa, afirma o FMI, do que foi inscrito no OE 2013.

Isto é, quando o FMI diz que a envolvente externa e os sinais de fraqueza da economia interna, como o desemprego, se apresentam como fatores adversos agravados, a consequência é a de manter o aperto orçamental por mais um ano. E qual será a resposta das empresas?

Fig. 16 – 26/10/2012

**Editorial**

## Falácias sociais

**O** Governo dá sinais de estar a perder o pé na discussão do Orçamento do Estado para o próximo ano (OE 2013). Confrontado com a imposição de cortar nos apoios sociais, o ministro do Trabalho (e de uma Solidariedade Social sob forte ataque) lança mão de argumentos verdadeiramente chocantes e falaciosos. Argumentar em favor dos impostos sobre os subsídios de saúde ou de desemprego e sua penalização em termos de cálculo das futuras pensões de reforma devidas, por ser injusta a paridade face a quem trabalha, não é aceitável. Só faltou mesmo Mota Soares concluir explicitamente que as condições de doente ou de desempregado são artimanhas de quem não quer mesmo trabalhar em benefício próprio e do País, preferindo viver de dinheiros públicos. Até pode ter sido assim antes da crise em alguns casos. Já não o é seguramente agora.

O argumento estafado contra o RSI e o CSI estende-se, assim, a dois seguros sociais que resultam integralmente dos descontos dos próprios e dos seus empregadores! Não são favor nenhum, nem representam peso adicional sobre os cidadãos cumpridores dos seus deveres fiscais em favor de parasitas sociais.

O argumento iníquo da equidade relativa destes cortes recobre o silêncio ensurdecedor sobre a largueza de fundos do Governo parqueados no Banco de Portugal, sem proveito para ninguém, a não ser para os fugidios operadores externos, que, segundo a equipa das Finanças, precisam de mais e mais garantias de solidez interna para se animarem a comprar de novo dívida pública portuguesa de médio e longo prazo. O argumento não pega pela desproporção das verbas envolvidas. E a face hedionda das justificações dos cortes sociais dói, assim, muito mais.

Fig. 17 – 27/10/2012

**Editorial**

## O maestro e a orquestra

**N**uma orquestra qualquer nota fora de tom merece pateada da plateia. O Governo de coligação nunca foi um primor nesta matéria, mas nos últimos meses desafinou por completo. Vítor Gaspar e Pedro Passos Coelho tocaram as notas das alterações à taxa social única. E Paulo Portas rasgou mesmo a pauta. Ministro das Finanças e primeiro-ministro fizeram uma nova sequência com subida drástica de impostos no OE para 2013. Ouvuiu-se o ruído dos ministros que contestaram a música, só que Portas, ainda contrariado, rendeu-se à nova melodia de Vítor Gaspar para “evitar uma crise política”. E quando a coligação governamental parecia irremediavelmente presa por um fio, as bancadas do PSD e do CDS procuraram reinventá-la numas inéditas jornadas parlamentares conjuntas, que terminaram ontem.

Os ministros, todos eles, passaram por lá. Agora sim afinados, a explicar cada nota da austeridade para 2013. Passos e Portas também o estiveram, pelo menos sobre a política interna. Ambos apontaram para a necessidade de reformar o Estado já no próximo ano – na verdade o grande plano B de corte da despesa exigido pela *troika* na quinta avaliação do memorando, – e chamaram o PS a juntar-se a eles neste desafio. Passos chamou-lhe “refundação do programa de ajustamento”.

Quando se sabe que é tarefa espinhosa (senão impossível) entrar neste processo sem mexer no quadro dos funcionários públicos ou alterando profundamente as funções do Estado, em áreas como a educação ou a saúde ou segurança social, o primeiro-ministro teve o cuidado de dizer que “será uma transformação melhor e não uma compressão ou redução daquilo que existia até agora”. Até porque sabe que os socialistas, liderados por António José Seguro, nunca aceitarão fazer parte de uma orquestra que seja dirigida por um maestro apostado em reduzir ao mínimo as funções sociais do Estado.

Fig. 18 – 28/10/2012

**Editorial**

## Caldo psicológico para reduzir o Estado

**C**omo era fácil de prever, António José Seguro já avisou Pedro Passos Coelho que não contem com o PS para desmantelar o Estado social. O primeiro-ministro, quando lançou o desafio aos socialistas para, como ele classificou, “refundar o memorando” para reformar o Estado, já sabia a resposta de Seguro. O que Passos quis fazer foi abrir o debate para um incontornável: ou os cidadãos estão dispostos a pagar um nível de impostos altíssimo (que vão começar a desembolsar já em janeiro de 2013) ou aceitam prescindir de certas funções do Estado, tanto mais que o crescimento económico sustentado ainda é uma miragem.

No Governo PSD / CDS existe, aliás, a convicção de que a forte austeridade criou o caldo psicológico adequado para que os portugueses, os parceiros sociais e os partidos da maioria se comprometam com cortes mais profundos na despesa pública, cortes que tanto reivindicam.

Nos próximos doze meses, em que terá de acontecer uma poda de quatro mil milhões de euros na despesa pública, o Governo tentará encostar sobretudo o PS à parede para que diga como é possível manter o Serviço Nacional de Saúde, a Educação e, sobretudo, a Segurança Social nos moldes atuais. Sabendo também de antemão que Seguro tem toda a conveniência em deixar esta maioria a falar sozinha no complexo e polémico redimensionamento do Estado. Estando na oposição, o líder do PS percebe ter mais vantagem em continuar a liderar o coro dos que pedem medidas de crescimento económico e a renegociação com a *troika* do programa de ajustamento financeiro para que o Estado social não seja desmantelado.

Fig. 19 – 29/10/2012

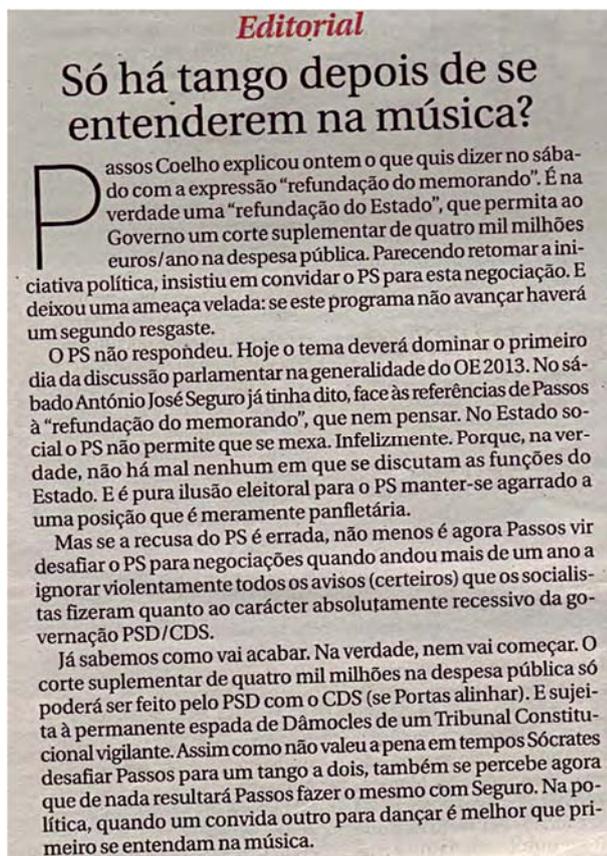


Fig. 20 – 30/10/2012

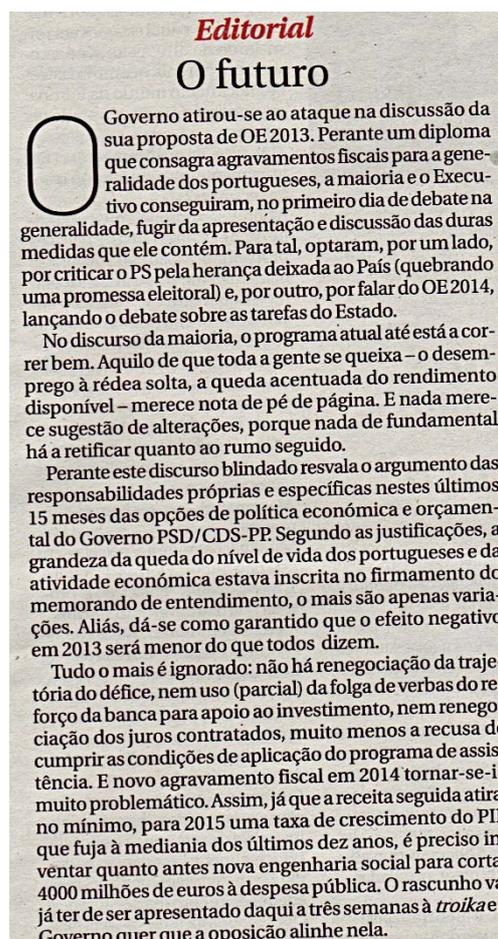


Fig. 21 – 31/10/2012

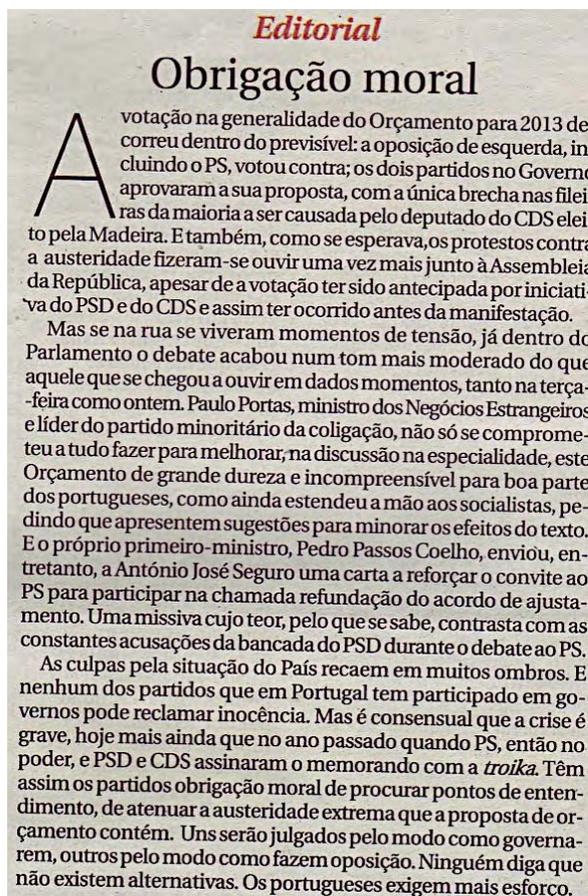


Fig. 22 – 01/11/2012

CARTUNES /EDITORIAIS - JORNAL PÚBLICO

BARTOON LUÍS AFONSO

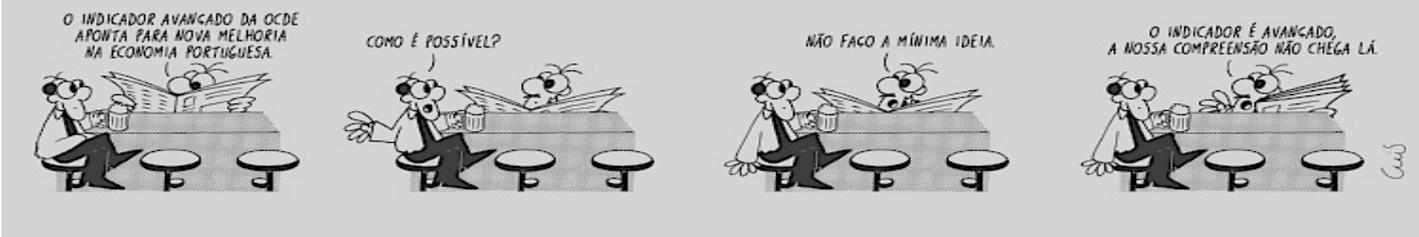


Fig. 23 – 15/10/2012

BARTOON LUÍS AFONSO

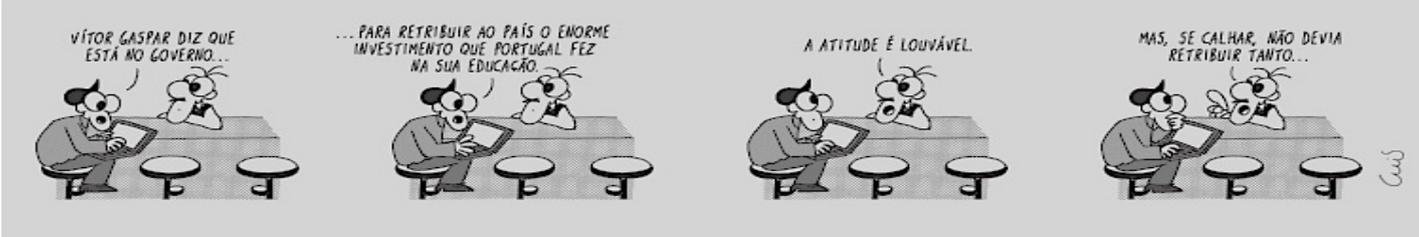


Fig. 24 – 17/10/2012

BARTOON LUÍS AFONSO

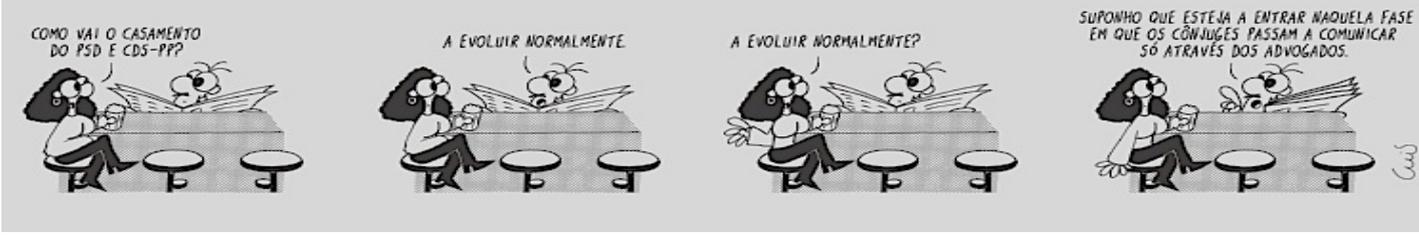


Fig. 25 – 18/10/2012

BARTOON LUÍS AFONSO



Fig. 26 – 19/10/2012

BARTOON LUÍS AFONSO

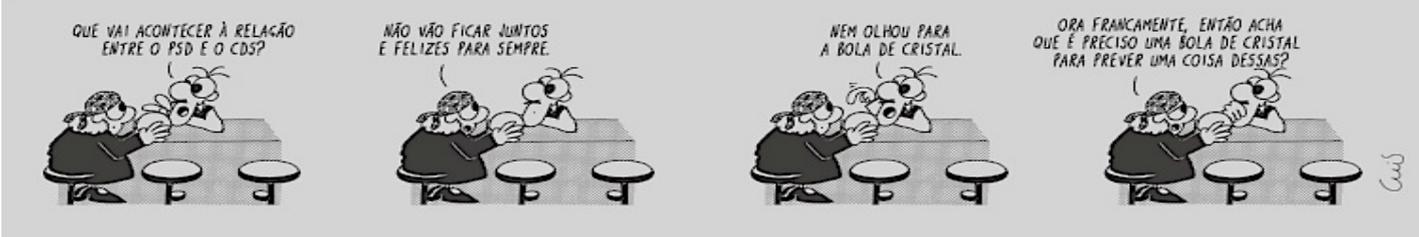


Fig. 27 – 21/10/2012

BARTOON LUÍS AFONSO



Fig. 28 – 22/10/2012

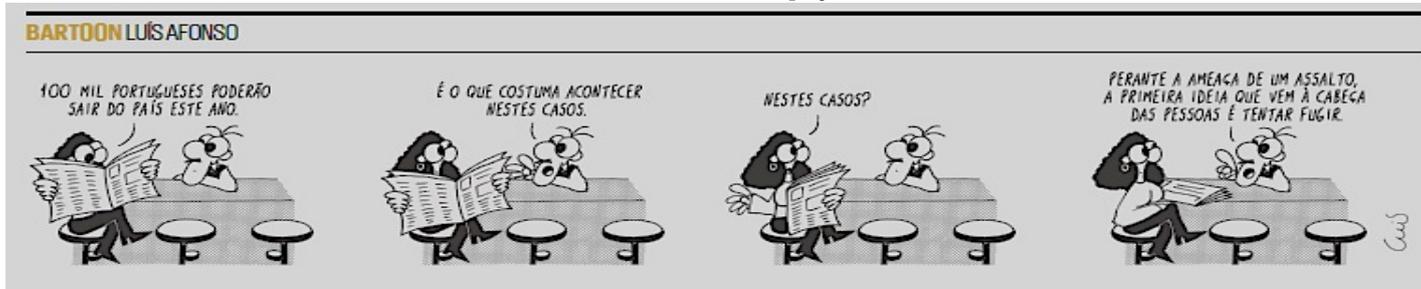


Fig. 29 – 23/10/2012

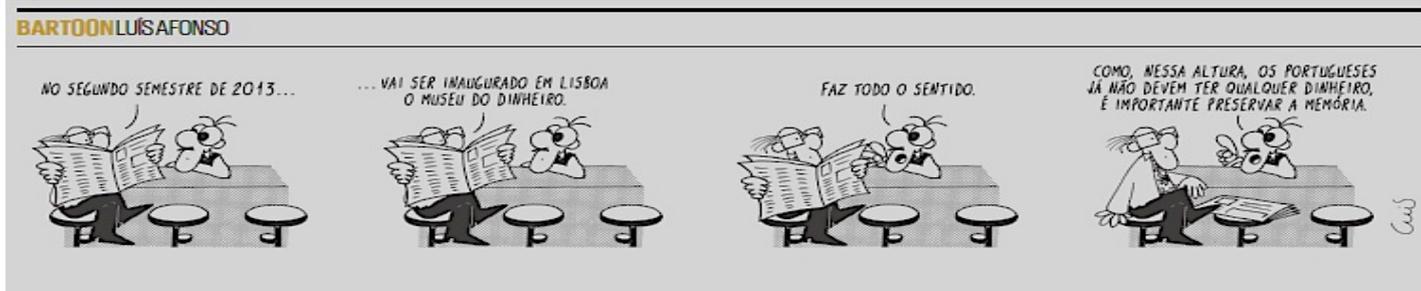


Fig. 30 – 24/10/2012

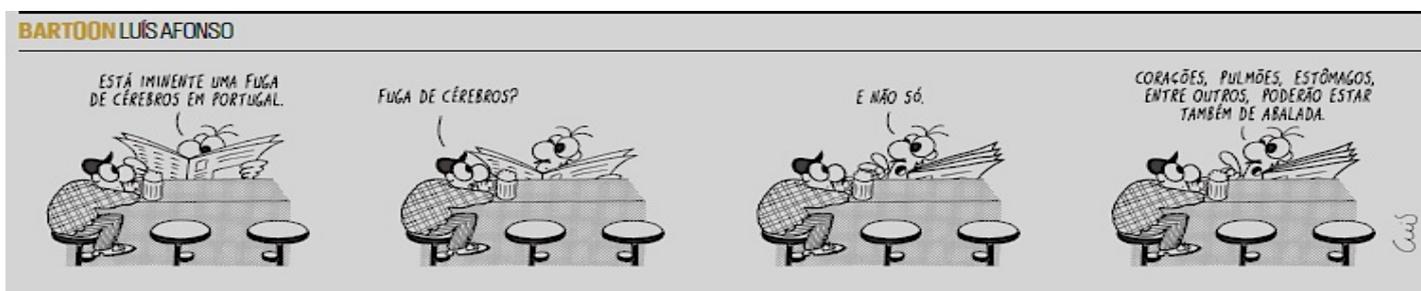


Fig. 31 – 25/10/2012



Fig. 32 – 27/10/2012



Fig. 33 – 28/10/2012



Fig. 34 – 29/10/2012

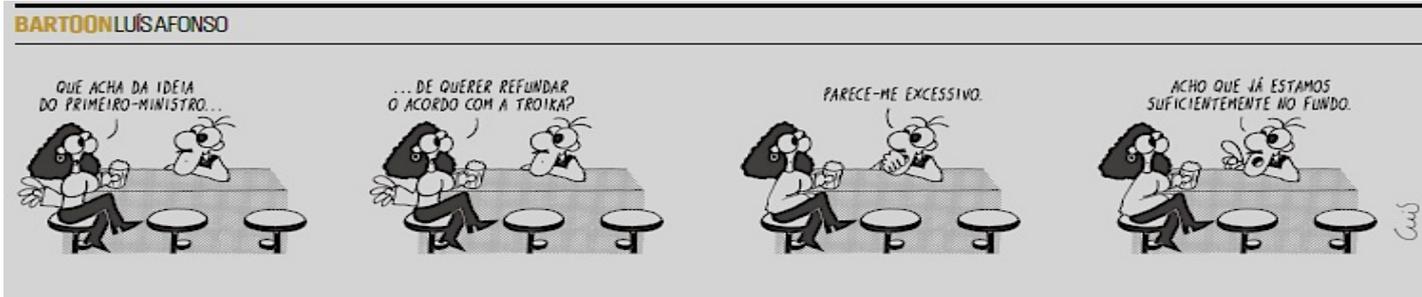


Fig. 35 – 30/10/2012



Fig. 36 – 31/10/2012



Fig. 37 – 01/11/2012

**EDITORIAL**

**P** Um orçamento para a desesperança

Sucumbir ao fatalismo da derrota anunciada não é nem responsável nem corajoso: é estúpido

O Orçamento do Estado para o próximo ano é um monumento à desesperança. Quando um ministro das Finanças diz que “não há margem de manobra” ao mais brutal aumento de impostos dos anos da democracia portuguesa, o que nos está a tentar dizer é que as suas opções políticas resultam da responsabilidade e da coragem em agir a bem do futuro. Mas o que esta proclamação na prática significa é o reconhecimento de uma derrota anunciada. “Dada a dureza da situação, é natural que neste momento surjam receios e incertezas quanto ao sucesso do programa de ajustamento”, disse Vítor Gaspar, e é nesta declaração que se confirma com candura um pessimismo que o próprio orçamento não reflecte. Quando o próprio FMI admite que por cada euro de

aumento de impostos haja uma perda de 0,9 a 1,7 euros no produto nacional, custa a crer que o Governo admita como possível o recuo de apenas 1% no PIB do próximo ano. Todos sabemos que esse cenário é virtual e irrealista, que não pode resultar da convicção íntima de um técnico conceituado como Gaspar, que se destina a iludir os portugueses e a mostrar aos parceiros da *troika*, com destaque para a Alemanha, que Portugal continua resignado ao *diktat*. No final do próximo ano, todos temos razões para acreditar que haverá mais de 16,4% de desempregados, que a economia nacional se vai contrair tanto como este ano ou até mais, que todas as famílias estarão mais pobres e que, pior de tudo, estaremos ainda mais longe da possibilidade de imaginar o fim deste terrível ciclo de austeridade e de recessão. Quando se aumenta em 3,3 mil milhões de euros a carga fiscal, quando se agravam as taxas sobre os combustíveis ou a energia, quando se põe a máquina do Estado ou as empresas públicas a contribuir para o acréscimo do desemprego, não se pode acreditar que não haja “margem de manobra”. É facto que não há alternativas ao financiamento da *troika*. Nem se

duvida que o ajustamento do país tem de continuar. Mas numa democracia, a política, uma “arte do possível”, deve recusar todos os caminhos que levem os cidadãos à fatalidade da pobreza, do dissenso político social e da desesperança. Todos já perceberam, incluindo o Governo, que o programa de ajustamento exige mais tempo, mais dinheiro para injectar na economia, mais folga para que o país respire e possa encarar com ânimo os terríveis desafios com que se confronta. Para lá chegar, o Governo precisa de manobrar na Europa. Precisa de dizer que o Governo e os cidadãos fizeram tudo o que lhes foi exigido, que resistiram estoicamente à asfixia da austeridade, que cortaram despesas e perderam rendimentos, que foram até capazes de debelar um dos principais problemas estruturais do país, o seu desequilíbrio nas contas externas. Precisa de fazer tudo ao seu alcance para evitar um caminho que, já o sabemos, não leva a lado nenhum. Sucumbir ao fatalismo da derrota anunciada não é, por isso, nem responsável nem corajoso. É simplesmente estúpido.

Fig. 38 – 16/10/2012



## Era uma vez uma coligação

As sucessivas crises entre o CDS e o PSD provam que os centristas já não são ouvidos no Governo

**O** dia seguinte à entrega do Orçamento do Estado (OE) ficou marcado pelos rumores e desmentidos sobre aquilo que agora é designado por “estado de saúde da coligação”. Mas como esta não foi a primeira vez que a apresentação de propostas relativas ao OE deixaram o CDS e o PSD à beira da ruptura, já não vale a pena perguntar se existe ou não mal-estar entre os dois partidos. Faz sentido é questionar se o partido de Paulo Portas ainda tem um papel na coligação. A razão é simples. As sucessivas manifestações de desagrado do CDS, que remontam, pelo menos, ao episódio da TSU, o maior parceiro da coligação respondeu sempre mantendo o essencial das medidas que perturbavam o CDS. A coligação que nos governa é portanto

uma coligação sob embaraço. Como embaraçante e confrangedor foi o silêncio de Jorge Moreira da Silva, quando ontem recusou responder a uma pergunta sobre o silêncio de Paulo Portas em relação ao OE. A verdade é esta: os dois partidos estão atados pelo memorando da *troika* e pelo receio das consequências que uma ruptura da coligação implicaria. Para o CDS, esse risco tem sido dado como razão suficiente para não abrir uma crise. Para Vítor Gaspar, a aplicação do memorando implica que não haja margem de manobra para alterar o OE, independentemente do que os centristas pensam. Ou seja, é duvidoso que o CDS ainda seja ouvido na coligação. E que a sua capacidade de contrariar o *diktat* seja maior do que a dos manifestantes que segunda-feira tentaram cercar a Assembleia da República. Ora é o CDS que está cercado dentro da coligação e a expor-se a um duplo desgaste: o da austeridade e o da exibição da sua impotência política. Já se escreveu muitas vezes que, com a chegada da *troika*, a capacidade de decisão política morreu. Não se sabia é que isso era verdade dentro da própria coligação.

Fig. 39 – 17/10/2012



## Merci Presidente Hollande

Uma das mais violentas críticas ao OE de 2013 chegou ontem pela voz do Presidente da França

**U**ma das mais violentas críticas ao Orçamento do Estado de 2013 não veio da oposição, dos sindicatos ou dos que seguem mais de perto a conjuntura da economia e das finanças públicas. Chegou ontem da França, pela voz de François Hollande, e merecia, ao menos, uma palavra de reconhecimento de quem representa politicamente os portugueses. Disse Hollande que “não é possível impor uma prisão perpétua a algumas nações que já fizeram sacrifícios consideráveis, se os seus povos não vêem os resultados desses esforços”, e nesta declaração há não só uma declaração ética sobre a austeridade como uma constatação realista dos seus efeitos. Face ao que sucedeu em Portugal em 2011 e 2012, e perante os casos da Grécia ou da Espanha, o que o OE do próximo ano nos

propõe é, de facto, uma “prisão perpétua”. Há quem lhe chame poço sem fundo, há os que falam de condenação ou de inexorável fatalidade, mas o resultado é o mesmo: o aumento da carga fiscal vai agravar a crise financeira, vai comprometer a estabilidade política e impede os portugueses de acreditarem em qualquer “resultado dos esforços” para os quais foram convocados. Bem sabemos que a declaração de Hollande se insere numa estratégia que procura reequilibrar a relação de forças na União Europeia. Devemos acreditar que, além de altruísmo, as propostas do Presidente francês para a criação de *eurobonds* não é solução para amanhã. Mas a sua proposta de inversão das prioridades da Alemanha, que continuam centradas na exigência de ajustamentos implacáveis, é um inestimável apoio aos países com dificuldades. Face a esse apoio, seria de esperar que o Governo ajustasse o seu discurso da austeridade “custe o que custar” e se empenhasse na criação de uma alternativa europeia mais realista para os problemas. Não o fazendo, corre o risco de uma terrível avaliação: a de deixar que outros se tornem os principais arautos da defesa do interesse nacional.

## Poupanças que nos deviam envergonhar

**H**á dias, a manchete do PÚBLICO era: *Cortes a desempregados e a doentes vão render 180 milhões ao Estado. A desempregados e doentes? Sim, e em subsídios. Ou seja: quem já ganha mal passa a ganhar ainda pior. Na senda dessa corajosa acção de poupança, hoje conhecemos mais outra: as novas regras do Rendimento Social de Inserção (RSI) fizeram com que o número de beneficiários baixasse, em apenas dois meses, de Junho a Agosto deste ano, 43 mil. Também as 127 mil famílias beneficiárias de RSI existentes em Junho passaram, no mesmo lapso de tempo, para 116 mil. Ou seja, 11 mil famílias perderam este tipo de apoio. Entende-se uma acção fiscalizadora para combater fraudes mas não se entende que o objectivo seja empurrar de novo milhares de pessoas para as instituições de apoio, como alerta, e bem, o presidente da Cáritas. Com tanto onde cortar ainda em despesas maiores, são poupanças destas que nos deviam encher de vergonha. Quem ainda a tiver.*

Fig. 40 – 18/10/2012



## O meu governo por uma vírgula

Passos e Portas enterraram o machado de guerra. As razões do conflito continuam por resolver

**A**s vírgulas não têm uma grande reputação na história da democracia portuguesa. Pelo menos desde que, em tempos, o dr. Almeida Santos deixou cair a sugestão de que mudar uma vírgula num decreto podia bastar para mudar o sentido final ao dito decreto. Ora, ao sugerir que “nem o Governo está para cair (...) nem o Governo não diz que não pode alterar uma vírgula no Orçamento”, o primeiro-ministro voltou a convocar, ambiguamente, a vírgula para o debate público (teria sido mais simples dizer que o Governo estava disposto a mudar uma vírgula). Passos Coelho declarou-o numa intervenção na Roménia que visava pontuar o fim do diferendo entre os dois partidos da coligação. E que surgia depois de Paulo Portas ter assinado um comunicado em que

assumia o compromisso do CDS em votar favoravelmente o OE. Paulo Portas, esse que deveria ter acompanhado Passos Coelho na viagem ao encontro do Partido Popular Europeu, em Bucareste, mas acabou por preferir ficar em Lisboa.

A declaração de Paulo Portas era assertiva, mas não estava isenta de vírgulas. É que o texto do presidente centrista dava como razão para o voto não os méritos do Orçamento, mas a necessidade de evitar uma crise política. Acrescentando depois que o partido está empenhado em “melhorar” o documento – a tal vírgula que Passos Coelho não diz que não pode alterar. Mesmo que os centristas tenham garantido que vão aprovar o OE (estando no Governo, teriam outra opção?), o conflito não vai desaparecer. Instalou-se a desconfiança entre os dois partidos e, a prazo, essa situação dificilmente será sustentável. São poucas as vírgulas que Passos Coelho e Vítor Gaspar estarão dispostos a mudar. E o CDS continuará reduzido ao papel de sócio minoritário cuja voz conta cada vez menos. O ponto final de mais uma crise entre o PSD e o CDS não valeu mais do que uma vírgula.

Fig. 41 – 19/10/2012

XI

## Um ataque aos mais frágeis sem emprego

**O** Governo enviou formalmente aos parceiros sociais uma proposta que prevê a redução em 10% dos subsídios de desemprego e horas depois fez constar informalmente que está disposto a desistir dessa proposta. Não se percebem as razões desta penalização aos desempregados que menos recebem; nem se percebe que se avance com uma proposta sensível sem se ter a convicção de que ela é, de facto, importante para o défice. Se em causa estiver um balão de ensaio, o Governo peca por pôr numa equação contabilística uma das franjas da população mais penalizadas pela crise. Se a medida foi feita com base em cálculos incertos, prova-se que o Governo não aprendeu com a dura lição da TSU. Se o que está em causa é mesmo uma medida para manter, teremos então o pior dos cenários. Querer cortar 10% aos que menos recebem e apenas a esses, exige o apagamento das menções à social-democracia e à democracia cristã que designam os dois partidos da coligação.

Fig.42 – 24/10/2012

## EDITORIAL

Público

## Um Governo abaixo do limiar da vergonha

O executivo mostrou não ter pudor em penalizar os mais fracos como se fossem privilegiados

Com uma leviandade para lá do aceitável, em apenas 24 horas o ministro da Solidariedade e da Segurança Social, Pedro Mota Soares, propôs-se primeiro reduzir em 10% o limite mínimo do subsídio de desemprego para depois anunciar o recuo do Governo nessa matéria. Pelo caminho, Mota Soares responsabilizou o PS por ter assinado um memorando com a *troika* que previa a retirada de 350 milhões de euros em prestações sociais. Como se o Governo fosse um paladino dos pobres que tivesse sido obrigado por um acordo assinado com o PS a fazer estes cortes. Não parece um discurso muito credível. Desde logo porque, se por um lado o Governo decidiu recuar no subsídio de desemprego - e nesse párrafo, durante 24 horas cerca de 150 mil

beneficiários deste subsídio ficaram sem saber com o que de facto podiam contar - por outro nada disse de novo quanto às reduções nos valores mínimos do RSI e do complemento solidário para idosos que foram anunciadas ao mesmo tempo. O que significa tudo isto? O que toda a gente compreende: que não houve o menor escrúpulo em passar para os ombros dos realmente mais desfavorecidos uma nova parcela da austeridade. Fará sentido recordar aqui um estudo recente, assinado pelo economista Carlos Farinha Rodrigues, apresentado este mês, no qual explicava que prestações sociais como o RSI, entre outras, eram responsáveis por uma redução da desigualdade social em Portugal até 2009. Pondo em causa esse apoios, o que se está a fazer é a aumentar deliberadamente as desigualdades e a desfazer o já de si frágil Estado social que temos. Penalizar os escalões mais baixos destes apoios sociais é deitar fora os ganhos sociais que o país demorou anos a conquistar. Condenar os mais fracos a viver ainda mais abaixo do limiar da pobreza, no auge da tormenta, é algo que está para lá do limiar da vergonha.

Fig. 43 - 25/10/2012

## EDITORIAL

Público

## A "refundação" de uma promessa vazia

Passos fala numa "reforma mais profunda" do Estado, quando não houve reforma, sequer superficial

Passos Coelho, primeiro-ministro de Portugal, veio ontem anunciar com solenidade uma coisa que tanta gente há tanto tempo espera e o Governo nunca concretizou: uma reforma profunda do Estado. Quem o ouviu sabe que não o fez desta maneira - que podia até ser aceitável - mas de uma forma que quase roçou a caricatura. Disse que não era possível adiar mais uma "reforma mais profunda" do Estado e aliou a pressa na execução de tal medida a uma "refundação" do programa de ajustamento: "Trata-se de uma refundação do nosso programa de ajustamento, não de uma renegociação, mas que deve comprometer todos os que o negociaram ou que o assinaram." Referia-se naturalmente ao PS, ausente do conclave

que ontem reuniu no Parlamento ministros e deputados dos partidos da coligação.

Estas declarações têm vários erros, visíveis sem muito esforço. O primeiro é que não é possível uma "reforma mais profunda", quando antes não houve nenhuma "reforma profunda" ou, para sermos mais realistas, nenhuma reforma digna desse nome. Houve remendos, e geralmente de má qualidade. Que um lunático como o ministro da Economia diga, como ontem abertamente disse, que "ninguém na Europa fez tantas reformas ao nível da Economia como nós fizemos" (afirmação digna de monumental gargalhada), é uma coisa. Que o primeiro-ministro entenda que o Governo fez, em qualquer momento do seu mandato, alguma "reforma profunda" ao nível do Estado é uma coisa. Que o ministro da Economia diga, como ontem abertamente disse, que "ninguém na Europa fez tantas reformas ao nível da Economia como nós fizemos" (afirmação digna de monumental gargalhada), é uma coisa. Que o primeiro-ministro entenda que o Governo fez, em qualquer momento do seu mandato, alguma "reforma profunda" ao nível do Estado é uma coisa. Depois, falar numa "espécie de refundação" do programa de ajustamento é usar uma palavra "cara" para vender uma ideia barata ou uma promessa vazia: não se pode refundar nada que não tenha sido fundado antes, e o programa de ajustamento, que é parte integrante dos compromissos assumidos com a *troika*, não foi fundado;

foi escrito e assinado por quem bem se sabe. E esse programa pode ser alterado da mesma forma que entendemos uma "refundação"? Todos sabem que isso é impossível e Passos Coelho sabe-o melhor que ninguém. Por fim, dizer que uma qualquer mudança (chame-se-lhe o que se lhe chamar) no programa não implica uma renegociação mas sim um compromisso (presume-se que não negociado) é andar a brincar às palavras sem consequência, é dourar um discurso sem ouro que lhe valha, é gastar tempo que seria precioso noutras coisas. Por exemplo: em reformar verdadeiramente o Estado, em abalar-lhe os alicerces, em pôr fim a clientelismos e serventias sem serventia alguma, em suma, em arejar a máquina e dignificar, por uma vez, a função dos que no aparelho estatal são mesmo necessários à economia, ao país e aos cidadãos. Até aqui, o Governo tem adiado tais reformas, porque é bem mais cómodo afundar (às vezes até mesmo refundar, no sentido de tornar mais fundo) no bolso dos contribuintes a pesada mão do fisco. Chega de palavras, portanto. As reformas sérias são, sobretudo, actos.

Fig. 44 - 28/10/2012

## O drama de não ter uma casa para morar

Enquanto Passos e Seguro discutem se a inaudita "refundação" do programa de ajustamento é sequer negociável, vamos diariamente assistindo aos efeitos da crise e da austeridade na sociedade portuguesa. Há dias, a vereadora Helena Roseta alertou para o perigo de um ressurgimento das barracas em Lisboa e isso causou incómodo em muitos dos que a ouviram. No entanto, há inquietantes sinais de que tal já esteve mais longe. A perda de casas para os bancos ou a incapacidade de pagar as rendas pedidas no mercado livre (ver págs. 2 a 4) estão a empurrar cada vez mais famílias para pedir habitações às autarquias, seja em que condições for. É uma situação de desespero que conduz a tal situação e, se isso já sucede em famílias que até aqui tinham uma situação estável, para lá de remediada, entre os pobres esse desespero pode levar a uma nova onda de "bairros de lata" se não houver capacidade de resposta em termos de habitação social. Mais um pesadelo, entre tantos.

Fig. 45 - 29/10/2012

## EDITORIAL

Público

## O que está em causa com a "refundação"

Passos reabriu o debate sobre as funções do Estado. Tem o dever de dizer o que lhe vai no pensamento

Diz António José Seguro que a "refundação" do memorando de entendimento assinado com a *troika* cria "uma singularidade no léxico político português" porque, em boa medida, não se sabe exactamente o que quer Passos Coelho significar com essa palavra pomposa. Qualquer cidadão atento poderia acreditar que a "refundação" serviria para o Governo desconstruir e erguer de novo os alicerces do programa de ajustamento. Mas se isso fosse verdade, seria necessário que houvesse uma renegociação, algo que Passos Coelho explicitamente negou. Acto contínuo, uma refundação de um acordo sem qualquer tipo de renegociação não é refundação nenhuma. Será, e é aí que o Governo pretende chegar, uma mudança radical na

forma como o Governo pretende cumprir o memorando, principalmente as suas metas do défice. Ou, por outras palavras, o que Passos Coelho nos anunciou não foi uma nova forma de viver com a *troika* mas uma "refundação" das funções do Estado que permitam ao ministro das Finanças cortar 4500 milhões de euros na despesa pública. Um ano e meio depois de chegar a São Bento, Passos prepara-se enfim para cumprir o que prometeu na campanha eleitoral: o Estado vai ser alvo de cortes, mas com a diferença de que não serão nas gorduras que não existem mas nas funções sociais relevantes que o país foi construindo lenta mas inexoravelmente desde os anos 60. Mais do que uma operação contabilística para satisfazer o défice, Passos convocou-nos para uma mudança nos fundamentos do regime. Que implica uma revisão constitucional profunda e o recuo da protecção social do Estado para os níveis dos países subdesenvolvidos. A menos que a singularidade lexical seja esclarecida, exige-se que o Governo diga o que nos espera. O que está em causa não é um número: é a desmontagem de um edifício para o qual contribuíram duas gerações de portugueses.

Fig. 46 - 30/10/2012

EDITÓRIAL

**P** **A fase B do programa de ajustamento**

O Governo aproveita o seu esgotamento para se refundar com a refundação do Estado

No primeiro dia do debate sobre o Orçamento do Estado pouco se falou de impostos, de cenários macroeconómicos, de despesas, de receitas ou dos ingredientes com os quais se costuma discutir a sorte das finanças públicas. O que ontem dominou o discurso do primeiro-ministro e da oposição foi o futuro do Estado e, por arrastamento, da sociedade política que nele se reflecte. Numa expressão que denuncia a convicção de que a actual versão do seu projecto político se esgotou, Passos Coelho lembrou o país que jamais haverá ajustamento ou equilíbrio das finanças públicas sem cortes permanentes nas funções do Estado. Durante os últimos dias, quer Passos, quer Vítor Gaspar foram preparando a opinião pública para esta condenação. Mais pobres por via do

desemprego, pela queda real dos salários e pelo efeito dos impostos, os portugueses são assim convocados para se confrontarem com uma redução da oferta dos serviços públicos ou das prestações sociais - é isso que está em causa com a "refundação" do memorando assinado com a *troika*. O OE de 2013 é, por isso, um mero compasso de espera para uma reforma que, a concretizar-se, será a mais profunda do último meio século no Estado português. Além das picardias habituais do debate (em que Pedro Passos Coelho parece ter recuperado alguma convicção e vigor discursivo), o que está agora em causa é mais do que uma fatalidade num ciclo interminável de fatalidades. António José Seguro promete não viabilizar uma revisão constitucional, mas esse bloqueio dificilmente será capaz de sustentar o essencial da fase B da dupla Passos-Gaspar. Esgotados os impostos, renunciada a via negocial com a *troika*, o Governo aproveita-se do esgotamento da sua própria acção para se refundar com a refundação do Estado. Preparemo-nos. Quando se conhecerem os cortes na Saúde ou na Educação para poupar os tais 4000 milhões de euros, talvez haja quem fique com saudades do presente bombardeio fiscal.

Fig. 47 – 31/10/2012

EDITÓRIAL

**P** **O Governo na solidão do seu mandato**

Ao pedir o envolvimento do PS na nova fase do ajustamento, o Governo pretendeu o impossível

A relação política entre o Governo e o principal partido da oposição entrou na dimensão da farsa. Pedro Passos Coelho fez o que tinha a fazer ao convocar o PS para a "refundação" do memorando de entendimento com a *troika*, que aliviaria o Estado de encargos sociais e lhe permitiria abrir uma nova frente de batalha contra o défice. Mas fazendo-o sabia que os socialistas não tinham condições mínimas para aceitar o repto. E não apenas por imperativo das matrizes social-democratas que estão na base do seu programa, como ontem várias vozes do PS tentaram fazer crer. O PS recusa a formação de um novo quadro de consenso político porque se o aceitasse estaria a condenar-se à irrelevância. Seguindo o trilho aberto com o infeliz anúncio de alterações à Taxa

Social Única, o clima político agravou-se com esta tentativa de estabelecer consensos mínimos através de um diálogo de surdos. Tentar que os socialistas ousassem admitir medidas de contenção do Estado social no dia em que se discutia um Orçamento que já tinha merecido ao PS críticas contundentes é o mesmo que tentar apagar um fogo com gasolina. Em vez de procurar pontos de encontro com o que propõe o Governo, o PS sentiu-se compelido a formular um discurso mais duro e intransigente para se afastar da irrelevância. Uma revisão constitucional, que necessita sempre dos votos socialistas, está por isso fora de causa. O encosto de António José Seguro à radicalização desde sempre manifestada pela esquerda é evidente. O Governo está agora completamente entregue a si próprio. O tempo dos consensos mínimos em torno do ajustamento já tinha acabado e por estes dias assistimos ao seu funeral. Se houver mudanças nas funções sociais do Estado, elas terão de ser feitas à custa da maioria, sem a revisão constitucional nem a complacência do PS. Também por aí se prova que o Governo entrou na fase B do seu mandato.

Fig. 48 – 01/11/2012



ANEXO B - Quadros com Parâmetros para Análise do Corpus.

Ação de Linguagem				Elementos de Contexto		
				Primeiro Nível de interlocução (Produtor/Leitor)	Segundo Nível de Interlocução (Personagens Representados)	
Atividade na qual se produz o texto	Gênero Escolhido e Suporte de Publicação	Contexto de Produção e Recepção	Contexto Físico	Lugar de Produção		Cena representada
				Lugar de Recepção	Jornal impresso	
				Momento de Produção		Momento da interação encenada
				Momento de Recepção	Data de Publicação	
				Produtor	Autor	Participantes Representados
			Recetor	Leitor		
			Contexto Sócio-subjetivo	Lugar Social	Entidade privada Jornais	Ambientes sociais representados
				Posição Social do Produtor	Cartunista/humorista	Posições sociais abrangentes (clientes, políticos, família...)
				Posição Social do Recetor	Leitores previstos	
				Objetivo	Expressão de ideias e opiniões do autor	PR exprimem ideias, comentam...

Quadro B.1 - Parâmetros para Análise de Contexto - Adaptado de Leal (2011)

<b>Organização Temático-Representacional</b>	Verbal	Tipos de Discurso	Interativo Teórico Relato Interativo Narração	
	Não Verbal	Representação Narrativa	Processos	Ação Reação Verbais Mentais Conversão
			Circunstâncias	Cenário Significação Acompanhamento
		Representação Conceitual	Classificacional Analítico Simbólico	
<b>Organização Interacional</b>	Manifestação pelo Verbal		Vozes do Discurso Modalização	
	Manifestação pelo Não Verbal	Contato	Exposição Interpelação	
		Distancia Social	Plano Fechado Plano Médio Plano Geral	
		Atitude (Perspetiva)	Imagem Subjetiva (Ângulos)	Frontal Oblíquo Vertical
			Imagem Objetiva	Alto Ao nível do olhar Baixo
		Modalidade	Utilização da cor Contextualização Representação Caricaturada	
<b>Organização Estrutural</b>	Estruturação Verbal		Conexão Coesão Nominal	
	Estruturação Não Verbal	Valor Informação	Centrado	Centro-margem
			Polarizado Esquerda /direita Topo/base	Esquerda--Dado Direita-----Novo Topo-----Ideal Base-----Real
		Saliência	Máxima Mínima	
	Emolduramento	Máxima Desconexão Mínima Conexão		

Quadro B. 2. - Parâmetros para Análise da Arquitetura Interna dos Textos - Adaptado de Leal (2011)

## **CURRICULUM VITAE**

### ***IDENTIFICAÇÃO***

Nome: Maria Isabel Benta Lopes Damásio

e.mail: midamasio@gmail.com

Data de Nascimento: 10.Outubro.1960

Naturalidade: S. Sebastião da Pedreira, Lisboa.

Profissão: Jornalista (Carteira Profissional nº 1360 de 1990)

Habilitações Literárias:

Pós-graduação em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação.

Licenciatura em Ciências Sociais – Área Vocacional de Ciência Política e Administrativa.

Frequência da Licenciatura em Química Aplicada da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, curso que abandonou por ter optado pelo jornalismo como profissão.

Línguas: Inglês e Francês e Espanhol

### ***ACTIVIDADE PROFISSIONAL***

Profissão: Jornalista.

Desde 1995 faz jornalismo na área da política nacional, tendo feito a cobertura de congressos partidários e das campanhas eleitorais para as eleições legislativas, presidenciais e autárquicas.

Experiência profissional

Iniciou atividade como jornalista em 1986, em estações de Rádio Local, nomeadamente na Rádio Clube de Queluz e na Rádio Baía onde realizou e apresentou programas de informação.

Entre 1988 e 1993, na Rádio Voz de Almada, exerceu inicialmente as funções de Coordenadora do Departamento de Informação, passando mais tarde a Chefe de Redação.

Em 1992 colaborou nas revistas “Sábado” e “Agricultura 92”.

Entre Fevereiro de 1993 e Fevereiro de 1995, na RDP-Antena 1, exerceu a função de repórter, fazendo também edição e apresentação de serviços noticiosos.

Entre Janeiro 1995 e Abril 1998 exerceu a função de repórter no Jornal Dois da RTP, tendo participado em várias emissões em direto nos dois canais da RTP.

De 1999 a Junho de 2014 integrou a Editoria política na RTP assumindo a função de repórter parlamentar da televisão pública.

Reportagens internacionais em Televisão

Em Julho de 1998 fez a cobertura da visita do Ministro da Ciência e Tecnologia, Prof. Dr. Mariano Gago, ao Observatório Astronómico do Hemisfério Sul, no Deserto de Atacama, Chile.

Em Janeiro de 2000 fez a cobertura da visita do Ministro do Ambiente, Engº José Sócrates, ao Canadá no âmbito da presidência portuguesa da União Europeia.

Em Fevereiro de 2002 fez a cobertura da visita oficial do Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio, ao Reino Unido.

Em Outubro de 2002 fez a cobertura da visita oficial do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Martins da Cruz, à Bósnia.

Em Julho de 2003 fez a cobertura da visita oficial do Primeiro-ministro, Dr. Durão Barroso, a Cabo Verde.

Em Novembro de 2005 fez a cobertura da visita oficial do Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio a Angola.

Em Abril de 2010 fez a cobertura da visita oficial do Presidente da República Cavaco Silva à República Checa.

### Grande Reportagem RTP

“É preciso ter estômago” - reportagem sobre o circuito de fiscalização alimentar em Portugal, emitida em 2001.

“Miúdos à deriva” - reportagem sobre crianças em situação de risco, emitida em Janeiro de 2010.

### Pivô

RTP Informação

RTP2 - Programa “Parlamento”

### **FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

#### Televisão

Curso de Técnicas de Base de Jornalismo Televisivo I - Centro de Formação Protocolar de Jornalistas (CENJOR).

Curso de Técnicas de Base de Jornalismo Televisivo II -CENJOR.

Curso de Aperfeiçoamento para Jornalistas de TV (Formador Jacques Douay) - CENJOR.

Curso de Aperfeiçoamento para Repórteres de Televisão (Formador Edourd Guibert) - Centro de Formação da RTP.

Curso de Estética de Imagem (Formadora Maria João Rocha) - Centro de Formação da RTP.

#### Rádio

Curso de Técnicas de Jornalismo Radiofónico (formador Edouard Guibert) - Centro de Formação da RDP.

Curso de Aperfeiçoamento de Jornalismo em Rádio - CENJOR.

#### Imprensa

Curso de Tratamento da Informação - CENJOR.

### **PUBLICAÇÕES**

2013 – Os *Cartoons*, o lado cómico da crise: Estratégias enunciativas e competências para os interpretar. Trajetos, Vol. II, nº 1, Outono 2013, pp. 65-74.